



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS DO SERTÃO CENTRAL
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HISTÓRIA E LETRAS

ELIS LARISSA SANTOS GONÇALVES

AS TOPONÍMIAS INDÍGENAS DO SERTÃO DE QUIXERAMOBIM: UM
ESTUDO LINGÜÍSTICO-HISTÓRICO-CULTURAL

QUIXADÁ - CEARÁ

2019

ELIS LARISSE SANTOS GONÇALVES

AS TOPONÍMIAS INDÍGENAS DO SERTÃO DE QUIXERAMOBIM: UM ESTUDO
LINGUÍSTICO-HISTÓRICO-CULTURAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras da Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História e Letras. Área de concentração: Cultura, Memória, Ensino e Linguagens

Orientador: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes

QUIXADÁ - CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gonçalves, Elis Larisse Santos .

As toponímias indígenas do Sertão de Quixeramobim: um estudo linguístico-histórico-cultural [recurso eletrônico] / Elis Larisse Santos Gonçalves. - 2019. 1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 124 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras, Quixadá, 2019. Área de concentração: Cultura, Memória, Ensino e Linguagens.

Orientação: Prof. Ph.D. Expedito Eloisio Ximenes.

1. Toponímia indígena. 2. Léxico. 3. História e cultura. 4. Sertão de Quixeramobim. I. Título.

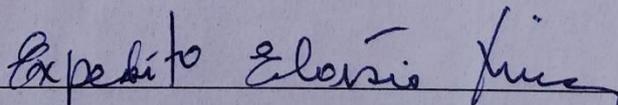
ELIS LARISSA SANTOS GONÇALVES

AS TOPONÍMIAS INDÍGENAS DO SERTÃO DE QUIXERAMOBIM: UM ESTUDO
LINGUÍSTICO-HISTÓRICO-CULTURAL

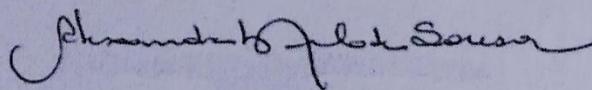
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História e Letras. Área de concentração: Cultura, Memória, Ensino e Linguagens.

Aprovada em: 17 de dezembro de 2019.

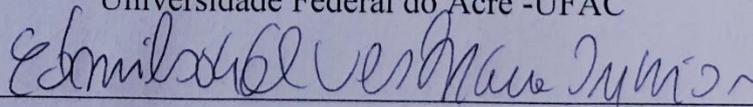
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Alexandre Melo de Sousa
Universidade Federal do Acre -UFAC



Prof. Dr. Edmilson Alves Maia Junior
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Dedico este trabalho aos meus pais, Ana Maria e Eli – pelo amor, pela dedicação e por todas as canções no início das manhãs. Às minhas irmãs Elis Larine e Ana Elisa – pela alegria e pelo despertar da vontade de viver.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela luz e força, pelo favor imerecido que é a graça de continuar vivendo e buscando caminhos.

À minha mãe, Ana Maria, por todo o amor e dedicação com que nos criou. Obrigada pela força transmitida em todas as suas ações, por ser uma mulher e mãe de mãos e pés tão firmes e corajosos. Eu te amo, minha deusa Atena!

Ao meu pai, Eli, pelo espírito aventureiro que me inspira a não ter medo de recomeçar, se preciso for, do zero. Obrigada por ser um pai parceiro, presente e do diálogo. Te amo, meu galego!

À minha irmã, Elis Larine, pelo companheirismo desde a infância, pela proteção, carinho, pela partilha, por toda a persistência e determinação com que você encara a vida. Te amo, minha Nem!

À Ana Elisa, minha irmã mais nova, por ter dado cor aos nossos dias e pela alegria que nos trouxe. Te amo, Ililisa!

À minha tia, Janny, por ser como uma mãe que me acompanha mesmo que entre nós haja distância física. Obrigada por me ouvir em todos os momentos de angústia, pelas palavras de amor e compreensão. Obrigada por me ajudar a encontrar paz interior. Te amo!

Aos meus avós maternos, Edileusa e Antônio, pelas experiências fundantes na infância que me fizeram ser uma adulta feliz.

Aos meus tios maternos, José Carlos (*in memoriam*) e Manoel Messias, por me ensinarem sobre a brevidade da vida.

À minha avó paterna, Zulmira (*in memoriam*), por todo amor, cuidado e conselhos dirigidos a mim.

Ao meu orientador, professor Expedito Ximenes, pelo acompanhamento próximo, pela paz transmitida, pela capacidade de me acalmar nos momentos mais angustiantes e pela sensibilidade na condução da escrita deste trabalho. És mais que um orientador de um trabalho acadêmico, és um amigo e companheiro. Obrigada!

Ao professor Edmilson Maia Alves Junior, pelas contribuições importantes no que tange aos conhecimentos históricos e culturais, pelas boas parcerias em outros trabalhos e pelos momentos de descontração na FECLESC.

Ao professor Alexandre Melo de Sousa, pelas contribuições que deu a este trabalho ao me atender tão gentilmente e por tirar todas as dúvidas que iam surgindo pelo caminho.

Aos historiadores e pesquisadores do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará que se dedicaram à história do Sertão Central Cearense, especialmente Tomaz Pompeu Sobrinho, pelas enormes contribuições que deu à história dos povos indígenas no Ceará, bem como pela perspicácia e sensatez de compreender a importância e o valor desses povos para o estado; e também aos renomados pesquisadores Paulino Nogueira, Florival Seraine e João Brígido.

Aos amigos Camila, Clerson, Kaline e Isabel, pela jornada juntos, por todos os finais de semana em que pude canalizar os pesares em amor e muitas risadas. Por me ajudarem a enxergar a vida sob outras lentes, mais amplas e felizes. Eu olho nos olhos das pessoas e reconheço meus amigos. O tempo confirma. São vocês! E eu amo.

Ao meu queridíssimo amigo de longas datas e muitos poemas, Saulo Vieites. Obrigada por compartilhar comigo tua poesia e por me acolher de forma tão amável nos momentos bons e ruins.

Ao Jonas Alves, amigo querido que ouviu muitos desabafos, me compreendeu e me criticou quando achou necessário. Não esquecerei seu ombro amigo.

Aos amigos que fiz durante o período de jornada no mestrado Interdisciplinar em História e Letras-MIHL. Vocês são pessoas que me ajudaram a descobrir que é possível, no âmbito acadêmico, conciliar empenho e muito trabalho com a leveza de boas companhias. Cada um em suas particularidades me ensinou muito e me fez perceber o quanto existem pessoas boas no mundo. Gratidão a todas e todos. Eu amo vocês!

Ao amigo querido Wilton Santos, componente da turma MIHL 2018, pela paciência na jornada desde o início, quando previ ainda no processo de seleção que estaríamos juntos nessa. Aqui estamos nós! Obrigada pela dedicação de um verdadeiro amigo.

À minha amiga, também da turma MIHL 2018, Leda Maria Ribeiro, pela construção da nossa jornada juntas, pelas viagens, pela partilha, pelas boas risadas por trás de tanto cansaço e dores que nós conhecemos bem. Obrigada!

À Daíse, amiga do Cariri que conheci também na turma de mestrado, pela amizade bonita que se construiu e que ficará. Pelo número sem fim de risadas, quando o peso dos meus dias era sempre reduzido pelo bom humor e pela espontaneidade que lhe é tão própria.

À Valéria, amiga queridíssima também da turma MIHL, pelo insight que me fez perceber a importância de ser mais generosa comigo e pensar mais em mim. Você é uma inspiração.

Ao amigo Assis Junior, outro amigo da turma MIHL, pela amizade sincera, pelas boas risadas, pelos aprendizados e por ter me acolhido tão bem, juntamente com sua família, quando estive em sua casa, em Fortaleza. Obrigada!

À querida amiga também da turma MIHL, Elzilene, por todo o carinho e pela doçura de sempre.

À minha amiga querida, Carla Yáskara Silveira, por acreditar em mim desde o meu primeiro trabalho como professora, por tornar minha caminhada acadêmica possível através da flexibilização do tempo de jornada de trabalho.

À Isabel Queiroz, pela acolhida que me possibilitou continuar trilhando os caminhos que me trouxeram até aqui, e também pelas orações.

À Imaculada Silveira, pela compreensão durante o período que conciliei as jornadas acadêmica e de trabalho.

À Ivoneide de Freitas, amiga historiadora, por acreditar e torcer por mim durante o processo de seleção do mestrado, por me ouvir e discutir comigo quando eu me ponho a falar sobre a história dos povos indígenas no Sertão Central e outras curiosidades.

Aos colegas de trabalho que fiz na Secretaria de Educação de Banabuiú, pelos aprendizados diários.

Ao amigo geógrafo e sempre gentil, Wallace, por acolher a mim e as minhas dúvidas, por trocar ideias e por disponibilizar material importante para a conclusão deste trabalho.

Ao Thiago Sena, por ter despertado em mim o espírito de busca. Tuas palavras “ficaram e conversaram por muito tempo, ainda”. Obrigada!

A todas e a todos que estiveram ao meu lado durante esta jornada. São memórias que se incorporam de tal forma que são o que me tornei. Obrigada!

“Pois é preciso saber que a palavra é sagrada
que de longe muito longe um povo a trouxe
e nela pôs sua alma confiada
De longe muito longe desde o início
o homem soube de si pela palavra
e nomeou a pedra a flor a água
E tudo emergiu porque ele disse”

(Sophia de Mello Breyner Andresen)

RESUMO

Esta pesquisa investigou as toponímias indígenas na microrregião do Sertão de Quixeramobim, analisando o processo denominativo de alguns topônimos da região. O interesse pelo tema surgiu a partir da observação de que muitas cidades e distritos do Sertão Central Cearense são denominados com nomes indígenas, mesmo que não tenham povos indígenas habitando a região atualmente. Os nomes desses lugares, para o público em geral, se tornam uma realidade conhecida pelo uso que se faz cotidianamente desses topônimos que se perpetuaram ao longo do tempo, entretanto desconhecida em seus significados, suas origens e motivações. Dessa forma, este trabalho se propõe a investigar esse processo denominativo, esclarecendo e discutindo as questões linguísticas e extralinguísticas imbricadas na escolha e perpetuação dessas toponímias do Sertão de Quixeramobim. Para cumprirmos os objetivos expostos acima, utilizamos como principal fundamentação teórica as pesquisas de Dick (1980, 1990, 1992, 2004), bem como sua proposta metodológica, que surgiu a partir do projeto de Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), e posteriormente se expandiu para o Atlas Toponímico do Brasil (ATB). A metodologia de Dick é uma referência para quem se propõe a pesquisar toponímias, pois foi a autora que mais sistematizou a pesquisa neste campo do saber no Brasil ao criar um modelo taxionômico que permite classificar os topônimos de acordo com suas motivações. Levando-se em consideração o caráter interdisciplinar da ciência toponímica, suas interfaces nos permitiram a apropriação de conhecimentos de áreas diversas para a construção deste estudo, porquanto tecemos um fecundo diálogo entre linguística, história, estudos culturais e geografia, que nos permitiu uma visão mais ampla dos topônimos em estudo. O *corpus* é composto por 15 topônimos que nomeiam cidades e distritos da microrregião do Sertão de Quixeramobim. Todos eles foram coletados do mapa de escala 1 : 650 000 disponibilizados pelo IBGE. De acordo com as análises, desse léxico toponímico, 80% são de natureza física, ou seja, sua motivação está relacionada aos aspectos naturais e geográficos dos espaços; e 20% de natureza antropocultural, isto é, sua motivação está relacionada a fatores histórico, culturais e sociais. Pudemos perceber, ainda, que a maioria dos topônimos tem sua motivação relacionada aos aspectos da vegetação e da hidrografia, resultado que nos ajudou a compreender a formação do campos conceitual-cognitivos (BIDERMAN, 1998) que estão envoltos nas escolhas designativas, sobretudo no que diz respeito à relação dos povos indígenas com a natureza.

Palavras-chave: Toponímia indígena. Léxico. História e cultura. Sertão de Quixeramobim.

ABSTRACT

This research investigated the indigenous place names in the microregion of Quixeramobim's backlands, analyzing the naming process of some toponyms that belong to the region. Such interest research arose from the observation that many cities and districts of the *Sertão Central Cearense* are named after indigenous words, even though there are not tribes inhabiting the area today. In spite of having unknown meanings, origins and motivations for the general population, the names of these places have become known in reality because of daily use which has been spread over time. Therefore, this work aims at investigating the process of naming places, explaining and discussing linguistics and extra-linguistic problems within the selection and perpetuation of such toponyms in Quixeramobim's backlands. In order to accomplish the aforementioned aims the background theory used was based on Dick (1980, 1990, 1992, 2004), through her methodological proposal, which emerged from the Toponymic Atlas of São Paulo State project (ATESP), and afterwards was expanded to the Brazilian Toponymic Atlas (ATB). Dick's methodology is a reference for those who are interested in researching toponyms, as she is the author who better systematized this field research in Brazil by creating a taxonomic model that allows classifying toponyms according to their motivations. Taking into account the interdisciplinary role of toponymy as science, its interfaces allowed us to appropriate knowledge from different fields for the present study, as we produce a fruitful dialogue through linguistics, history, cultural studies and geography which enabled us to have a wider view of the toponyms under study. The corpus is composed of 15 toponyms that name cities and districts in the microregion of Quixeramobim's backlands. All of them were collected from 1 : 650 000 scale map provided by IBGE. According to the analyses of this toponymic lexicon, 80% are of physical nature, that is, they are related to the motivations of natural and geographical aspects of the spaces; 20% are of antropocultural nature, that is, their motivations are related to historical, cultural and social factors. We also observed that most toponyms are motivated by aspects of vegetation and hydrography, a result that helps to understand concept formation and cognition (BIDERMAN, 1998) that are involved in the designative choices, especially concerning the relation of indigenous people with nature.

Keywords: Indigenous Toponymy. Lexicon. History and Culture. Quixeramobim's Backlands.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Famílias Língua-culturais indígenas do Ceará.....	57
Quadro 2 - Povos indígenas que ocupavam a capitania do Ceará.....	58
Quadro 3 - Divisão político-administrativa dos Sertões Cearenses.....	82
Quadro 4 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica.....	82
Quadro 5 - Modelo Taxionômico proposto por Dick.....	85
Quadro 6 - Microtopônimo (município) do município de Banabuiú.....	91
Quadro 7 - Microtopônimo (distrito) do município de Banabuiú.....	91
Quadro 8 - Microtopônimo (distrito) do município de Banabuiú.....	92
Quadro 9 - Microtopônimo (município) do município de Choró.....	92
Quadro 10 - Microtopônimo (distrito) do município de Choró.....	93
Quadro 11 - Microtopônimo (município) do município de Ibaretama.....	93
Quadro 12 - Microtopônimo (distrito) do município de Ibaretama.....	93
Quadro 13 - Microtopônimo (distrito) do município de Ibaretama.....	94
Quadro 14 - Microtopônimo (município) do município de Quixadá.....	94
Quadro 15 - Microtopônimo (distrito) do município de Quixadá.....	95
Quadro 16 - Microtopônimo (distrito) do município de Quixadá.....	95
Quadro 17 - Microtopônimo (distrito) do município de Quixadá.....	95
Quadro 18 - Microtopônimo (município) do município de Quixeramobim.....	96
Quadro 19 - Microtopônimo (distrito) do município de Quixeramobim.....	96
Quadro 20 - Microtopônimo (distrito) do município de Quixeramobim.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Percentual da natureza toponímica presente no município de Banabuiú.....	102
Gráfico 2-	Percentual taxionômico dos topônimos indígenas do município de Banabuiú	102
Gráfico 3-	Percentual da natureza toponímica presente no município de Choró.....	103
Gráfico 4-	Percentual taxionômico dos topônimos indígenas do município de Choró.....	104
Gráfico 5-	Percentual da natureza toponímica presente no município de Ibaretama.....	106
Gráfico 6-	Percentual taxionômico dos topônimos indígenas do município de Ibaretama.....	108
Gráfico 7-	Percentual da natureza toponímica presente no município de Quixadá.....	109
Gráfico 8-	Percentual taxionômico dos topônimos indígenas do município de Quixadá.....	109
Gráfico 9-	Percentual da natureza toponímica presente no município de Quixeramobim.....	112
Gráfico 10-	Percentual taxionômico dos topônimos indígenas do município de Quixeramobim.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Acidente Físico
AG	Acidente geográfico
AH	Acidente Humano
ATB	Atlas toponímico do Brasil
ATESP	Atlas toponímico do Estado de São Paulo
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	LÉXICO E CULTURA: PROCESSOS DE NOMEAÇÃO DOS LUGARES E ESTUDOS TOPONÍMICOS.....	22
2.1	A LÍNGUA COMO IDENTIDADE DE UM GRUPO SOCIAL.....	22
2.2	O LÉXICO E A RELAÇÃO COM A CULTURA.....	31
2.3	CIÊNCIA ONOMÁSTICA E BREVE PERCURSO HISTÓRICO DOS ESTUDOS TOPONÍMICOS.....	40
3	OS POVOS INDÍGENAS CEARENSES E PANORAMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERTÃO DE QUIXERAMOBIM.....	47
3.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO DO CEARÁ.....	48
3.2	POVOS INDÍGENAS NO TERRITÓRIO DO SERTÃO CENTRAL.....	56
3.3	ASPECTOS GEO-HISTÓRICOS DOS MUNICÍPIOS BANABUIÚ, CHORÓ, IBARETAMA, QUIXADÁ E QUIXERAMOBIM.....	63
3.3.1	“Por tuas mãos um açude grandioso foi gerado e abundância traz”: Banabuiú, aspectos geográficos e históricos.....	64
3.3.2	“Entre rios e serras nasceu”: Choró, aspectos geográficos e históricos.....	69
3.3.3	“Teus rochedos e coqueiros milenares, que além dos mares nos relembra a força viva”: Ibaretama, aspectos geográficos e históricos.....	71
3.3.4	“Teus monólitos e fazendas contornando esse imenso sertão”: Quixadá, aspectos geográficos e históricos.....	73
3.3.5	“Tuas águas encantam passarinhos. Teu riacho de correnteza é palha antiga que corta a saudade azul”: Quixeramobim, aspectos geográficos e históricos.....	76
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	79
4.1	TIPO DE PESQUISA.....	79
4.2	<i>CORPUS</i> DA PESQUISA.....	81
4.3	CLASSIFICAÇÃO TAXIONÔMICA DOS TOPÔNIMOS.....	84
4.3	PERCURSO PROCEDIMENTAL DE ANÁLISE DOS DADOS.....	87
5	TOPONÍMIAS INDÍGENAS DA MICRORREGIÃO CEARENSE SERTÃO DE QUIXERAMOBIM: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	89
5.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	89
5.1.1	Município: Banabuiú.....	91

5.1.2	Município: Choró.....	92
5.1.3	Município: Ibaretama.....	93
5.1.4	Município: Quixadá	94
5.1.5	Município: Quixeramobim.....	96
5.2	ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS INDÍGENAS DO SERTÃO DE QUIXERAMOBIM.....	97
5.2.1	Análise das toponímias indígenas do município de Banabuiú.....	98
5.2.2	Análise das toponímias indígenas do município de Choró.....	103
5.2.3	Análise das toponímias indígenas do município de Ibaretama.....	106
5.2.4	Análise das toponímias indígenas do município de Quixadá.....	108
5.2.5	Análise das toponímias indígenas do município de Quixeramobim.....	111
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
	REFERÊNCIAS.....	119

1 INTRODUÇÃO

No bojo dos estudos sobre a linguagem, ao longo dos séculos, muito se discutiu sobre o conceito de língua, desde a tradição de estudos de base filosófica, em que as questões relativas às palavras e às coisas que elas designam estavam em pauta, a estudos de perspectivas dialógicas com foco na língua como interação. Uma discussão a respeito da língua como representação do pensamento foi cunhada com base nos estudos filosóficos, quando os gregos se interessaram sobre as relações entre linguagem, pensamento e realidade e, dessa forma, levantaram questionamentos relativos às palavras e às coisas que elas designam (MARTELOTA, 2015). Podemos perceber que a palavra, mesmo não sendo o centro dos estudos sobre a linguagem, faz parte desse decurso de forma constante.

Isso porque, ao se pensar na natureza da linguagem, muito se questionou sobre a língua como representação do pensamento, ou sobre as relações estabelecidas entre os signos linguísticos, o mundo e a cognição. Uma das indagações mais inquietantes entre os filósofos era se haveria uma correspondência natural entre as palavras e as coisas as quais elas designam, ou se era uma questão de convenção. Essa dúvida punha em xeque, portanto, a arbitrariedade da língua no que diz respeito aos processos de significação. Nessa perspectiva, a linguagem serviria para representar o mundo tal qual como ele existe, como se estivessem as coisas no mundo prontas e acabadas. As palavras seriam, por sua vez, espécie de etiqueta que categoriza as coisas no mundo.

Ainda numa perspectiva lógica da língua, mas agora com base no empirismo, outros estudos foram empreendidos com foco na comparação entre as línguas para se chegar a uma língua comum, que originaria outras que tivessem características e estruturas perecidas. Essa forma de compreender a língua muito contribuiu para a percepção da evolução das línguas e ainda hoje é muito importante para se ter clareza de que estas, em alguma medida, são instáveis e se modificam ao longo do tempo.

Saussure (2015) deu grandes contribuições aos estudos linguísticos quando pensou a língua como uma estrutura, um sistema dotado de uma organização interna, o que quer dizer que cada peça no jogo da linguagem é instituída internamente, no interior do jogo, e não pela sua materialidade (SAUSSURE, 2015). Isso significa que o que determina o valor das peças é a relação que estas estabelecem com as outras, internamente, por isso, uma estrutura. Através das dicotomias, portanto, Saussure baliza em muitos aspectos os conhecimentos linguísticos, dando suporte para que chegássemos a uma nova compreensão da língua.

Outra perspectiva dos estudos da linguagem importante foi a da escola gerativista, que muito contribuiu para as concepções subsequentes de língua, principalmente no aspecto em que considerou como fundamental os processos cognitivos subjacentes aos atos da linguagem, ou seja, “ao modo como nossa mente interage com o mundo que nos cerca, bem como os processos que permeiam essa interação” (MARTELOTTA; PALOMANES, 2015, 177). Apesar disso, o gerativismo focou no pensamento de que existem aspectos linguísticos universais, perspectiva advinda da ideia de que há princípios inatos à língua que são adquiridos pelos usuários dela.

As concepções de língua de que tratamos até aqui deram aporte para que tivéssemos grandes avanços na compreensão da natureza da língua. A partir delas foi que chegamos à compreensão de que “a linguagem funciona como elemento criador de significação nos diferentes contextos de uso” (MARTELOTTA; WILSON, 2015, p. 77), ou seja, o significado não depende inteiramente do “jogo interno” das peças, neste caso a língua não seria um sistema de todo independente, sua organização interna também está relacionada a fatores externos, que não lhe são inerentes.

Pensar as concepções de língua que subsidiaram uma compreensão mais ampla dos fenômenos linguísticos e, por sua vez, que contribuíram para a perspectiva de língua que norteia esta pesquisa, que está dentro de uma noção ampla de linguagem, a qual afirma que esta “constitui o reflexo de processos gerais de pensamento que os indivíduos elaboram ao criarem significados, adaptando-os a diferentes situações de interação com outros indivíduos” (MARTELOTTA; WILSON, 2015, p.77). Neste sentido, o léxico toponímico com o qual estamos lidando, assim como todas as palavras que compõem o vocabulário dos falantes de uma língua representam campos conceituais cognitivos (BIDERMAN, 1998) elaborados pelos indivíduos que significam o mundo por meio de suas experiências.

Neste sentido, esta pesquisa propõe um estudo de 15 (quinze) topônimos indígenas dos municípios e distritos da microrregião do Sertão de Quixeramobim¹, localizada, por sua vez, no Sertão Central cearense. Compreendemos que um estudo toponímico requer amplitude no olhar, pois como afirma Dick (1980, p. 1) “a toponímia reflete de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe, nada mais é que reconhecer o papel por ela desenvolvido no ordenamento dos fatos cognitivos.”

Por esse motivo é que consideramos que estudar os topônimos de determinada região, tendo em vista a motivação toponímica (DICK, 1980) é perceber, por meio da língua, a

¹ Nesta pesquisa seguimos a divisão político-administrativa do IPECE de microrregiões geográficas. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/index.htm>.

relação do léxico com a formação da identidade, com a cultura e com a história de quem nomeia e como se deu o processo de organização geral do pensamento para os atos de nomeação. Neste sentido, portanto, nesta pesquisa nos atemos à análise taxionômica dos topônimos estudados, seguindo a proposta de análise das motivações propostas por Dick (1992).

Na delimitação do *corpus*, em que buscamos perceber como se organizaram esses conceitos cognitivos por meio dos topônimos, coletamos² as seguintes toponímias: *Banabuiú*, e os distritos de *Rinaré* e *Sitiá*; *Choró*, e o distrito de *Caiçarina*; *Ibaretama* e os distritos de *Oiticica* e *Pirangi*; *Quixadá*, juntamente com os distritos de *Juá*, *Juatama* e *Tapuiará*; e *Quixeramobim* e os distritos de *Manituba* e *Uruquê*.

Nosso interesse primeiro partiu da observação de que dos 07 (sete) municípios que compõem a microrregião supracitada do Sertão Central, 05 (cinco) são denominados com nomes indígenas, ou seja, passamos a nos indagar acerca da permanência desses topônimos numa região onde hoje não habitam mais povos indígenas, refletimos sobre a força de perpetuação dessa lexias³ ainda em uso nos dias atuais.

Levando-se em consideração que a forma de nomear os lugares pode mostrar-nos uma herança linguística, podendo representar diferentes aspectos culturais e da formação da identidade de grupos sociais, nos interessamos por investigar as motivações para essas formas designativas, que poderiam estar relacionadas a fatores diversos, sejam eles físicos, políticos, econômicos, históricos e/ou culturais; bem como a fixação desse léxico toponímico na região pesquisada.

Dessa inquietação surgiram algumas indagações que impulsionaram nossos objetivos de pesquisa, foram elas: Como se configura, em linhas gerais, essa organização de nomeações indígenas nesta região? Quais as motivações para esses topônimos? Que fatores extralinguísticos mais estão mais presentes nas motivações toponímicas?

Esses primeiros questionamentos deram origem, de forma mais abrangente, aos objetivos desta pesquisa, que são: Investigar o processo de nomeação dos topônimos indígenas dos municípios de Banabuiú, Choró, Ibaretama, Quixadá e Quixeramobim, juntamente com os distritos⁴ que os compõem. Os nossos objetivos específicos são: analisar a motivação toponímica para a nomeação dos topônimos indígenas dos Município de Banabuiú. Choró,

² A coleta foi feita do mapa político-administrativo do Ceará, escala 1 : 650 000. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/estaduais>.

³ Unidade linguística significativa do léxico.

⁴ O termo distrito é empregado aqui para se referir a uma subdivisão territorial interna dos municípios.

Ibaretama, Quixadá e Quixeramobim, com os distritos que os compõe; investigar que fatores extralinguísticos foram mais preponderantes na motivação toponímica da região pesquisada; interpretar a construção dos sentidos que envolvem as toponímias indígenas da microrregião do Sertão de Quixeramobim.

A partir dos objetivos expostos podemos perceber que, como a língua constitui-se como um campo do saber que estabelece uma relação sistemática com o pensamento e a experiência (MARTELOTTA, 2015), não sendo, portanto, um sistema que existe de forma autônoma, que seja autossuficiente, consideramos que um estudo toponímico é interdisciplinar, pois é composto por muitas interfaces, tendo em vista que a história, a cultura, a geografia, entre outras áreas do saber estão imbricadas em todos nas formas de o pensamentos e a experiências humanas.

O léxico, de forma mais particular, como componente do sistema linguístico, constitui-se como marcas linguísticas construídas pelos sujeitos na interação social entre os grupos humanos e com o meio no qual vivem. Ou seja, o léxico estabelece relação com a cultura e com a formação das identidades de tal modo que, através dele, podemos perceber as formas de organização social, bem como, em contrapartida, analisar como essa cultura e forma de organização social influencia nas práticas linguísticas, através, por exemplo, da maneira de nomear os lugares. Assim, nesta pesquisa, temos vários campos do saber que são estudados em sua relação e também na forma como se complementam.

Isto posto, para chegarmos às considerações a respeito dos problemas elencados acima, dividimos esta dissertação em 06 (seis) seções. São elas: Introdução, em que fizemos um preâmbulo do que se seguirá no decorrer do trabalho; Seção 2: “Léxico e cultura: processos de nomeação dos lugares e estudos toponímicos”, em que fizemos uma discussão relacionando língua e identidade, léxico e cultura e, por fim, remontamos o percurso teórico da ciência Onomástica ao longo do tempo. Isso porque compreendemos que, para lidar com nosso objeto de estudo, precisamos refletir acerca de como a língua faz parte e atua como símbolo de representação das identidades culturais; bem como as relações existentes entre léxico, especificamente, e a cultura. Consideramos, ainda, a importância de uma subseção que tratasse, exclusivamente, de como a ciência Onomástica, notadamente os estudos toponímicos, iniciaram suas abordagens, e de como se desenvolveram.

Na terceira seção, intitulada “Os povos indígenas cearenses e panorama histórico-geográfico dos municípios da microrregião do Sertão de Quixeramobim”, traçamos um

panorama histórico acerca da colonização no Ceará, discutindo a chegada dos europeus às terras cearenses, bem como os conflitos entre colonos e nativos que ocorreram neste espaço. Em seguida tratamos, o quanto foi possível, da colonização especificamente na região do Sertão Central⁵, apresentando os grupos indígenas que, segundo os historiadores, habitaram a região que hoje é o estado do Ceará, bem como o espaço que hoje é delimitado como sendo o Sertão Central. Seguidamente tratamos de aspectos histórico e geográficos referentes aos municípios cujos topônimos fazem parte do *corpus* desta pesquisa. Dessa forma, contextualizamos o surgimento desses municípios, tratando, sobretudo de sua emancipação, o contexto histórico no qual os povos indígenas que habitaram esta região estiveram imersos frente à colonização, entre outros pontos que requerem respostas para as questões supracitadas, isso porque consideramos que a motivação toponímica está diretamente relacionada às formas de organizações sociais e às questões históricas a qual o denominador estava inserido. A análise acerca dos aspectos geográficos se dá pelo fato de que o aspecto físico é, em muitos casos, determinante na forma como os grupos humanos designarão seus espaços.

Seguidamente, na quarta seção, denominada “Procedimentos metodológicos” tratamos dos aspectos metodológicos que nortearam a pesquisa, expondo como organizamos a pesquisa, bem como explicitando os procedimentos teórico-metodológicos que adotamos para realizarmos a análise toponímica do recorte que fizemos da região do Sertão Central. Neste sentido, ressaltamos, ainda, o método taxionômico que norteou todo o nosso trabalho, o método taxionômico proposto por Dick (1980, 1992)), no qual a autora classifica os topônimos em 27 *taxes*, sendo, segundo tal classificação, 11 são de natureza física, ou seja, estão diretamente relacionadas ao meio ambiente, à natureza; e 16 de natureza antropocultural, onde os denominativos estão ligados a fatores culturais, sociais e históricos. Esse método foi primordial para que esta pesquisa fosse viabilizada e para que chegássemos às conclusões a que chegamos por meio de nossas análises.

Na quinta seção, intitulada “Toponímias indígenas da microrregião cearense Sertão de Quixeramobim: apresentação e análise de dados”, apresentamos os dados coletados, exposto em quadro que apresentam o topônimo, o tipo de acidente (acidente geográfico humano ou físico), a etimologia, a natureza toponímia (natureza física ou antropocultural) e a classificação taxionômica de acordo com a proposta de Dick (1980). Em seguida e tecemos uma análise

⁵ A falta de bibliografia robusta acerca do processo de colonização no Sertão Central tolhe os anseios por uma discussão maior acerca do assunto.

acerca desses dados, tomando como principal base teórica as pesquisas da autora supracitada, e analisando os fatores extralinguísticos imbricados nessas formas de nomeações.

A sexta seção, intitulada “Considerações finais” refere-se às considerações finais desta dissertação, em que fazemos a culminância da pesquisa, por hora, apresentando um panorama geral das conclusões a que chegamos por meio de nossa análise.

2 LÉXICO E CULTURA: PROCESSOS DE NOMEAÇÃO DOS LUGARES E ESTUDOS TOPONÍMICOS

Esta seção objetiva discutir conceitos e relações que podemos estabelecer entre léxico, cultura, identidade e o processo de nomeação, de forma mais geral, buscando trazer à realidade foco de nossa pesquisa, que são as toponímias da microrregião Sertão de Quixeramobim. Nossa abordagem busca compreender como o signo linguístico, em sua função designativa, se relaciona com a formação da identidade do povo que faz uso dele para nomear os lugares, bem como as relações que os topônimos estabelecem também com a cultura local.

Está seção, dividida em 03 (três) subseções discutirá como podemos perceber a formação da identidade de um grupo através da língua, assim como o lugar das toponímias de origem indígena dentro dessa formação identitária, por meio da subseção intitulada “A língua como identidade de um grupo social”. Para tanto, usaremos como escopo teórico os estudos de Ortiz (1986), Hall (2006), Woodward (2014) e Silva (2014), pensando a língua também a partir de autores como Martelotta (2015) e Marcuschi (2015). A segunda subseção, intitulada: “o léxico e a relação com a cultura”, discute o conceito de léxico, sua formação, para posteriormente, refletir sobre como um sistema lexical se relaciona com a cultura, como faz parte desta e como a reproduz. Nos fundamentamos, sobretudo, nos estudos de Biderman (1987, 1998, 2001) e Williams (1979, 1992, 2007, 2015). Por fim, a terceira subseção, intitulada “Ciência onomástica e percurso histórico dos estudos toponímicos”, os pressupostos teóricos da Onomástica, ciência que estuda os atos de nomeação, especificamente ao processo de nomeação dos topônimos, englobando todos os processos: a denominação, a origem, e sua evolução. Para tanto, nosso principal apoio teórico será os estudos realizados por Dick (1980, 1987, 1990, 1992, 2004), passando também pela retomada do percurso dos estudos toponímicos feita por Sousa (2019).

2.1 A LÍNGUA COMO IDENTIDADE DE UM GRUPO SOCIAL.

Existem formas diversas de definir o que somos, enquanto indivíduos, ou mesmo enquanto pertencentes a grupos sociais. Essa definição do que somos pode ser representada através de vários símbolos, seja a forma como nos vestimos, como nos comportamos, como organizamos nossos espaços, até as formas que utilizamos para nos comunicar. Todos são elementos que funcionam como formas de representações das coisas com as quais nos

identificamos e que, por sua vez, nos identificam, pois são componentes que fazem parte da formação de nossas identidades; essa definição também é marcada pela diferença (WOODWARD, 2014), ou seja, pelo que não somos, por aquilo que não escolhemos para nos representar.

Nesse sistema de símbolos representacionais e definidores de nossa identidade, a língua se insere como componentes que também nos define. Tomemos o exemplo dos atos de nomeação, uma das primeiras atitudes humanas diante do que vai surgindo no mundo. Ao nascer uma criança, uma das primeiras providências a serem tomadas, no que tange ao social, é nomeá-la. Esse nome pode estabelecer tanto uma relação afetiva com um outro parente de mesmo nome, quanto homenagem a determinadas figuras públicas, ou até relações através do significado etimológico do nome que, de alguma forma, identifique o sujeito. De igual modo, se o dono de um cachorro resolve que ele se chamará Nietzsche, certamente há uma relação cultural e cognitiva que leva o dono a reverenciar o filósofo alemão.

A narrativa bíblica reforça a ideia da importância do ato de nomeação, quando conta que, ao criar o ser humano, Deus o incube, como uma de suas primeiras tarefas, a de nomear as coisas no mundo. Se escolhemos, por exemplo, nomes de santos para todos os lugares de que temos posse, como por exemplo sítio fazenda, chácara, certamente o fazemos porque temos laços que nos unem, por algum motivo, ao sagrado, às questões religiosas.

Essas são referências que nos fazem pensar na importância atribuída ao ato de nomeação das coisas, atitude que, como podemos ver, funciona como uma espécie de “fazê-las existir” para um mundo de significação. Podemos pensar no ato de nomear como um processo de dar sentido à existência, reconhecer a identidade das pessoas, um fazer-se definir dentro do grupo social ao qual os sujeitos pertencem. As escolhas designativas, portanto, não são ocasionais, pois elas nos identificam, se relacionam com o que somos, com a construção da identidade de um indivíduo ou de grupos sociais e com a cultura da qual fazemos parte.

Nesse processo de nomeação, a língua se mostra em sua dinamicidade, uma vez que se faz uso de palavras já existentes, outras são reformuladas ou ressignificadas, outras são criadas e até “emprestadas” de outros idiomas. Especificamente, é também neste sentido que o léxico, componente de uma língua, é um sistema de representação, pois as palavras têm uma razão de ser no mundo, não são postas de forma aleatória e nem escolhidas para determinada situação pelo acaso, ao contrário, “todas as palavras remetem ao conhecimento que o homem constrói em sua experiência social com grupos e culturas de que participa” (ANTUNES, 2012,

p. 28). Ou seja, todas as palavras significam a partir do que foi construído pelo homem individualmente e em suas experiências coletivas, ao longo do tempo, no processo da cognição. As palavras são a organização conceitual de seus referentes no mundo (BIDERMAN, 1998), organização essa que parte das experiências e construção do conhecimento humano.

A partir de uma abordagem na perspectiva dos estudos culturais, podemos pensar na concepção de identidade como sendo historicamente construída (HALL, 2006), portanto, dinâmica, instável, em contraposição às concepções de identidade pensadas como sendo definidas biologicamente, como se esta fosse inerente ao ser humano, numa visão essencialista de identidade; ou, a concepção de que o sujeito, tendo um núcleo interior que não é autossuficiente, se construa através da interação entre seu mundo individual e o contato com o mundo externo (HALL, 2006). Assim, durante todo este trabalho lidaremos com noções de língua, história, cultura e identidade que convergem para a ideia do processo, de como essas concepções se constroem a partir de um contexto e dentro de um dinamismo, na intenção de relacionar os temas que estamos lidando numa mesma perspectiva.

Como explicitado anteriormente, o nosso objeto de estudo são as palavras de origem indígena que dão nome às cidades e distritos que a compõem no Sertão de Quixeramobim. Dessa forma, é necessário refletirmos sobre o ato de nomeação, sobre a natureza dessas escolhas designativas, bem como sobre esse padrão, a priori, de colocação lexical da língua indígena, e, assim, pensarmos a construção da identidade de grupos sociais, uma vez que “todo ato de nomear dar-se no bojo de uma política de representação que, por sua vez, está diretamente relacionada com o processo de construção de identidade” (FREITAS, 2006, p. 228). Ou seja, nomear os lugares diz respeito a como os sujeitos dessas regiões se veem também, como eles se definem e constroem sua identidade, ou de como a reivindicam. Nas palavras de Dick (1997):

O sistema denominativo que aciona é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. Os parâmetros que utiliza neste ato posicionam-se em relação diretamente proporcional ao que mais o impressionou ou sugestionou, no momento da criação do nome, dentro de um princípio derivado daquele remoto conjunto de circunstâncias comuns (DICK, 1997, p. 13).

Há uma estreita relação entre a forma de nomeação dos lugares com a formação da identidade dos grupos que os nomeiam, uma vez que hábitos e costumes dos grupos humanos fazem parte do conjunto de coisas que definem os sujeitos, de como se veem, de como são representados e de como representam. A motivação toponímica, o que impele o sujeito a nomear de tal maneira e não de outra nos remete às suas escolhas, a como ele diz o lugar em que vive e, de modo consequente, ao que o sujeito escolheu evidenciar dentro daquele espaço, seja a

motivação toponímica relacionada a aspectos físicos do espaço geográfico, seja ela determinada por questões de cunho socio-cultural.

Os nomes dos lugares inserem-se no que podemos chamar de palavra-ação (MARCUSCHI, 2015), uma vez que tem implicações de cunho representacional que diz respeito a construção de significados e até, de preferências. Essa representação que ganha materialidade na língua além de ser uma questão simbólica, tem também implicações sociais, uma delas, como já vimos relacionada à construção da identidade que diferencia os grupos humanos deste lugar. E sendo considerada um caminho de escolhas que define e distingue os grupos humanos, insere-se, também num sistema de poder, uma vez que diz respeito a preferências e a poderio para se fazer de tal forma em detrimento de outras.

Exercer poder sobre o outro muitas vezes está relacionado à força física de dominação, entretanto, pode ser feito em diversas esferas, tanto através da força física, como acontece, por exemplo, na dominação de territórios, seja por meio de atividades de cunho político e social. Exemplo disso são as políticas de representação (FREITAS, 2006) de governos distintos quando em ascensão, como por exemplo a forma como Brasília se tornou símbolo do progresso do Governo Juscelino Kubitschek (1956- 1961).

Outro Exemplo que podemos citar acerca da força de representação de um projeto político por meio de formas de nomeação é o bando 10, do livro antigo 16 (atual 86), de data crônica 1762-1807:

OTenente Cor^{el}. do Regimento deInfantaria paga da Goarni= são daPrassa doRecife dePern^{co}. acujo cargo seacha o governo desta Cap^{nia}. Doceará grande por ElRey Vosso Senhor Porquanto SMag^e. pelo Alvará de8 deMayo de1758 foy servido mandar que neste estado seobsservase = inviolael mente aley deSeis deJunho de1755 q' determinou acreção das V^{as} elugares deIndios das capitancias do Gram Parã Maranham Ficando commua aeste Estado sem restrição interpretação ou modificação alguã: Enad^a. Ley manda que nas fundaços das Villas elugares sepratique emquanto for posi-vel apolitica que ordenou para afundação daVila nova deS. Joze do Rio negro: **ecomo areferida política outro sim ditrimina⁶ que nas Vilas elugares q denovo Seeregirem nas Aldeas dos Indios sedenominem com os nomes dos lugares eV^{as}. doReyno que bem parecer aoGov^{or}. sem atenção aos nomes Barbaros q actual mente tem** (grifo nosso).

A partir deste bando podemos perceber a ação dos colonos em modificar o nome dos lugares no território cearense ou de estabelecerem uma política de nomeação dos lugares que surgissem, partindo de sua perspectiva e ignorando os topônimos indígenas que foram dados a esses lugares.

⁶ Ditrimina por determina.

Neste sentido, fica perceptível que os atos de nomeação também são formas de exercer poder e domínio, conforme esclarece Dick (1987):

Quando, no Gênesis, os animais da terra vêm à presença do primeiro homem para que este o denomine, estava se configurando, nesse momento, através do ato denominativo, a posse intelectual de uma espécie sobre a outra, através da manifestação simbólica da linguagem; o “dar nomes” e o “conhecer os nomes dados”, para os primitivos em geral, tinham realmente, uma conotação própria, porque pressupunha toda uma recorrência ao mecanismo de domínio do ente, cujo nome de batismo, o primeiro, clânico, por certo, se tornava público” (DICK, 1987, p. 97)

Ao falarmos sobre identidade, necessariamente precisamos pensar também sobre a diferença, dado que, dizer-se de uma forma, afirmar o que somos é, conseqüentemente, negar uma série de outras afirmações sobre nós mesmos. Definirmos de uma forma é negar tantas outras, por assim dizer. Somos também caracterizados a partir da diferença, isto é, do que não somos, como esclarece Ortiz (1986, p. 7): “toda identidade se define com relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença.”

Acerca disso, e relacionando o assunto à língua, Silva (2014, p. 2) afirma que “identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística. [...] precisam ser nomeadas”, pois a identidade, assim como a diferença não são inerentes, não existem por si só, mas precisam serem produzidas. Acerca disso, alguns exemplos de como a língua é um sistema de representação que marca a diferença podem ser elencados, é só pensarmos em como, cotidianamente, identificamos a origem das pessoas por meio da variação fonética, ou seja, pelo modo de pronúncia dos sons. Na região do Cariri, por exemplo, os fonemas /d/, /t/, sons dentais, tem seu som mais acentuado nessa articulação, em contraposição a outras regiões, onde nós usamos /dʒ/ /tʒ/. Essa forma de falar define, demarca uma posição do sujeito como sendo pertencente àquela região do Ceará e não a outra. De igual modo, as pessoas que moram nos ambientes rurais tentem a ter um vocabulário mais arcaico que os que residem nos ambientes urbanos, o que nos faz também reconhecer de onde o sujeito, ou determinados grupos se originam.

Dessa forma, Woodward (2014) afirma que a identidade, ao depender da diferença, é marcada por símbolos e também por sistemas classificatórios que organizam as relações sociais, estabelecendo, assim, os sentidos, uma vez que estes, não são inerentes às coisas, mas são construídos em relação a elas. Ou seja, o significado não é fixo e nem natural às coisas que determinam, mas são construídos no processo. Para a autora, é neste momento de classificação que “ideias e valores são cognitivamente apropriados pelos indivíduos” (Woodward, 2014, p.

41), quando temos a marcação da diferença tanto por meios de sistemas simbólicos, quanto por meio de formas de exclusão social.

No caso de nosso objeto, temos a marcação da diferença por meio de um sistema simbólico: as toponímias de origem indígenas são símbolos que marcam identidades que são produzidos e materializados por meio da língua. A forma de nomeação das cidades do Sertão Central são afirmações linguísticas não só da presença de determinados grupos humanos na região, mas também daquilo com o qual nos identificamos que, por conseguinte, nos diferencia do que não somos. São, portanto, itens linguísticos que fazem parte de um sistema de representação de uma forma de identificação.

Quando falamos em sistema, expandimos a noção das coisas, uma vez que sistema nos remete a rede, a um agrupamento que se interliga. É neste sentido de sistema que vemos a recorrência de topônimos de origem indígena nesta região como “um comportamento social repetido ou ritualizado, isto é, um conjunto de práticas simbólicas partilhadas” (WOODWARD, 2014, p. 47). Fazem parte de uma sequência que organiza o mundo social e que significa em relação um ao outro. Significam, inclusive a forte relação do lugar com uma memória indígena.

Woodward (2014, p. 47) frisa que “nossa compreensão dos conceitos depende da nossa capacidade de vê-los como fazendo parte de uma sequência”. Podemos, então, pensar que, certamente, para quem chega nesta região do Sertão Central, há um estranhamento com os nomes de algumas cidades, sobretudo se os itens lexicais forem muito distantes do vocabulário dessas pessoas. Perceber a rede de relações étnicas entre os nomes ajuda a organizar cognitivamente a forma com que se enxerga a região, cada cidade. Em termos práticos no momento de nossa descoberta desses topônimos, a ideia de encadeamento da origem e simbologia desses nomes nos ajuda a organizar os conceitos sobre eles e sobre a região. Para as pessoas que moram aqui desde sempre, certamente não há estranhamento, uma vez que essa é a forma de ordenamento social que lhes parece muito natural, pois desde que tomaram consciência de si, esses topônimos já estabeleciam uma identidade entre os moradores dessas cidades.

Dentro, então, do que Woodward (2014) denomina de sistema classificatório da identidade através de símbolos, vemos a importância da recorrência desses topônimos na “ordem social”. Não percebemos, neste sistema classificatório, uma oposição binária como seria o “sagrado e o profano”, a percepção que temos é de uma diversidade de classificações.

Além de nomes indígenas, temos também nomes que remetem a uma cultura cristã, à cultura africana e assim por diante.

Outro aspecto importante a ser discutido diz respeito ao que Hall (2006) aborda ao falar de identidades culturais, sobretudo quando trata de uma “comunidade imaginada” (HALL, 2006). Neste conceito, o autor aborda a questão da construção da identidade a partir das culturas nacionais, uma formação que, de tão enraizadas, parecem ser inatas, são os discursos que vão sendo construídos em torno de uma ideia de comunidade, que contribui, portanto, para que os sujeitos se percebam como participantes dessa comunidade, pertencentes a um grupo social que carrega consigo inúmeras características, fruto dessa construção imagético-discursiva (ALBUQUERQUE JR., 2011).

Hall (2006), ao tratar das questões relacionadas à identidade cultural, aborda aspectos que dizem respeito às questões de pertencimento, que será uma das direções que tomaremos neste trabalho, isso porque para melhor refletirmos sobre nosso objeto de estudo – os topônimos de origem indígena-, é interessante pensarmos como se dá essa relação das questões de pertencimento à uma matriz étnica e cultural na discussão sobre formação da identidade do sujeito pós-moderno. Para o autor,

as culturas nacionais são uma forma definitivamente moderna. A lealdade e identificação, que numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribos, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Cellner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas (HALL, 2006, p. 49).

As culturas nacionais como forma moderna dizem respeito ao impacto do nosso tempo atravessado por um dinamismo que diz respeito a mudanças e, por efeito, também, da globalização. Um período histórico marcado por mudanças que são fruto também da reflexão, da análise das práticas sociais; em contraposição à busca da perpetuação de uma tradição por meio da valorização de seus símbolos e das experiências passadas. Essa forma moderna, portanto, não quer dizer que haja uma ruptura com a tradição, com a experiência das gerações anteriores, quer dizer que práticas são pensadas e ressignificadas, é neste processo, portanto, que nasce uma cultura nacional, o movimento de necessidade em definir o que é nacional e de apegar-se à tradição, porém no movimento de atribuição de novos sentidos a esta.

Ao pensarmos em identidade nacional percebemos que a construção desse discurso relacionado às questões étnicas se funda, também, no cerne da memória, uma vez que durante o decurso de se formar um pensamento sobre o que é ser brasileiro, ou mesmo de traçar

discursivamente um projeto de nação, definindo então o que caracteriza o Brasil, podemos perceber uma aproximação com as raízes étnicas que partem do pensamento de que somos fruto das culturas dos índios, africanos e dos europeus. É a busca pela tradição, que se sustenta pelo fato de que “o discurso de uma cultura nacional [...] constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro (HALL, 2006, p. 58). Temos então que, segundo o mesmo autor, uma das formas pelas quais a identidade é narrada é através da “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na contemporaneidade.” (HALL, 2006, p. 53), isto é, na busca pelas raízes da nação e, assim, pela afirmação dessas raízes através da continuidade destas em diversos níveis.

Nesta perspectiva, as palavras advindas do vocabulário indígena configuram uma herança cultural linguística inserida no contexto atual em que pertencem, também, a uma ideia de nação. A este respeito, Biderman (1987) reitera que

o léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística que tem uma história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um *thesaurus*, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras. (BIDERMAN, 1987, p. 83).

À vista disso, a recorrência de topônimos de origem indígena indica a formação de uma identidade que busca a ligação às nossas raízes culturais através desses “símbolos e representações” (HALL, 2006, p. 50), neste caso, através da língua.

Hall (2006) ainda fala em conceito de “comunidade imaginada”, que seria a construção imagético discursiva produzida acerca de um determinado local, ou sobre um determinado povo, ou seja, que símbolos, imagens e discurso foram construídos de forma a definir e a caracterizar determinada comunidade, o que está diretamente relacionado à fundação das identidades nacionais e também das locais. Esses símbolos caracterizadores, por sua vez, são formas de representações que podem ser tidas como fios que ligam as pessoas a uma comunidade, a outras épocas e as tornam pertencentes a um grupo social. Logo, podemos pensar neste processo de continuidade através da língua, de um léxico toponímico que remonta às raízes ameríndias, tanto como uma forma de reivindicar pertencimento étnico, quanto de manter ligações com as matrizes fundadoras, mesmo que esse processo não se dê de forma consciente. Albuquerque Jr. (2011) denomina esse mesmo movimento de busca pelas raízes, referindo-se à história regional, de “ilusão referencial”, uma vez que há a necessidade de se dar “estatuto histórico” à nossa identidade, afirmar o lugar de uma tradição histórica.

Acerca disso, Woodward (2014, p. 11), na mesma linha de pensamento, afirma que uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo aos antecedentes históricos.”, para ela, essa ideia aproxima a identidade de uma visão essencialista, que a tem como algo permanente e estável, embora não seja assim, o que leva à busca pelo fio da genuinidade, de uma essência dos grupos sociais, e até uma verdade histórica, mesmo que, em um processo de ressignificações se produzam constantemente novas identidades, dando a sensação de permanência de uma identidade que vence as barreiras do tempo. Essas questões dizem respeito ao sentimento de pertença a determinados grupos identitários, neste caso, aos grupos indígenas que, por serem os primeiros a habitar nossas terras representam a raiz primeira desse lugar.

Neste sentido, pensarmos na permanência dessa terminologia indígena até os dias atuais, do que a fez perpetuar, se fazem parte de uma política de representação consciente, ou quais as motivações da força desses topônimos que atravessam o tempo e formam, nesta região, um sistema denominativo que remonta à língua indígena, mantendo em uso itens lexicais que, pela imposição do português, tendiam a desaparecer do exercício comunicativo dos falantes da região. De qualquer forma, consciente ou não, podemos, neste caso, pensar em política de representação, uma vez que estes topônimos são itens lexicais que constituem-se aspectos/marcas da construção simbólica da identidade de um povo, principalmente se pensarmos em como as matrizes indígena, africana e europeia estão presentes nesta ideia de nação por meio de seus inúmeros símbolos, um deles, a língua, até mesmo como uma ideia de reivindicação ligada às questões étnicas, uma vez que, como afirma Hall (2006, p. 49),

a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentido – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação: elas participam da ideia de nação tal como representada em sua cultura nacional.

Pensar as escolhas designativas como símbolos de representação que compõem uma identidade, como formas de atribuição de sentidos, é pensar nesses itens lexicais como atos políticos, que fazem parte da construção dessa “comunidade imaginada”, que nasceram no bojo de uma realidade social que, embora não seja um processo consciente, coexiste imbuídas de significados e que também caracterizam a cultura de um povo. Ainda mais se pensarmos identidade e língua, ambas como sistemas de significação, veremos que estão imbricadas e que a língua, sobretudo o léxico, tanto faz parte da significação para a construção de uma identidade, quanto nos permite percebermos como se dá esta construção ao longo da história.

As escolhas designativas se dão no bojo da arbitrariedade porque não são determinadas naturalmente, como escolhas, partem sempre da subjetividade de quem tem poder para fazê-las, partem das intenções de quem as fazem, do que pensam, de como veem o mundo, de sua cultura e história. Podemos pensar no léxico toponímico, nas escolhas que se deram, em sua motivação, como uma política de representação local que faz parte de uma narrativa sobre a construção identitária da nação, uma vez que a linguagem enquanto “instrumento cognitivo [...] tem como função organizar e fixar a experiência humana.” (MARTELOTA, 2015, p. 184), portanto, ao sermos interpelados pela necessidade de pertencimento, pela necessidade da construção de uma narrativa acerca da identidade nacional, vamos reorganizando nossas experiências culturais e concebendo formas diversas de linguagens para representar essa estrutura identitária.

Percebemos, portanto que o processo de nomeação dos lugares não é uma atividade aleatória, pelo contrário, nomear, como foi dito, é uma forma de organização humana. Entretanto, não é uma atividade, nos termos de Irandé (2012), que pode ser tida como uma forma de rotular as coisas do mundo, a escolha lexical para nomear se dá a partir de processos subjetivos e complexos que dizem respeito a como cada grupo humano conceitua o seu espaço, por conseguinte, como esses grupos o percebem. É, por assim dizer, uma atividade que põe em destaque costumes, crenças, etc., do povo que o faz.

Logo, através da nomeação dos lugares, os indivíduos “revelam padrões motivadores vigentes e suas influências objetivas e subjetivas” (DICK, 1990, p. 78) Portanto, quem estuda o processo de nomeação de um lugar está, por assim dizer, descobrindo “recortes de uma realidade vivenciada, consciente ou não, que representam a mentalidade de um tempo histórico ou *ethos* grupal.” (DICK, 1990, p. 99), assim como identidades dos sujeitos partícipes da ação designativa.

2.2 O LÉXICO E A RELAÇÃO COM A CULTURA

De modo amplo, léxico corresponde ao conjunto de palavras que compõe o vocabulário dos falantes de uma língua, ou seja, é a totalidade das palavras ou expressões que estão ao nosso dispor para que possamos exercer a comunicação. Tais palavras, por sua vez, vão se estabelecendo em uma língua ao longo do tempo e estão sujeitas a interferências dos processos históricos, dado que com o transcorrer do tempo, novas palavras vão sendo

incorporadas ao conjunto de itens lexicais existente, algumas vão desaparecendo ou modificando-se em sua forma e significado, como ressalta Biderman (2001):

O léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo de sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do léxico de sua língua. Nesse processo em desenvolvimento, o léxico, se expande, se altera, e, às vezes, se contrai. As mudanças sociais e culturais acarretam alterações nos usos vocabulares; daí resulta que unidades ou setores completos do léxico podem ser marginalizados, entrar em desuso e vir a desaparecer. Inversamente, porém, podem ser ressuscitados termos que voltam à circulação, geralmente com novas conotações. Enfim, novos vocábulos, ou novas significações de vocábulos já existentes, surgem para enriquecer o léxico. (BIDERMAN, 2001, p. 178)

Dessa forma, percebemos que o léxico não é um sistema linguístico linear, mas um sistema que estabelece relações dinâmicas com o mundo cultural e social, sendo o aspecto mais influenciado por fatores externos numa língua. Por esse motivo, faz-se necessário, então, refletir sobre como se estabelece a relação entre itens lexicais e as coisas às quais eles designam no mundo, ou seja, como se estabelece essa relação entre signos linguísticos e não-linguísticos. A este respeito, Marcuschi (2015) dá ênfase à ação no ato do dizer, tirando o destaque dado ao longo dos estudos linguísticos na relação que se estabelece entre a língua e o mundo que ela representa. Para o autor,

Se concebermos a linguagem como atividade social, histórica e cognitiva, o essencial é acharmos uma forma de analisar as atividades sociais, históricas e cognitivas realizadas no ato do dizer. É provável que o segredo da cognição e dos modos de dizermos o mundo esteja não na relação linguagem-mundo ou pensamento-linguagem e sim nas atividades ou ações praticadas entre os indivíduos que conhecem. Se linguagem é *atividade*, parece razoável admitir a atividade como unidade de análise e foco de observação. Entender é sempre entender no contexto de uma relação com o outro situada numa cultura e num tempo histórico e esta relação sempre se acha marcada por uma ação (MARCUSHI, 2015, p. 264).

Dessa maneira, podemos compreender que, obviamente, as palavras significam o mundo e, pensar essa relação, portanto, faz-se necessário por meio de uma análise da ação de nomeação em si, ou seja, ao modo como percebemos o mundo para, assim nomeá-lo, atividade que, por sua vez não diz respeito apenas à ação de rotular objetos e coisas no mundo e classificá-las, até porque o mundo está em constante processo, não é estático. O que queremos dizer com isso é que há uma relação mais complexa entre a linguagem, a cognição e a experiência humana, que nos faz pensar a língua não como um sistema autônomo, mas como uma atividade que significa e organiza o mundo, através também, da experiência cultural dos falantes de uma língua, como também afirma Biderman (1998, p. 88), “é a partir da palavra que

as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas. A denominação dessas realidades cria um universo significativo revelado pela linguagem.”

Biderman (1987) ressalta que “o universo conceptual de uma língua natural pode ser descrito, portanto, como um sistema de categorias lexicais. As palavras geradas por tais sistemas nada mais são que rótulos, através dos quais o homem interage cognitivamente com seu meio” (BIDERMAN, 1987, p. 82). É nesse sentido que podemos compreender como o léxico é o aspecto da língua em mais se percebe essa relação com a cultura, com a formação da identidade e com o mundo social: é o nível do campo conceitual de uma língua, é através das palavras que nós atribuímos sentidos, formamos conceitos sobre o mundo de maneira simbólica e representativa. Assim, nessa mesma linha de raciocínio, podemos pensar se seria mesmo apenas um sistema de rótulos, uma vez que pensar nesses termos, é entender o léxico como um sistema de representação conceitual imóvel, o que a nosso ver é um contrassenso, pois os sujeitos conceituam as palavras a partir de como eles percebem o mundo, e o mundo não é estático, as estruturas que organizam o mundo social são dinâmicas, disso provém que, não podemos pensar o léxico somente como um sistema da realidade como se a realidade fosse uma, pois esta pode ser compreendida de forma diferente pelos sujeitos.

Assim, as palavras são compreendidas não como representações fieis das coisas no mundo, pois se assim fosse, a função das palavras seria simplesmente a categorização e a rotulagem. Mais que isso, como pondera a própria Biderman (1998, p.89) “palavras designam campos de conceitos em vez de coisas físicas”. Deste modo, temos uma questão que ultrapassa o plano da representação e vai ao campo da conceituação e, assim, concebemos o mundo à nossa volta. Essa forma de compreender o mundo faz com que o sujeito faça escolhas designativas, como é o caso da escolha para a nomeação de um lugar. Tal escolha, por assim dizer, é uma forma de agir no mundo e configura um ato político, no sentido de representação e reivindicação de uma identidade. Os decretos políticos que determinam nomes de cidades, escolas, fóruns, etc. são exemplos de como o poder é exercido, mediante essas escolhas designativas, como uma marca dos planos de governo que esteja em vigor. Até hoje vemos muitas instituições públicas que homenageiam governantes que estiveram no poder durante a ditadura militar no Brasil, contribuindo para que esses personagens se perpetuem na memória das pessoas, atravessando as gerações.

Outro exemplo que podemos elencar é sobre a chegada dos Europeus ao Brasil, quando houve a necessidade de dar nomes novos aos lugares e esse processo se deu, a partir da forma como eles viam o mundo que os cercava, a experiência de mundo que eles já tinham

caracterizava as terras novas. Dessa forma, nomes indígenas foram substituídos por referências religiosas e tantas outras pertencentes ao repertório cultural dos colonizadores, como pudemos perceber no bando 10, citado de subseção anterior.

Compreendemos que além das questões propriamente linguísticas, um estudo do léxico compreende também questões de cunho político e histórico-cultural, pois, como afirma Faraco (2005, p. 42) “o léxico é um dos pontos em que mais claramente se percebe a intimidade das relações entre língua e cultura.” Isso se dá pelo fato de que o léxico é uma unidade linguística que estabelece uma relação com aspectos extralinguísticos, uma vez que o significado das palavras está diretamente relacionado aos conhecimentos e experiências que a humanidade constrói ao longo de sua vivência. Dessa forma, um estudo do processo de nomeação das coisas precisa levar em consideração também a análise da atividade sócio-interativa (MARCUSCHI, 2015), entendida como um aspecto extralinguístico que influencia diretamente no funcionamento da língua e que diz respeito, também, a questões culturais.

Através da língua, como se vê, podemos estudar questões relativas à cultura de um povo e, nesta perspectiva, pretendemos pensar a cultura dos povos indígenas não como algo que pertence ao passado, mas como uma cultura que está viva também no presente, obviamente, não mais como no dantes, uma vez que não pensamos essa cultura como algo pronto e acabado, mas como aspectos que estão em constante transformações (WILLIAMS, 2015).

Antes de qualquer outra consideração, é de extrema importância pensarmos como o conceito de cultura foi construído ao longo do tempo, até chegarmos à abordagem que trataremos nesta pesquisa. Williams (2007), em seu importante trabalho *Palavras-Chave* faz uma excursão sobre este conceito, explorando-o, inclusive, de acordo com seu uso em línguas diferentes, como inglês e francês. A princípio, o autor esclarece que, no que se refere à etimologia da palavra, cultura, do latim *colere*, estava relacionado a uma gama de significados todos atrelados a “habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração” (WILLIAMS, 2007, p. 117) sentidos que, se fôssemos pensar em sua associação semântica, todas nos remetem a permanência, a cultivo.

Ainda segundo o autor, a palavra que estava relacionada a processos externos ao homem ligados à terra, ao cuidado e ao cultivo das plantações, por exemplo, foi, em um processo de metaforização se associando aos processos internos de cultivo humano, de desenvolvimento humano. Decorre disso que a palavra cultura também foi utilizada, em muitas línguas, como sinônimo de civilização (Williams 2007). Isso porque, é ainda nesse contexto,

que nasce também o pensamento de cultura como sendo o que é considerado clássico em determinadas sociedades, o canônico, como exemplo, a literatura de José de Alencar, no Brasil. Assim que, civilização sendo considerado um grau avançado de evolução humana, é relacionado a alta cultura, ou seja, ao cultivo do que a humanidade constrói de melhor, ressaltado o juízo de valor do termo e a sua relação ao que é historicamente construído como melhor ou pior, o conceito de cultura pensado de forma elitista que divide hierarquicamente a produção humana. Tanto que mais adiante, o autor faz referência à ideia de “cultura europeia superior” (WILLIAMS, 2007, p. 120), pensamento que vai ao encontro a um dos conceitos de cultura como sinônimo de civilização, pois essa relação entre termos era feita tanto em referência ao “sentido abstrato de um processo geral de tornar-se “civilizado” ou “cultivado”” (WILLIAMS, 2007, p. 119), quanto em referência ao processo de desenvolvimento humano.

Relacionando à primeira referência de cultura como um processo de tornar-se civilizado, que Williams (2015) tece sua crítica ao exemplificar que a casa de chá de Cambridge traz sobre o termo cultura “uma acepção especial: como um sinal externo e enfaticamente visível de um tipo especial de pessoa, as pessoas cultivadas” (WILLIAMS, 2015, p.6). É o pensamento de hierarquização da cultura, de que existe uma cultura maior e melhor. Uma visão que, obviamente, busca manter a superioridade de uma classe, não somente economicamente, mas também por meio do conhecimento, das produções culturais tidas como de maior valor.

Sistematizando o conceito de cultura, o próprio Williams (1992) ressalta os seguintes significados acerca do termo:

(i) um estado mental desenvolvido – como em “pessoa da cultura”, “pessoa culta”, passando por *(ii) os processos desse desenvolvimento* – como em “interesses culturais”, “atividades culturais”, até *(iii) os meios desse processo* – como em cultura considerada como “as artes” e “o trabalho intelectual do homem” (WILLIAMS, 1992, p. 11).

O primeiro sentido do termo, já comentado anteriormente, é um dos mais comumente utilizado para estabelecer uma hierarquia entre as pessoas, entre as que têm posse desses bens culturais ou não. Os significados postos em (ii) serão um dos principais abordados neste trabalho, visto que pensaremos o processo de desenvolvimento dos topônimos (mas não numa perspectiva de hierarquização das línguas), como sendo uma atividade cultural imbuída de “um modo de vida” de grupos sociais. Levando em consideração também que na perspectiva das obras contemporâneas da sociologia da cultura, conforme aponta Williams (1992, p. 13) encaram “a cultura como sistema de significações mediante o qual necessariamente (se bem

que entre outros meios) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada.”, pensamento que, para o autor, configura uma convergência entre os pensamentos anteriores da sociologia da cultura.

E nesse sentido, temos um ponto chave para este estudo, ambos: cultura e língua, vistas como sistemas de significação que atuam e que são alteradas social e historicamente. Dessa forma, o léxico, especificamente, é um conjunto de práticas significativas da linguagem por meio do qual podemos compreender relações culturais.

Williams (2015) traz conceituações importantes nos estudos culturais acerca do que é cultura. Nas palavras do autor:

A cultura é algo comum a todos: este o fato primordial. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. Toda sociedade humana expressa isso nas instituições, nas artes e no conhecimento. A formação de uma sociedade é a descoberta de direções e significados comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra. (WILLIAMS, 2015, p. 5)

O postulado de Williams, embora pareça claro, envolve algumas implicações importantes para pensarmos o que é cultura para o autor, vejamos: primeiro, se está a cultura impressa nas instituições, nas artes, no conhecimento, ela diz respeito ao que os grupos humanos construíram ao longo de sua história, ao saber acumulado e expresso através de significados por meio das instituições, das artes e do conhecimento; segundo, o conceito de cultura está relacionado à convergência de significados.

É também um trecho importante para a discussão que estabeleceremos aqui acerca das relações entre o léxico e a cultura: dizer que a cultura é algo comum, é compreender que todos os povos são dotados de uma cultura, concepção que rompe com noções bipartidas que se teve durante muito tempo sobre cultura como um elemento de supremacia e superioridade segregadora. A partir da colocação acima, podemos compreender que, embora haja culturas historicamente privilegiadas, uma questão que envolve as relações de poder, a cultura é algo comum aos povos e esta cultura, a saber, os elementos culturais, como a língua, são históricos, provisórios, passíveis de mudanças através de novas experiências e de ressignificações. Sobre essa noção segregadora de cultura, de cultura maior ou menor, cultura elitizada e cultura de massas, cultura popular e erudita, Williams enfatiza que é “minudência, essa decisão extraordinária de definir certas coisas como “cultura” e então isolá-las, como se construindo um muro em volta de um jardim” (WILLIAMS, 2015, p. 7).

A partir do que foi exposto, podemos pensar na cultura como a experiência humana organizada e significada. Nesse processo, a língua, uma das formas de estabelecimento dessa organização e significação humana assume uma dualidade, pois é simultaneamente, componente cultural e instrumento por meio do qual podemos compreender a cultura de determinadas comunidades. Ou seja, através da língua, também organizamos nossa maneira de estar no mundo e de atuar sobre ele, o que nos faz pensá-la como componente da cultura. E é por meio dela, também que podemos perceber e estudar as práticas culturais e históricas de nossos antecessores, uma vez que práticas linguísticas que foram usuais em tempos que nos precederam também permeiam as relações sociais do presente, muitas modificadas em suas formas e sentidos, mas que nos ajudam a compreender as formas de organizações comunitárias do passado, como é o caso do objeto de estudo desta pesquisa – as toponímias.

Nessa perspectiva, Williams (1979) cunha conceitos importantes sobre as relações sociais e culturais que lançam luz à nossa compreensão sobre o léxico, enquanto componente cultural, também histórico e processual. Um desses conceitos fundamentais para compreendermos a dinâmica lexical dentro dos processos históricos, é o de *Estruturas de Sentimento* (WILLIAMS, 1979). Para o autor, o termo *estrutura* diz respeito a organicidade interna, às relações estruturais que são articuladas, porém dinâmicas, fluída; e *sentimento* está relacionado a “impulso, contenção e tom” (WILLIAMS, 1979, p. 134), ou seja, a visão de mundo, as relações, os elementos afetivos que podem não ser racionais.

Já é posto por estudiosos da língua a organização formal e estrutural do léxico enquanto aspecto linguístico composto de uma organicidade interna, enquadradas em categorias morfológicas, semânticas, sintáticas, fonéticas etc. Mas não só. Como afirma Duranti (2000), de modo geral,

uma língua é mais que um conjunto de categorias fonológicas, morfológicas, sintáticas ou léxicas e uma série de regras para seu uso. Uma língua existe no contexto de práticas culturais que, por sua vez, descansam em alguns recursos semióticos, como as representações e expectativas que proporcionam aos corpos e movimentos dos participantes no espaço, o entorno construído em que inter-atuam, e as relações dinâmicas que se estabelecem por meio da recorrência na atividade conjunta que realizam. (Duranti, 2000, p.104, *apud* Seabra, 2015, p.72)

Levando em consideração essa definição geral, o léxico de uma língua configura, além de aspectos formais, um patrimônio vocabular histórico, cultural e social, a partir do qual podemos, portanto, compreendê-lo por meio de sua relação com a cultura.

Essas colocações nos fazem retomar o pressuposto conceitual de Williams (1979), e relacioná-los às mudanças ocorridas no léxico ao longo do tempo, fruto dessa relação do

léxico com a cultura, com a história e com as organizações sociais, como modificações nas *Estruturas de Sentimento* (WILLIAMS, 1979), uma questão que diz respeito tanto à imposição ou influência, quanto à própria experiência social em si, aos processos socio-históricos, dado que a língua, tendo sua estrutura interna, sua organicidade, a que chamamos sua gramática, é mutável por questões de cunho relacional, elementos que nem sempre são conscientes e que nascem nas relações histórico-sociais, sendo, então, provisórios, passíveis de mudanças no decorrer de novas experiências e ressignificações.

Conforme afirmado sobre o léxico como *Estrutura de Sentimentos*, por sua capacidade de ser, ao mesmo tempo, parte de uma estrutura da língua que segue a uma organização interna, ou seja, dentro dos processos comunicacionais, o léxico não atua de forma aleatória, mas segue uma organização para significar, fazer sentido, bem como, atrelado às experiências humanas, é mutável em níveis diversos (em sua morfologia, fonologia, significação), influenciado por fatores tanto linguísticos como por fatores de cunho relacional das vivências humana, configurando uma estrutura que não é fixa, porém não aleatória, sem sentido em si.

Ainda acerca do conceito de *Estrutura de Sentimentos*, cabe elencar um exemplo de que, no processo de colonização, não se buscava, obviamente, apenas a tomada de terras, mas também outras formas de dominação, inclusive através da polarização da língua portuguesa, mesmo que não tivesse ocorrido a imposição de uma língua sobre a outra através do ensino e oficialização da Língua Portuguesa, a língua dos nativos não seria também a mesma hoje, uma vez que, embora a língua seja uma estrutura com uma organização interna, esta, por sua vez, não é fixa, mas sim fluida, sujeita a mutações de acordo com as experiências, as relações estabelecidas socialmente que nem sempre são conscientes, como comentado anteriormente.

Entretanto, observamos que, neste processo de socialização da Língua Portuguesa em terras brasileiras, muito do léxico de origem indígena permanece no leque de possibilidades dos falantes brasileiro, hoje, porque foi, de alguma forma, considerado relevante e se perpetuou no uso linguístico. Todavia, a forma de organização social e cultural não é a mesma hoje que a de quando estes nomes surgiram, assim, um estudo cultural desses topônimos pretende compreender a relação dos mesmos com as novas formas de organização social.

No nível semântico, um exemplo interessante a ser dado sobre essa relação léxico e cultura é o significado atribuído ao topônimo de origem tupi *Anhanga*⁷ que significa, segundo Luiz Caldas Tibiriçá (1985, p. 19), “gênio da floresta, protetor da fauna e da flora.” Trata-se, portanto, de um topônimo que tem fortes ligações com a mitologia tupi, elemento da cultura desse povo. Agora, vejamos: para Tibiriçá, a palavra *Anhangabaú*⁸, que conta com elementos gráficos e fonéticos muito próximos do topônimo anteriormente citado, é a junção de *Anhanga*, espírito protetor das matas, com *Ambaú*, que significa figueira. Neste caso, *Anhangabaú* significa figueira de Anhanga planta que foi denominada, anos depois, de *figueira-do-inferno*, numa tradução da língua tupi. Isso porque para os Jesuítas, com uma cultura religiosa judaico-cristã, *Anhanga*, elemento da cultura indígena, significava demônio, espírito mau (TIBIRIÇÁ, 1985), uma vez que eram assim definidas as divindades consideradas pagãs. Neste sentido, percebemos que todas essas mudanças são modificações nas *Estruturas de Sentimento* (WILLIAMS, 1979), conforme falamos antes.

Antunes (2012, p. 28) afirma que o léxico é “uma memória dinâmica, em movimento constante, que se vai reformulando passo a passo, assim como as manifestações culturais que ele expressa.” Isso porque o léxico componente linguístico de representação cognitiva das construções sociais é, em parte, aberto e renovável, cabendo aos falantes o direito de modificá-lo, conforme a necessidade dos contextos de uso, o que não quer dizer, ainda, que o léxico não tenha constância. As mudanças são motivadas pelas necessidades dos falantes da língua, que por sua vez, estão relacionadas às organizações culturais e sociais. Tais mudanças não se referem apenas à criação de novas palavras, mas também à inserção de palavras de outras línguas, às mudanças de sentido e ao desaparecimento de algumas palavras. É neste ponto que o léxico se configura como uma “memória dinâmica” que acompanha os processos de mudanças das manifestações culturais que encontramos um ponto de convergência importante com os estudos culturais.

A relações sociais vão se alterando ao longo do tempo, são as estruturas de sentimentos, assim como a língua. Nisso, vão surgindo novas formas de ver o mundo e também novas formas de nomear e significar as coisas. Essas formas de nomeação podem também não ser novas, no sentido de que palavras empregadas há muito tempo, podem estar em uso nos dias atuais e podem assumir novas funções em seu contexto de uso e também novos significados.

⁷ Topônimo de uma cidade do Pará, situada na zona da Bragantina.

⁸ Região localizada no centro da cidade de São Paulo.

Cabe lembrar que Williams (2015, p. 5) ressaltou que “uma cultura tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus integrantes são treinados; e as novas observações e os significados que são apresentados e testados”. O autor chama a atenção para os processos concernentes às questões culturais que correlacionam tradicional à criatividade, ou seja, a capacidade humana mesmo de cultivar a construção histórica humana, num processo coletivo, e de ressignificá-la em um processo criativo.

Pensar essa colocação no que concerne ao processo de nomeação da região pesquisada há a recorrência de escolhas lexicais originários das línguas indígenas. Esse “complexo toponomástico”, nos termos de Dick (1997) sobreviveu no uso linguístico por muitos anos. Ocorre que alguns deles, por exemplo, não eram a princípio nomes de municípios, como é o exemplo do topônimo *Banabuiú*, palavra que primeiro deu nome ao rio e só posteriormente, no advento de sua emancipação política, é que se tornou nome da cidade. Provém, assim, a importância de, nas próximas seções, analisarmos o percurso onomástico de nomeação desses municípios e de pensarmos a importância essa prática linguística e política de nomeação.

2.3 CIÊNCIA ONOMÁSTICA E BREVE PERCURSO HISTÓRICO DOS ESTUDOS TOPONÍMICOS

Como vimos nas subseções anteriores, nomear é uma das primeiras atitudes humanas diante do mundo que nos cerca. É sobre esse ato que a ciência Onomástica se debruça, uma vez que seu foco está no estudo dos nomes próprios de qualquer espécie, fato que a insere como integrante do campo de pesquisa da Lexicologia. A Onomástica é uma ciência que se divide em dois grandes campos de pesquisa, são eles: a *Antroponímia*, que pesquisa os nomes próprios de pessoas, interessando-se pela origem, as variações, a evolução e a relação histórica do nome com o local e com o tempo; e a *Toponímia*, outro campo de pesquisa, área a que nos ocupamos, estuda as nomeações espaciais, ou seja, os nomes que se dão aos lugares, não se restringindo somente a nomes de lugares como municípios, fazendas e sítios, mas também a nomes de rios, pedras, etc.

Os estudos toponímicos surgiram de forma estruturada na França, em 1878, quando o estudioso Auguste Longnon decidiu incorporar a pesquisa sobre as nomeações espaciais em suas atividades enquanto professor na École Pratique des Hautes Études e no Colégio de França, conforme aponta Dick (1987). Só mais tarde, por iniciativa de Albert Dauzat, em 1922, é que

os estudos onomásticos voltados para as toponímias foram retomados, com um período de maior efervescência em pesquisas e publicações e eventos organizados especificamente com foco em pesquisas nesta área do conhecimento.

Trata-se de um campo de estudo interdisciplinar que reuniu e ainda reúne pesquisadores de muitas áreas, sejam linguistas, historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos etc., como afirma Dick (1990, *apud* Sousa, 2007, p.29) é “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente.” Isso porque, como vimos, abrange muitas outras áreas do conhecimento em atuação simultânea, o que torna inteiramente possível relacionar os estudos toponímicos em uma discussão sobre identidade, cultura, história, geografia e assim por diante.

Um marco na história das pesquisas onomásticas que merece ser destacado neste percurso histórico foi o *I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia*⁹, que contou com a participação de mais de 20 países. Neste congresso, muitas ações importantes para o desenvolvimento dos estudos nessas áreas foram tomadas, como aponta Dick (1987):

A –realização periódica de Congressos Internacionais de Toponímia e Antroponímia; B – organização de uma sociedade Internacional de Toponímia e Antroponímia; C – criação, nos países que não o possuísem, de departamentos oficiais para a elaboração de glossários de nomenclatura geográfica; D – sistematização dos processos de pesquisa (Dick, 1987, p.94).

Essas ações e decisões acerca do andamento dos estudos onomásticos foram de extrema importância para a sistematização das pesquisas nesse âmbito, sobretudo, porque essa estruturação requer parâmetros e pressupostos básicos para se realizar uma pesquisa em Onomástica.

No Brasil, segundo Dick (1987), um dos primeiros pesquisadores no campo dos estudos toponímicos foi Armando Levy Cardoso, dando às pesquisas um viés histórico, o pesquisador ressaltou a importância de obras como as de Theodoro Sampaio, bem como a importância do apoio das instituições oficiais para as pesquisas toponímicas. Outros pesquisadores que também foram expoentes no estudo dos topônimos, foi o professor Carlos Drummond (1965) que se dedicou à pesquisa das línguas indígenas e também da cultura, dando início ao estudo do léxico indígena e, posteriormente, estendendo-se à sistematização do estudo toponímico no Brasil, em meados da década de 60, quando, inclusive, houve a inserção da disciplina Toponímias no curso de Letras da USP. Outro pesquisador importante foi o professor

⁹ Organizado por Dauzat, em 1938, segundo Dick (1987, p. 94).

Eduardo de Almeida Navarro, que também deu início à Toponímia através do interesse pela pesquisa das línguas indígenas.

Como podemos perceber, o início das pesquisas desse campo do saber, no Brasil, se deu principalmente por meio da pesquisa em línguas indígenas, uma das primeiras motivações para se pesquisar os nomes indígenas que foram dados aos espaços do Brasil

A professora Maria Vicentina Dick, que lecionou na USP é uma das grandes pesquisadoras no campo dos estudos linguísticos no Brasil, especificamente no trabalho com as toponímias. Desde a década de 80, ela tem empenhado esforços na análise dos processos de nomeação dos lugares levando em consideração fatores linguísticos e extralinguísticos, na busca pela compreensão acerca da origem das nomeações, e, principalmente da motivação toponímica, considerando que essa busca vai ao encontro da história do povo que a inscreve. Nos Estudos feitos por Dick, cada elemento linguístico deve ser analisado dentro de um contexto, precisa ser analisada dentro de um campo associativo, mesmo quando estamos nos referindo a palavras, pois, cada elemento lexical pode assumir sentido diferente a depender do contexto no qual é empregado.

A pesquisadora propôs um modelo de investigação dos topônimos que os divide em *taxes*¹⁰ de natureza física e antropocultural, que estão divididos em vinte e nove *taxes* explicativas que remontam o percurso onomástico dos topônimos que nos dão margem para a pesquisa de diversos aspectos, como por exemplo a “análise nominais e conseqüente fixação de um modelo ou padrão de nomes, válido para a comunidade doadora ou receptora” (DICK, 2007, p. 142).

As *taxes* classificadas como sendo de **natureza física** são os topônimos que estabelecem uma relação com o espaço físico, como a paisagem do que é denominado, por exemplo, com as formas geográficas do espaço, os vegetais, os minerais, as constelações, os acidentes hidrográficos, os animais, etc. Para cada tipo de relação, há um correspondente taxionômico.

As *taxes* de **natureza antropocultural** são aquelas em que os topônimos se referem a fatores culturais, históricos, sociais e ideológicos, são os que estão mais relacionados à ordem cultural e não naturais dos espaços, por exemplo, os topônimos referentes aos nomes de

¹⁰ *Taxes* são classificações feitas de acordo com a motivação toponímica para a escolha de um nome de um espaço, por exemplo: os espaços cuja motivação designativa estão relacionado às religiões, ao sagrado, são denominados de *hierotopônimos*, assim como os lugares cuja motivação se relacionam com os corpos celestes, são denominados *astrotopônimos*, de acordo com a classificação taxionômica de Dick (1992).

religiões diversas, ligados ao sagrado, nomes referentes a figuras públicas e históricas, os que se relacionam com atividades profissionais e assim por diante.

Essa classificação está totalmente atrelada às motivações toponímicas, que podem ser múltiplas e dialogam com diversas disciplinas. Apesar de ser um campo de pesquisa interdisciplinar, os estudos onomásticos se estabelecem no campo da linguística, assim como a toponímia, pois “representa, assim, a parte prática da pesquisa onomásticas, do ponto de vista dialetológico (extratos lexicais presentes no português do Brasil), etimológico e taxionômico (categorias motivadoras)” (DICK, 2007, p. 154). Destarte, compreendemos que é um campo que engloba categorias lexicais, estudo do étimo, construção de significados, passando pelas motivações toponomásticas, parte em que, principalmente, é estabelecido o diálogo com outras áreas do saber, que não somente a linguística.

Ainda para Dick (2007, p. 144), a pesquisa onomástica,

é muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população.

Por isso a importância de pensar estudos nessa área em relação com a identidade, a cultura e também a história. É necessário dar ênfase aos aspectos de mudanças histórico-sociais que movimentam também a língua, apesar de que uma pesquisa toponímica lida com o passeio pela memória, pelos rumos culturais que estão imbuídos nos topônimos. Com relação a isso, Pompeu Sobrinho (2010, p. 106), que também deu grandes contribuições para a pesquisa toponímica no Estado do Ceará, sobretudo a de origem indígena, esclarece que

As denominações locais surgiram, alteraram-se ou desapareceram, foram uma ou mais vezes substituídas por outras de igual ou diversas origens, numa ordem determinada, sob o estímulo de circunstâncias mais ou menos bem conhecidas. Daí o revelam elas, nesse dinamismo histórico, episódios de que se não tinha ainda conhecimento, confirmarem, precisarem, situarem e esclarecerem outros até agora mal apontados pelos velhos cronistas.

O autor, além de ressaltar a percepção acerca do dinamismo da língua, relacionando sempre ao dinamismo histórico, afirmando a conexão entre língua e processos históricos, mostra a importância da necessidade de pesquisas nessa área, a relação que este campo do saber estabelece com outros conhecimentos, uma vez que, ao falarmos em circunstâncias nas quais esses topônimos estão envoltos, nos referimos, não só às linguísticas, pois estas mesmas são motivadas por fatores externos, disso decorre que, a interdisciplinaridade no campo da onomástica é um ponto chave, principalmente quando pensamos em motivações e

circunstâncias para estes topônimos que podem estabelecer relação com qualquer outro campo do saber humana.

Ainda a este respeito, Dick (1987, p. 97) esclarece que

Observando os diferentes sistemas culturais, em que os topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para a investigação que, se, antes se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, enfim, da cultura, em geral, para num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção do seu grupo social.

A partir dessa citação podemos perceber como se imbricam os conhecimentos para o campo de investigação das toponímias; a relação, pois, dessas lexias com a cultura, a história, os aspectos sociais e identitários, faz com que possamos pensar e buscar a análise do que seria essa motivação toponímica, partindo, a priori, da linguística, expandindo-se para contribuições que outras áreas possam nos fornecer.

Ainda a respeito da citação acima, compreendemos, a partir de Williams (1979) que é necessário se pensar com cautela um possível “resgate” da história, uma vez que não podemos apreender o passado tal como vivido, mas podemos buscar compreender como a forma de nomeação nos dá vestígios sobre a organização cognitiva do denominador, bem como de grupos humanos.

Uma outra questão importante de ser abordada nesta subseção é a do estudo do nome próprio observando seus aspectos não só de significação, mas também de referenciação. Neste sentido, temos nas toponímias uma particularidade, pois a mesma não está agregada a outras frases, estabelecendo relação sintática com um todo. Assim, o nome próprio do lugar tem características dêiticas, pois o seu referente vai estar sempre relacionado ao contexto situacional. A esse respeito, mais uma vez que nos leva a pensar a relação léxico toponímico e fatores extra-linguísticos, Dick (2000, p.246) afirma que

Porque se referem a experiências de outros domínios, sujeitam-se, porém, a reformulações conceituais, não apenas intra-código como extra-código. É nesse ângulo que se revela, de modo mais explícito, a forma pela qual o grupo gerador do designativo manifesta seu entendimento quanto à percepção do real e à qualidade do dado recebido, garantindo, ao mesmo tempo, a simultaneidade dos processos gramaticais e da elaboração dos sociofatos.

Como podemos ver, as toponímias são elementos dêiticos, ou seja, sua compreensão e interpretação depende de fatores contextuais. Ainda mais se considerarmos que os topônimos, em sua existência, não estão, a priori, inseridos em uma rede sintática, mas é um

elemento enunciativo que depende de fatores contextuais para a compreensão de sua referência, assim como é referente semântico caracterizador do espaço a que faz menção. Para Dick (2000, p. 247) esse é um aspecto que confere aos topônimos “um movimento circular notável: o traço espacial qualquer ou o próprio sujeito ganham existência pelo recorte da linguagem, que só tem significância, nesse caso, por definir realidade concretas e materializáveis.” Essas realidades concretas são materializadas por meio das organizações conceituais-cognitivas que dão sentido às palavras.

A pesquisa toponímica no Brasil, como vimos, mesmo antes de Dick já estava tomando um percurso. Mas após a sistemática da pesquisadora supracitada, que deu grandes contribuições neste campo de pesquisa, muitos outros pesquisadores no país deram suas contribuições, inclusive à proposta taxionômica de Dick, como foi o caso de Isquerdo (1996) que propôs a subdivisão da taxionomia dos animotopônimos, que são as toponímias que se referem à vida psíquica, cultural e espiritual. A proposta da autora é que a taxie se divida em animotopônimos eufóricos, ou sejam topônimos que se referem à vida psíquica, cultural e espiritual que estão relacionados a bons sentimentos; e os animotopônimos disfóricos, cujas palavras ligadas à vida psíquica, cultural e espiritual estejam relacionadas a sentimentos negativos. Além de Isquerdo, outra importante contribuição que queremos destacar é a de Francisquini (1998) em que a pesquisadora propõe a criação de uma nova taxie, os acrinotopônimos, que são os topônimos formados por siglas, ou seja, a abreviatura de nomes por meio da letra inicial da palavra, dentre outras contribuições da autora.

Os estudos toponímicos foram ainda mais impulsionados pela proposta do projeto de Atlas toponímico do Brasil (ATB), pois em muitas regiões do país, pesquisadores foram construindo estudos que colaboravam para que tenhamos noções de como se configura o sistema toponímico brasileiro, sobretudo com a proposta de atlas toponímico em curso em muitos estados brasileiros. Tais pesquisas adquiriram muitos vieses, ou perspectivas de análises, que vão desde estudos sobre toponímias e variação linguística, a pesquisa num viés mais geográfico. Recentemente, gostaríamos de destacar duas propostas muito interessantes nesse âmbito, que são os desenvolvimentos de pesquisas que abordam toponímia e ensino, representado aqui pelo projeto coordenado por Andrade (2012), intitulado *Toponímia e ensino: uma proposta de ensino interdisciplinar*; proposta empreendida também por pesquisadores como Sousa (2017), que buscam levar os estudos toponímicos para o âmbito escolar.

Para finalizar, de cunho ainda mais inovador e, poderíamos dizer, revolucionário, uma vez que trata-se de uma verdadeira proposta de inclusão, podemos citar a criação de um

web software para o ensino de toponímias em Libras, coordenado por Sousa (2019), com foco na toponímia do Acre, que apresenta um mapa do estado com várias ferramentas: apresentação do nome do município que o usuário clicou no mapa, vídeos em Libras sobre os aspectos que motivaram a escolha dos sinais para determinados topônimos, também com explicações morfológicas acerca da estrutura dos sinais, escrita dos sinais dos topônimos e informações histórico-geográficas dos espaços. Cabe, ainda, ressaltar que, segundo o autor, a página pública ainda está em processo de finalização para posterior apreciação do público em geral.

3 OS POVOS INDÍGENAS CEARENSES E PANORAMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERTÃO DE QUIXERAMOBIM

Esta seção trata de aspectos da colonização do Ceará destacando a situação dos povos indígenas que nesta terra habitavam e habitam. É, pois, uma seção que surge da necessidade de contextualizar historicamente este trabalho, haja vista que as toponímias aqui estudadas integram as lexias que remetem às línguas faladas, que são registros da memória linguística desses povos indígenas do Ceará.

O fio da espada não foi a única violência cometida sobre os povos indígenas no Brasil. “A guerra contra eles se fez sem registro nem documentação escrita” (HOORNAERT, 1985, p. 46), configurando uma das maiores, entre tantas violências que obstaculizam o nosso conhecimento e compreensão da vida, dos costumes, dos modos de pensar o mundo dos povos indígenas cearenses. Haja vista que narrativas são espaços de poder, tendo, então, privilégio quem tem concessão e meios para fazê-las se perpetuarem em registros escritos, ainda mais se pensarmos que muitas delas se tornam quase que únicas fontes para se produzir uma historiografia. Disso decorre a importância da perspicácia e da postura questionadora no trato com as fontes históricas, neste caso, principalmente as escritas.

Os estudos toponímicos, como mencionado no decorrer desta dissertação, são interdisciplinares porque a pesquisa linguística em torno do léxico toponímico estabelece um forte diálogo com outras áreas do conhecimento, como por exemplo a História, a Geografia, os Estudos Culturais, a Antropologia, a Sociologia, podemos, inclusive dizer que essas áreas estão imbricadas, concatenadas, tamanha a relação que estabelecem. No caso específico do nosso objeto de estudo, compreendemos que essa relação se dá, sobretudo porque para entender a dinâmica do processo de nomeação necessitamos olhar de forma ampla para os topônimos em sua inserção em contextos.

Desta maneira, a percepção da amplitude de um estudo toponímico nos trouxe até estas considerações acerca dos aspectos históricos e geográficos que circundam a colonização do Estado do Ceará, empreendendo um passeio sobre a história dos povos indígenas que muito provavelmente habitaram o estado, tecendo considerações sobre como se deu o processo de colonização desses povos para que possamos correlacionar, na seção de análise, como a presença, resistência e colonização dos nativos influenciou a existência de topônimos provenientes da língua indígena. Sem esquecer, também, que a população indígena não foi

extinta no Ceará, ela existe e resiste, em muitos grupos organizados que lutam pelo reconhecimento territorial.

Salientamos, ainda, a necessidade e cuidado de não termos uma visão anacrônica acerca da forma como alguns historiadores cearenses, à época, se referiam aos povos indígenas ou aos fatos históricos, uma vez que compreendemos que o sujeito e seu discurso não estão dissociados de suas crenças, sua ideologia e sua forma de pensar o mundo. Apesar disso, em muitos momentos nos posicionamos acerca dessa visão tão difundida com relação aos povos indígenas como selvagens, bárbaros, improgressivos e, muitas vezes, bestiais, pois entendemos ser importante que se problematize essas referências para que a discussão e o olhar a respeito desses povos possam ser expandidos.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO DO CEARÁ

Após a conquista de Capitânicas do espaço que hoje se denomina Nordeste como a Bahia e Pernambuco, a coroa portuguesa, para fortalecer seu projeto de colonização, precisou avançar e delimitar seus espaços em outras regiões das terras brasileiras, posto que não poderiam incorrer sob o risco de terem seu tentame ameaçado pelos holandeses e franceses.

Foi de forma tardia, conforme aponta Pinheiro (2000) que as primeiras iniciativas efetivas de colonização da capitania do Ceará foram tomadas. Para o supracitado autor, a delonga na exploração das terras cearenses se deu principalmente porque, enquanto os interesses lusitanos estavam focados na exploração da cana-de-açúcar, atividade que se estendia, sobretudo, nas regiões litorâneas, a capitania do *Siará Grande* despontava como um lugar mais propício à pecuária, “atividade subsidiária da produção açucareira” (PINHEIRO, 2000, p. 17), sobretudo sertão adentro, tão afetado economicamente pelas suas condições agrestes.

Para os lusitanos, era necessário ocupar a capitania cearense como forma de demarcação do seu espaço, tendo em vista que os franceses já haviam ocupado o Maranhão, não seria improvável que eles estendessem suas fronteiras até o Ceará, ainda mais tendo já construído alguma relação com os povos indígenas da faixa serrana do Ceará próxima ao Maranhão (ARAGÃO, 1985).

Porém, somente durante o governo de Diogo Botelho, que foi o 8º governador geral do Brasil, decidiu-se tomar a iniciativa de colonização da Capitania do Ceará. A chegada de

Pero Coelho de Sousa, em 1603, é indicada pela historiografia como “a primeira tentativa oficial de ocupação do Ceará” (FARIAS, 1997, p. 15), isso porque seu donatário, Antônio Cardoso de Barros, não levou adiante a colonização das terras cearenses, criada como capitania em 1534, espaço à época com uma dimensão estimada de 40 léguas (CRUZ FILHO, 1966). Apesar de que também, segundo Farias (1997), o espanhol Vicente Yanez Pizon, esteve em terras cearenses antes mesmo da chegada de Cabral no território brasileiro.

Pero Coelho, acompanhado de soldados e também de um numeroso grupo de índios, não teve tanto êxito em suas investidas, uma vez que, ao travar combate com índios na Serra da Ibiapaba, retornou ao litoral com seus homens já cansados da longa trajetória, cheia de revesses a que travaram na tentativa de ir para o Maranhão. Dessa forma, Coelho fundou, no litoral, o que chamou de “Nova Lisboa” (CRUZ FILHO, 1966, p. 33), onde edificou também o forte de São Tiago.

Ao aportarem em terras cearenses, já afeitos à prática colonizadora, os colonos procederam de forma a classificar os nativos que povoavam o Ceará em dois grupos: os *Tupis* e os *Tapuias* (STUDART FILHO, 1966), isso levando em consideração tanto as características linguísticas, quanto as culturais, que demarcavam diferenças identitárias entre grupos aos olhos dos novos povoadores, o que demonstra o quanto a especificidade linguística de cada grupo de falantes, assim como os aspectos de sua cultura e de sua história, neste caso, dos povos indígenas, podem ser usadas para classificar, categorizar e identificar de algum modo um grupo de pessoas.

Os *tapuias*, eram assim denominados por serem “as hordas que, palmilhando de preferência os chãos sertanejos da Capitania, falavam língua travada” (STUDART FILHO, 1966, p. 54). Por língua travada, expressão generalizada, entende-se que sejam todas as línguas que sejam diferentes da fora falado do *Tupi*. Sobretudo tendo em vista que os tupis, por sua vez, eram tidos como povos que “havia atingido um grau superior na cultura indígena.” (CRUZ FILHO, 1966, p. 35). Essa forma de classificação feita pelos colonos já demonstra um tom pejorativo de divisão dos povos indígenas, tomando como base, para tal classificação, a experiência trazida por eles dos processos anteriores de colonização dos ameríndios e, como se um povo fosse superior a outro pelo grau de “civilização” medido pelos parâmetros do olhar colonizador.

Eram muitos os grupos de indígenas que povoavam o Ceará quando da chegada dos primeiros colonos. Só de ameríndios da tribo *Tobajara*, abrigados na Serra Grande, atual Serra

da Ibiapaba¹¹ segundo o pesquisador estavam cerca de 60.000 pessoas, como ratifica Studart Filho:

Quando, em 1603, Pêro Coelho de Sousa transpôs aquêlo altiplano em demanda da Ilha de São Luís, com a sua bandeira escravista e assassina, estavam eles albergados em 70 aldeias, perfazendo segundo conjectura Pompeu Sobrinho, 60.000 pessoas (STUDART FILHO, 1966, p. 54).

Temos então, uma amostra a partir desse relato, de o quanto era numerosa a população indígena no Ceará, principalmente porque a Capitania se apresentava como

abrigo seguro para as hordas, alhures vencidas e desbaratadas em rudes pelejas contra o invasor estrangeiro, era a nossa hinterlândia também o refúgio preferido dos nativos que as aperturas da concorrência vital tangiam das vizinhas capitanias do levante (STUDART FILHO, 1966, p. 54).

Por ter tido também o seu processo de colonização iniciado de forma tardia com relação a outros lugares das terras brasileiras, a então Capitania do *Siará Grande* serviu de guarida para grupos indígenas que resistiam e procuravam resguardar suas vidas das investidas colonizadoras. Ou seja, o interesse econômico na produção açucareira gerou a exploração da faixa litorânea brasileira, o que, por conseguinte, contribuiu com um movimento migratório dos povos indígenas no sentido margem para o centro.

As investidas de posse das terras cearenses não se deram, obviamente, de forma pacífica, sobretudo porque “o indígena da terra de Iracema bateu-se com estranha energia contra o europeu e opôs tenaz resistência ao invasor e só se sujeitou quando por falta de número não pôde mais pelear” (STUDART FILHO, 1966, p. 59).

Podemos perceber, então que houve grande resistência ao projeto colonizador, de forma que, inclusive, as tentativas de alguns colonos de chegarem ao Maranhão foram embargadas em terras cearenses. Resultado disso é que a primeira investida de colonização tida pela historiografia falhou, gerando muitas mortes tanto para os povos indígenas, quanto para os lusitanos. Prova disso é que o retorno de Pero Coelho foi marcado pela perda, inclusive, de seu filho mais velho (CRUZ FILHO, 1966).

O conflito entre nativos e colonos se deu, principalmente, pela disputa de território. Nessas circunstâncias, o choque de culturas e, também, de interesses, são considerados um dos maiores geradores desse embate, conforme podemos reiterar em Pinheiro (2000)

¹¹ As tentativas de travessia para o Maranhão ficavam embargadas, em sua maioria, na serra da Ibiapaba, onde também havia recepção mais pacífica por parte da tribo dos Tabajaras.

O território tinha significados diferentes para os povos indígenas e para os colonos. Para estes últimos, a terra era sobretudo um meio de produção, enquanto para os povos indígenas, além de ser um dos meios que lhes garantia a sobrevivência, o território constituía-se em um valor simbólico, através do qual se definia a própria identidade. (PINHEIRO, 2000, p. 18)

Fica notório que, enquanto para os nativos estava em jogo a garantia de seu espaço, que consistia em sua forma de sobrevivência, levando-se em consideração que era da terra que eles extraíam mantimentos necessário para sua alimentação, bem como para sua moradia, era um espaço de subsistência; e, além disso, esse espaço como um lugar em que se perpetuavam seus símbolos identitários, era o espaço que os constituíam enquanto pessoas e pertencentes à sua aldeia.

Em contraposição, o interesse do projeto lusitano visava tanto à expansão do seu território, como forma de poder e glória da Coroa Portuguesa, quanto os fins mercantis que gerassem lucro.

Uma segunda tentativa de apoderação da Capitania do Ceará foi empreendida pelos membros da Companhia de Jesus, os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, em 1607. Acompanhados por 60 índios amigos, que haviam sido escravizados por Pero Coelho e que, naquele momento eram devolvidos às terras cearenses. A intenção principal dos jesuítas era “transformar índios brabos em índios mansos e cristãos” (HOORNAERT, 1985, p. 48). Dessa forma, os padres buscavam difundir a fé cristã católica e afastar a influência dos estrangeiros, como mostra o fl. 1r, Relação do Maranhão, redigida por Luís Figueira em 1608, e editada por Ximenes (2017, p. 23):

No Mez de janeiro de 607 *por* ordendo *padre* fernão Cardim *prouincial* desta *prouincia* nos partimos pera amissaõ do maranhaõ, o *padre francisco* pinto E eu cõ obra de sessenta jndios, cõ intençãõ de pregar o euangelho aaquella dessem parada gentildade, Efazermos cõ que selançassẽ da parte dos portugueses, deitando de sý os frãcezes cossairos que lá residem, pera *que* jndo osportugueses, como determinaõ osnaõ auexassẽ nem catiuassẽ, epera *que* estanossayda fosse sem sospeita deemgano, pareceo bẽ ao *padre prouincial que* naõ leuassẽmos cõ nosco portugueses nenhũs, Eassý nos par timos Sõs cõ aquelles sessenta jndios.

Não obtendo sucesso na tentativa de alcançar o Maranhão, o padre Luís Figueiras desistiu da empreitada após a morte atroz do seu companheiro Francisco Pinto, assassinado pelos índios *Tocarijus* (CRUZ FILHO, 1966, p. 33), grupo denominado *tapuias* justamente por serem caracterizados como violentos e selvagens.

A tentativa de posse do território pelo fio da espada não seria fácil, além de causar muito derramamento de sangue não só aos selvícolas, mas também aos soldados lusitanos. Destarte, apesar de a Igreja não ter sido a frente principal da colonização portuguesa, teve um papel fundamental no processo de colonização, uma vez que a catequização dos indígenas utilizava do poder argumentativo para convencer os ameríndios a se sujeitarem às vontades dos colonos.

Segundo Ferreira Neto (2003, p. 31-32), baseado no regimento expedido por Diogo Botelho, em 1603, o projeto de colonizador lusitano no Ceará atuava em três principais frentes, que eram os seus objetivos basilares: “A busca por minas, a expulsão dos estrangeiros e a introdução da catequese.”

O primeiro objetivo aponta para o aspecto mercantil do empreendimento lusitano. A busca por outra forma de exploração, como também foi a pecuária. O segundo remete à garantia de posse única do território. Principalmente no Ceará, a delonga em colonizar a capitania favoreceu a entrada de outros povos, como afirma Cruz Filho (1966, p. 33) “aventureiros franceses aqui entraram pelo tempo adiante a comerciar com as tribos selvagens que senhoreavam a região da serra da Ibiapaba”. Ou seja, com a lassidão da Coroa em colonizar a capitania do Ceará, outros povos tiveram abertura para negociar nesses espaços, sobretudo com os *tapuias*, tidos como inimigos dos lusitanos.

O terceiro objetivo é um dos mais significativos no que diz respeito ao foco desta pesquisa, pois esse objetivo acrescenta, aos pilares da colonização lusitana, o elemento argumentativo, que foge da necessidade do uso unicamente da força física, configurando o ponto que mais remete a atuação de forças em um campo mais abstrato, qual seja da sobreposição cultural e simbólico. Para a Igreja, também era importante expandir seus campos de atuação, agregar mais fieis, tendo em vista que a Reforma Protestante abalou, em certo ponto, as estruturas do Clero. Ingressar na empreitada de Expansão Marítima fazia parte da busca por novas fronteiras de atuação.

Não menos dolorosa que a violência física, a violência a que Hoornaert (1985) chamou de etnocídio, pois atuou em dimensões variadas, a exemplo das dimensões linguística e cultural. Esse tipo de violência exposta pelo autor supracitado diz respeito, basicamente à “eliminação da identidade cultural de um povo sob os efeitos de violentos sistemas de doutrinação e repressão cultural” (HOORNAERT, 1985, p. 49), ou, reiteramos, a utilização de mecanismos para uma tentativa de eliminação dessas identidades. A compulsória catequese,

que resultou em um processo de violência cujos resultados se observa até hoje, como por exemplo, na extinção de muitos povos indígenas e na ausência de material escrito nessas línguas que nos forneça maiores detalhes linguísticos desses povos, são exemplos desse etnocídio.

No campo religioso, os métodos de aldeamento chegaram ao Ceará como uma ferramenta já experimentada em outras capitânicas, como Bahia e Pernambuco. Por esse motivo, os padres sabiam que, para ganhar a confiança dos indígenas, era necessário, por sua vez, minorar a influência dos pajés (HOORNAERT, 1985, p. 47) líderes espirituais que tinham forte importância nas formas de organização social dos grupos indígenas, tendo em vista que eles “exerciam o ofício de curandeiros [...] eram reputados como conhecedores das coisas superiores e assim eram consultados e decidiam de todo o negócio de importância da tribo.” (ARARIPE, 2002, p. 68). Como líderes espirituais, eles estavam em contato com as forças superiores que guiavam o olhar religioso, visão diferente da fé católica.

Pela leitura que fazemos da Relação do Maranhão (1608), entretanto, podemos perceber que as atitudes das lideranças espirituais da época estavam pautadas em suas crenças, ou seja, na confiança que tinham na ideia de que a conversão dos indígenas era um bem que eles (os padres) poderiam fazer aos indígenas. É importante que estes pontos sejam ressaltados para não incorrerem no risco de anacronismo, tendo em vista que os padres são fruto da forma de pensar e nas crenças do tempo a qual faziam parte.

Mesmo com toda a tentativa de atração dos indígenas à catequização por meio de presentes, cantos, procissões, sabia-se que formas mais rigorosas de imposição precisavam ser lançadas. Então surgiu o aldeamento como uma possibilidade “de aldeia artificial militarizada sob a autoridade do missionário, mas com o concurso dos soldados, dos governadores e capitães.” (HOORNAERT, 1985, pp. 47-48). Embora a participação da Igreja represente essa força argumentativa-simbólica, a forma de organização dos aldeamentos nos mostra que, também, a força física foi usada para atração e permanência dos nativos nesses espaços sob posse da Igreja e do Estado.

Os aldeamentos, assim, foram um forte instrumento para a continuação do processo colonizador, pois eram lá onde, de forma organizada, se pensavam formas de avançar rumo aos espaços de força e domínio dos índios *tapuias*. Segundo Hoornaert (1985, p. 48), eram “três famosos aldeamentos em torno de Fortaleza: Parangaba, Paupina (atualmente Messejana), Soure (atualmente Caucaia).”

Lembrando que a catequese dos indígenas não ficou a cargo somente dos Jesuítas, uma vez que, em virtude das ações do Período Pombalino¹², os jesuítas foram repelidos do Portugal e das colônias sob domínio português. Os jesuítas saíram da capitania cearense em 1759, ficando a missão da catequese aos frades da Penha (ARARIPE, 2002, p. 76).

Adiante na narrativa de chegada dos colonos ao Ceará, é importante citar o nome de uma das figuras mais representativas da colonização, que foi Martim Soares Moreno, pois foi a partir dele, em 1612, que ocorreu, de fato, o domínio efetivo da Capitania do Ceará, demarcado, pela edificação do forte de São Sebastião, às margens do Rio Ceará, pela organização administrativa da capitania. Nas palavras de Araripe (2002, p.72) Martim Moreno deu

princípio à colonização e povoação regular da província [capitania], tratou de granjear a amizade dos indígenas vizinhos, do seu estabelecimento: o que facilmente conseguiu, encontrando nesses indígenas índole pacífica e boas disposições a seu respeito.

Como se vê, o processo foi lento e gradativo, marcado por resistência e muita luta, sobretudo pelos povos indígenas que residiam nos sertões, os denominados Tapuias, justamente por terem uma postura demarcada nas palavras de muitos historiadores como “os selvagens”. Tanto que, como pudemos perceber ao longo da narrativa contada que os encontros dos nativos com os lusitanos quase sempre ocorreram na região da Ibiapaba, uma vez que os grupos *Tabajaras* e *Anassés*, habitantes da região supracitada, foram as que, segundo Araripe (2002, p. 72) “mais pacífica disposições mostraram.” Cumpre dizer, também, que muitas nações indígenas estiveram ao lado dos colonos no processo de tomada de território de outros grupos indígenas. Nas muitas expedições feitas pelos colonizadores, eles contavam com aportes de grupos indígenas, por exemplo, na Expedição de Pero Coelho (1603) que, para Aragão (1985, p. 23) contou com a participação de “800 índios flecheiros”.

É necessário destacar as expedições holandesas na capitania cearense, que duraram até meados de 1649, segundo Cruz Filho (1966), que demarcou seu apoderamento da capitania com a edificação do forte *Schonenborch*. Estando a capitania 17 anos sob domínio holandês, os capitães-mores do Ceará não puderam proceder como tal durante este período. Voltando o Ceará ao domínio português, após muitos conflitos com os holandeses, as negociações

¹² Período em que Portugal e suas colônias estiveram sob o governo do Marquês de Pombal.

culminaram na assinatura do Tratado de Taborda, que evacuou os holandeses das terras a que tinham tomado posse no território brasileiro, inclusive do Ceará.

Segundos os cronistas que narram a história da Capitania do Ceará, após este período a expansão territorial e econômica ganhou força, principalmente com a concessão de sesmarias, que são outorgas de terras rurais judicialmente regulamentada pelos lusitanos para que determinada pessoa física tomasse posse da terra, que contribuiu para o impulsionamento da pecuária e da agricultura no Ceará. Para Sousa (1933), após uma longa explanação acerca do assunto e das controvérsias que o circundam, foi Martim Moreno, que logrou o epíteto de fundados da Capitania cearense, que obteve a primeira sesmaria, com documento assinado em 9 de junho de 1621. Pela forma como é narrada por estudiosos como Cruz Filho (1966) nos dá a impressão que as coisas seguiram seu decurso quase que natural.

Apesar de as concessões de sesmaria ter contribuído para a ocupação do homem branco nas terras cearenses, para a criação de fazendas e para o início das atividades econômicas do Ceará, principalmente nos sertões, a presença indígena era muito demarcada pela luta, como podemos atestar por meio do trecho de Araripe (2002, p. 72):

Progredindo a colonização, tiveram os novos habitantes do país de entrar em luta com os antigos senhores do terreno, porque não obstante cederam estes quase sempre o lugar, que ocupavam, logo que os europeus formavam qualquer estabelecimento; contudo muitas vezes voltando dos bosques, onde se internavam, aos lugares precedentemente abandonados, faziam grandes estragos aos estabelecimentos, e nos seus proprietários, que em desforra e para intimidar as hordas bravias, as iam acometer, destroçar e cativar.

No trecho acima o autor utilizar-se do termo “país” de forma genérica, a referência que ele faz nas linhas seguintes aos grupos dos *Tabajaras* e *Anassés*, faz-nos compreender o uso do termo para se referir à capitania cearense. Também a partir da citação podemos compreender que, conforme os nativos iam ficando à margem da ocupação das terras cearenses, novas estratégias de resistência iam surgindo, por exemplo, o ataque aos bens materiais que os “novos donos” das terras estavam adquirindo.

A forma com que os povos indígenas lidaram com essa perda de espaço foi tida, muitas vezes, como uma falta de discernimento sobre o progresso, ou falta de noções de civilidade, como podemos perceber:

O avanço do povoamento, a multiplicação das fazendas, a abertura das estradas através dos sertões, o surgimento das povoações e vilas tiveram, de início, a empecer-lhes o passo a hostilidade das tribos selvagens que, na carência de qualquer noção de

direito de propriedade, dizimavam os rebanhos e as lavouras, forçando os colonos a dar-lhes caça como a feras. (CRUZ FILHO, 1966, p. 35)

A impressão que se perpetua, é a de que os nativos estivessem querendo impedir o progresso e a modernização do espaço que outrora foi seu. Dessa forma a historiografia foi se construindo numa espécie de inversão de papéis, onde os nativos se configuravam como os invasores da terra, agora regulamentada, pela política de sesmarias. A partir da distribuição de sesmarias é que começa, de fato, a colonização do interior, como a região do sertão central.

3.2 POVOS INDÍGENAS NO TERRITÓRIO DO SERTÃO CENTRAL

Após um esboço sobre os primeiros anos da colonização no Ceará, uma visão geral sobre os conflitos envoltos no movimento de posse lusitana na capitania, esta subseção propõe uma explanação sobre os povos indígenas que habitaram a região do Sertão Central do Ceará, foco desta pesquisa. Cabe, antes de tudo, ressaltarmos que são pontuais e, muitas vezes, fragmentadas as informações acerca dos povos indígenas dessa região, uma vez que o projeto colonizador se concentrou, primeiramente, no litoral, estendendo-se, posteriormente, aos sertões. Outro ponto determinante para essa fragmentação de informações é a pouca referência aos nomes específicos dos povos indígenas, ou, ainda, conformem aponta Araripe (2002, p. 57) “à facilidade com que as tribos mudavam de nome, já pela mudança de lugar de habitação, já por outros fatos que lhes alteravam as denominações.”

O que sabemos é que, sobretudo os povos indígenas do sertão do Ceará, referidos como *tapuias*, eram descritos como povos que “não possuíam nem a mentalidade nem a as virtudes de heroísmo, nobreza e lealdade que lhes emprestam os nossos romancistas e poetas: eram, ao revês, preguiçosos, ladrões, desconfiados, astuciosos e ferocíssimos nas vinditas” (CRUZ FILHO, 1966, p. 35). Obviamente, essa é uma descrição que parte de uma perspectiva, de um olhar acerca dessas nações que se enquadravam dentro da denominação genérica dos *tapuias*. Muitos pesquisadores ressaltam a resistência dos *tapuias* ao projeto colonizador. Foram os grupos indígenas que mais lutaram pelo espaço, podendo ser essa a justificativa para que, aos olhos dos colonos, eles fossem descritos da forma como são.

A respeito dos povos indígenas na capitania cearense, sabemos que, conforme iam sendo afastados do litoral, os grupos iam encontrando outros espaços nos sertões. Como a definição dos grupos, para muitos cronistas, é obscura de se fazer, acreditamos ser importante

mencionarmos pelo menos dois pesquisadores para que possamos discutir os pontos convergentes a respeito dos povos que provavelmente povoaram a região pesquisada.

Conforme aponta Studart Filho (1966, p. 54) os povos indígenas do Ceará estavam divididas em 5 (cinco) grupos “línguoculturais”, como ilustraremos no quadro a seguir:

Quadro 1 - Famílias línguoculturais indígenas do Ceará¹³

(continua)

Família Línguocultural	Grupos	Localização
Tupi	Potiguares e tobajaras	Baixo Jaquaribe e Ibiapaba ¹⁴
Cariri	Icós, Icozinhos, Cariús, Cariuanes, Isus, Pebas, Pergas, Inãmun, Cariris	
	Jucás	Região dos Inhamuns
	Calabaças	Margens do rio Salgado
Tarairiú ¹⁵ (Tapuias)	Panatis ¹⁶ Canindés, Baiacus, Jenipapos, Jenipapoacus, Javôs, Quixelôs, Quixerariús, Curatis, Caratipus, Candandús, Camaçus, Tocariús, Aporiús, Aconançus, Sucurus, Ariús, Uripus Grandes, Muxiós, Acarisus, Araripus, Areatus, Irarijus e Areatus. ¹⁷	Vila Flor ¹⁸
Tremembé	Tremembé	Para além do rio Mundaú, iam até as margens do Parnaíba ou até a foz do Itapicuru. ¹⁹
Jê ou Zê	Araruás.	Entre os rios Itaim e Jaguaribe
Famílias não identificadas	Itanãs e Itanhás.	Monte-mor.
	Anacés	Serra de Burucutama
	Jaguaruanas	Entre Curu e Acaraú

¹³ Após essa listagem, Studart vai dando nomes de outros grupos fora desse grupo, o que torna a compreensão da divisão desses grupos confusa.

¹⁴ Respectivamente.

¹⁵ Para Pompeu Sobrinho (1958, p. 5) essa família línguocultural falava uma língua “independente ou isolada”. Provavelmente o isolamento dessa língua se referia ao Tupi.

¹⁶ Para definir os povos que pertenciam a esse grupo línguocultural, Studart Filho (1966) referencia Loukitka e Rivet, sem menção a datas de publicação desses autores.

¹⁷ O autor apresenta um segundo nome para alguns desses grupos, escolhemos referenciar sempre o primeiro nome utilizado pelo autor.

¹⁸ Habitavam em Vila Flor especificamente o grupo Panatis.

¹⁹ Povos descritos como os que faziam muitos deslocamentos, eram nômades.

	Xirirós, Acimis, Vidaes, Carcuarus, Anaperus, divididos em Anaperuaçus e Anaperumirins, Acriús, Acongás, Quitariús, Javós, Tocoíús, Acocis, Chibatas, Aconguaçus, Anaceguaçus, Anacemirins, Jaguaribaras, Apujarés. (tribos de filiação linguística duvidosa.)	
--	--	--

Fonte: Studart Filho (p. 54-55, 1966)

Como podemos perceber, a divisão acima é feita tomando como base a especificidade linguística das nações indígenas. Entre os grupos descritos por Studart (1966), o autor não aponta a localização exata para alguns, sobretudo, as do grupo linguístico Tarairiú. Não há, dessa forma, nessa exposição de Studart, nenhum apontamento acerca de que grupos habitavam a região do Sertão Central, nem mesmo no que diz respeito às margens dos rios que perpassam a região, tendo em vista que a referenciação é feita, na maioria das vezes, tendo-se como ponto de orientação os rios e riachos.

Araripe (2002) também traz uma divisão dos grupos indígenas apontando localização desses grupos indígenas e algumas características, como poderemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 2 - Povos indígenas que ocupavam a capitania do Ceará²⁰

(continua)

Tribo	localização ²¹	Características ²²
Anassés	Costa desde a foz do Jaguaribe até a do Mundaú	Dóceis e facilmente se acomodaram aos europeus.
Tremembés	Almofala, desde o Mundaú, até perto do Acaraú	De caráter pacífico e inofensivo
Areriús	Acaraú	Assaz, bravios e indóceis
Tabajaras	Serra da Ibiapada (às vezes desciam aos sertões adjacentes)	Dóceis, foram os que de melhor vontade consentiram no estabelecimento dos europeus em suas terras.
Caratiús	Viviam em distrito do mesmo nome, e parte dos Inhamuns, abrigado em	Bravios

²⁰ O autor denomina “província”.

²¹ Acreditamos que a localização posta pelo autor seja referente aos nomes das regiões à época da escrita da pesquisa do mesmo.

²² A alguns grupos indígenas são dadas características físicas, a outros, a descrição é de cunho comportamental.

	lugares frescos da cordilheira da Ibiapaba	
Inhamuns	Percorriam nas nascentes do rio Jaguaribe, distrito da vila do Tauá	Valentes e guerreiros
Quixarás ou Quixadás	Margens do rio Sitiás	(não há descrição das características dessa tribo)
Jucás	Vale do pequeno rio Jucá	Ferocíssimos na guerra
Quixelôs	Vila da Telha	Instinto de rapina
Calabaças	Parte média da ribeira do Salgado	(não há descrição das características dessa tribo)
Canindés	Margens do rio Banabuiú e Quixeramobim	Assaz bravios, dificilmente se submetiam ao aldeamento
Genipapos ²³	Baturité, Russas e cabeceiras do rio Choró	Assaz bravios, dificilmente se submetiam ao aldeamento
Cariris	Entre o rio Salgado e a parte superior do Jaguaribe	(não há descrição das características dessa tribo)
Icós		
Cariús	Serra do Araripe e parte do distrito do Crato	Rolhos, refeitos do corpo, cabelos negros e bastos.

Fonte: Araripe (p. 55, 2002)

Ao que percebemos, a classificação de Studart (1966) acerca dos lugares onde habitavam esses grupos indígenas é ampla, no sentido de separar por famílias línguo-culturais e não de acordo com os grupos. Porém em Araripe (2002), o autor especifica um pouco mais a localização de cada nação, bem como atribui características a estas.

Em Studart (1966) os povos Canindés e Jenipapos fazem parte da mesma família línguo-cultural, a dos Tarairiú, informação que também encontramos em Pompeu Sobrinho (1958, p. 6-7), em que o autor afirma que os “Genipapos” eram índios parentes dos “Kanindés²⁴,

²³ Tanto os Canindés quanto os Genipapos são descritos por Araripe (2002, p. 56) como “tribos que tinham a denominação comum de baiacus ou paicus.”

²⁴ Para Pompeu Sobrinho (1958, p. 6), os Canindés também habitavam as “fontes da ribeira Choró, no estado do Ceará. Em 1731 foi para a aldeia da Barra do Sitiá, onde se extinguiu.”

“que se aldearam, uns e outros, no lugar Barra do Sitiá, no rio Banabuiú”, informação que, acerca da localização dos Canindés, convergem os autores. Também é necessário levar em consideração a extensão desses rios, não podemos assim afirmar a localização exata, apesar de sabermos que os rios em que esses povos habitavam ficam, em sua maior parte, na região central do Estado.

Em todos os 3 autores consultados temos, em algum ponto, convergência de informações da passagem desses povos indígenas pela região do Sertão Central, às margens dos rios que atravessam a região, ou informações que estabelecem alguma relação (mesmo que linguística) entre esses grupos.

Corroborando com as informações supracitadas, Sousa (1960, p. 13) afirma acerca das nações Genipapo e Canindé que

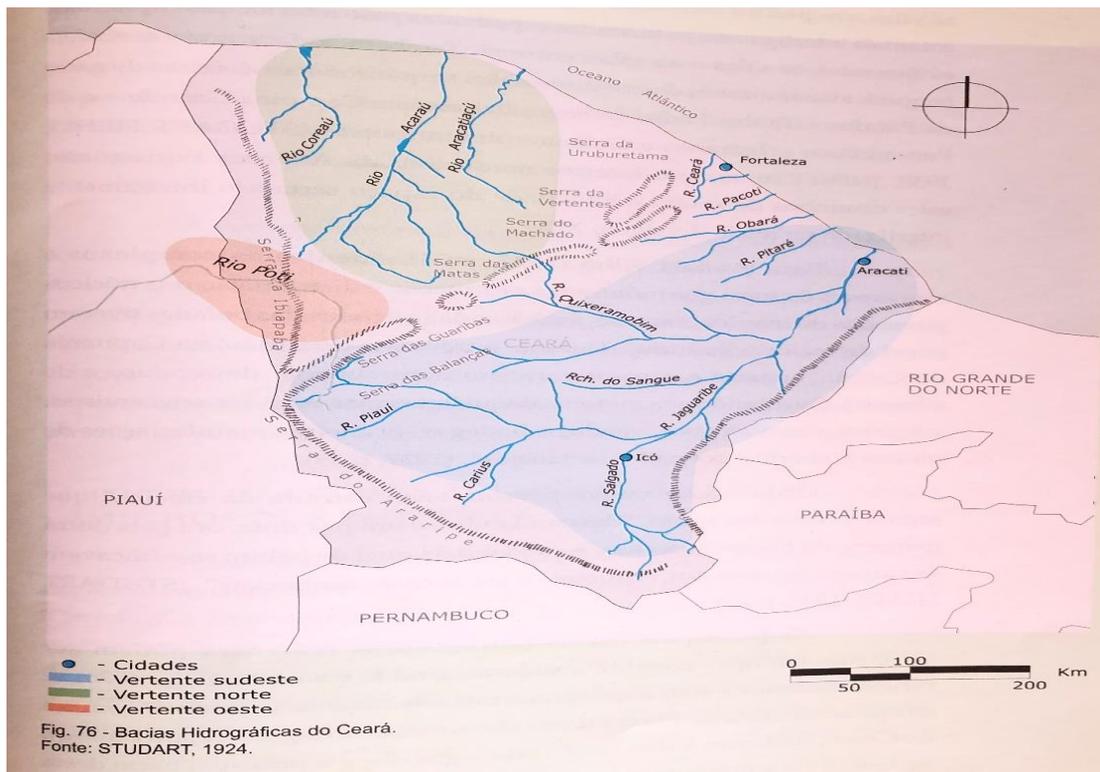
o primeiro aldeamento desses índios remonta a 1739, ano em que Luiz Henrique Pereira Freire, então no governo de Pernambuco, ‘tendo em consideração o requerimento de Miguel da Silva Cardoso, índio da nação Genipapo, mandou aldeá-los com a nação Canindé, por serem ambas da mesma língua e parentas, no sítio Banabuiú, distrito de Jaguaribe. O lugar mencionado deu origem à vila de Conceição da Barra do Sitiá, depois simplesmente Barra do Sitiá, encravada na primitiva sesmaria concedida a 2 de setembro de 1683 a Lourenço Cordeiro e seus companheiros.

A citação acima nos dá uma noção mais precisa de localização, que não somente o apontamento da existência desses índios à margem dos rios, que têm grande extensão. Esta informação situa esses grupos indígenas numa região onde há um monumento religioso construído em 1719, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que existe até os dias atuais.

Outro apontamento interessante a se fazer acerca da citação acima é o estágio de relacionamento entre a nação indígena Genipapo e os colonos, uma vez que, além de o chefe da nação estar negociando espaço por vias padrão da organização administrativas do governo, ele também já é denominado com um nome estrangeiro. Essas informações apontam para um estágio de afinidade entre as partes envolvidas, ou mesmo alguma submissão à ordem social dos colonos no período.

Na questão da localização dos espaços, um fator importante a ser destacado, é a presença dos rios Banabuiú e Quixeramobim, topônimos que hoje dão nomes também a duas cidades da microrregião dos Sertões de Quixeramobim. No mapa a seguir, podemos visualizar melhor a divisão das bacias hidrográficas do Ceará, ilustradas por Jucá Neto (2012, p. 243) tendo como fonte Studart (1924):

Figura 1 - divisão hidrográfica do Ceará no período colonial



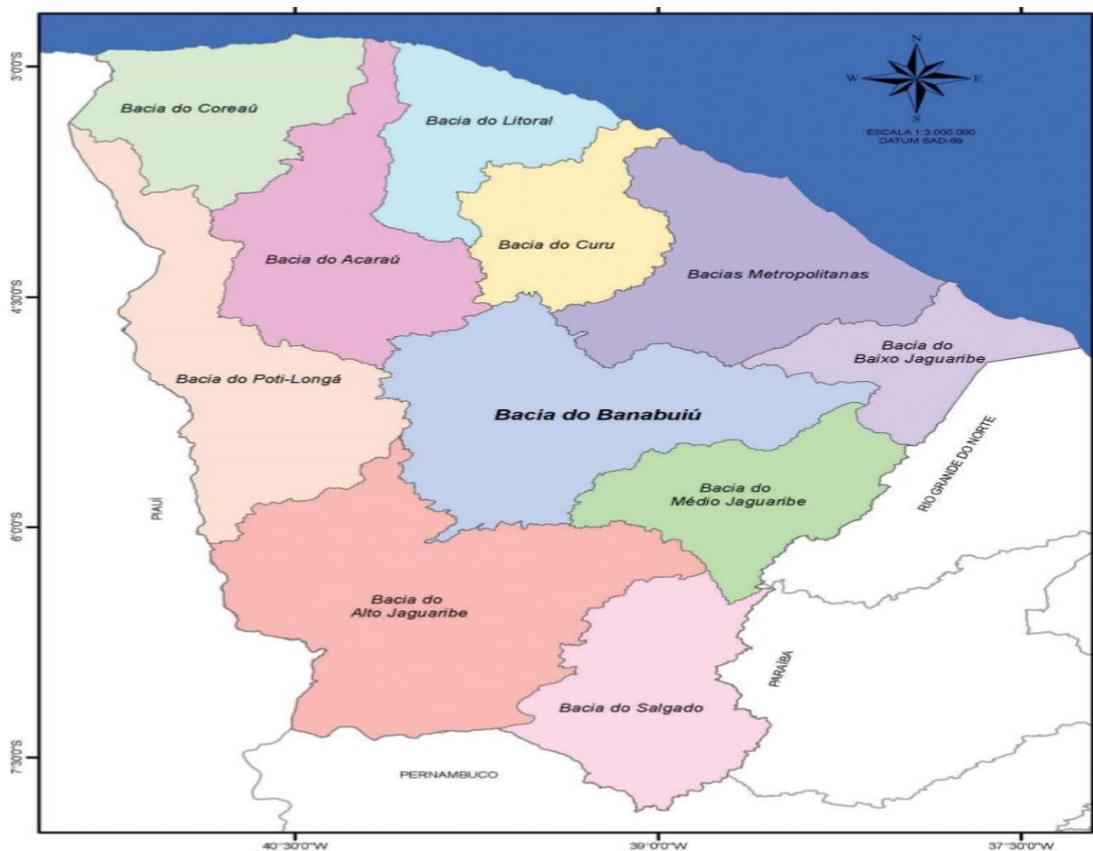
Fonte: Jucá Neto, 2012

Durante o processo de ocupação da capitania do Ceará, a abertura de caminhos se deu seguindo o percurso dos rios. Certamente um dos motivos para o percurso seria as secas que sempre assolaram o que hoje é o Estado do Ceará. O rio Jaguaribe é apontado por Jucá Neto (2012) como um dos mais importantes, pois “constituiu a principal estrada dos boiadeiros do Ceará.” (JUCÁ NETO, 2012, p. 245). O rio Banabuiú não consta no mapa acima, porém, é um dos importantes afluentes do rio Jaguaribe, ainda mais porque é nele que desaguam os rios Quixeramobim (constante no mapa acima como uma das bacias) e o rio Sitiá. Os afluentes, segundo o autor referido, também serviram de caminhos por onde o projeto colonizador adentrou, o que nos faz concluir que, eram esses também em suas margens onde se estabeleceram os conflitos pelo espaço.

É de considerar, também que, enquanto para os vaqueiros e os outros pretensos donos de terras o rio tinha uma importância, no sentido de fornecer água e terra fértil para os pastos, para a pecuária e, posteriormente, para a agricultura, para os indígenas o rio também tinha relevância. Indicação disso é a localização acerca dos grupos indígenas feita por Araripe (2002), em que os rios são quase sempre os pontos de referência.

Atualmente, no Ceará, existem 12 comitês de sub-bacias hidrográficas, divididas conforme podemos visualizar no mapa a seguir:

Figura 2 - sub-bacias hidrográficas do Ceará nos dias atuais



Fonte: Caderno Regional da sub-bacia do Banabuiú, 2009, *apud* fontes das águas

Essa organização vai ao encontro à do mapa anterior, apesar de nessa os rios da região central do Ceará terem sido agrupados em uma sub-bacia hidrográfica por nome Banabuiú, composta pelo “rio Banabuiú, o principal tributário do Rio Jaguaribe. São seus afluentes pela margem esquerda, os Rios Patu, Quixeramobim e Sitiá e pela margem direita apenas o riacho Livramento.” (SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, 2018), sendo composta, de acordo com as mesmas fontes, pelos seguintes municípios: Banabuiú, Boa Viagem, Ibicuitinga, Itatira, Madalena, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, e Senador Pompeu.

Como podemos perceber, há uma forte relação entre a localização dos rios e a estada dos povos indígenas nas regiões por onde passam esses rios. Embora as informações sejam fragmentadas, dá para se ter uma ideia da presença dos índios na região pesquisada, que foram, segundo exposição acima, os grupos Genipapos, Canindés e Quixarás, embora esta última tenha sido mencionada, na região, apenas uma vez. Os dois primeiros, de acordo com Studart (1966) e Pompeu Sobrinho (1958) pertenciam ao tronco linguístico Tarairiú, sobre o qual não se tem tantas informações quanto se tem do tronco linguístico Tupi, por exemplo e, até mesmo, segundo afirmativa de Sobrinho (1958) sobre o tronco Cariri.

O destino dessas nações indígenas, pelo que contam os cronistas, é que, após terem sido aldeadas na região da Barra do Sitiá, mas sem a presença constante de um missionário, tiveram seu aldeamento “transferido para a “ribeira de Quixeré, termo da vila do Aquiraz, com o nome de Nossa Senhora da Palma, conforme menção acidental constante de um relatório de despesas enviado em 1748 à capitania de Pernambuco (SOUSA, 1960, p.13).

3.3 ASPECTOS GEO-HISTÓRICOS DOS MUNICÍPIOS BANABUIÚ, CHORÓ, IBARETAMA, QUIXADÁ E QUIXERAMOBIM

Após situar os povos indígenas da região Central do Estado do Ceará, esta subseção objetiva abordar os aspectos geográficos e históricos dos cinco municípios pesquisados, tendo em vista que a motivação toponímica tem relação com os aspectos físicos dos espaços e também com as questões históricas, além de considerarmos ser fundamental que situemos os municípios que são denominados com os topônimos que pesquisamos aqui.

A posição de apresentação dos municípios foi feita de acordo com a ordem alfabética. Em alguns municípios fizemos maior contextualização histórica por serem os mais antigos e por terem também uma quantidade maior de registro escrito sobre sua história.

Este é um dos motivos pelos quais acreditamos ser importante a construção de documentos que contem história de cada município, pois a ausência de tal registro escrito é uma razão que dificulta a realização para a discussão que se segue. Além disso, é imprescindível a construção de uma historiografia para que se preserve a memória das pessoas e dos lugares.

3.3.1 “Por tuas mãos, um açude grandioso foi gerado e abundância traz”²⁵: Banabuiú, aspectos geográficos e históricos

Banabuiú é um município que nasceu na margem do rio homônimo e se desenvolveu graças à prática da açudagem, tão corrente no Estado do Ceará, afligido pela situação climática das secas. Foi a partir da construção do Açude Arrojado Lisboa, que teve suas obras iniciadas no ano de 1952 pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS), que o espaço que corresponde hoje ao município teve seus primeiros passos rumo à emancipação. A construção da barragem referida, embora iniciada em 1952, só foi concluída em 1966, após uma série de problemas que resultaram na paralisação das obras (DENOCS). A barragem Arrojado Lisboa detém o rio Banabuiú, na altura da localidade que foi emancipada do município de Quixadá pela lei estadual nº 11427, de 26 de janeiro de 1988, segundo aponta o IBGE.

Anteriormente, em 1899, havia sido criado como distrito pertencente a Quixadá e denominado de Laranjeiras e, em 1918, elevado a vila com o mesmo nome, ocasião em que foi desmembrado de Quixadá e passou a ser sede. De acordo com o IBGE, “no quadro de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, a vila aparece constituído de 2 distritos: Laranjeiras e Barra do Sitiá, porém, em 1926, ainda de acordo com a contextualização histórica do IBGE, o município de Laranjeiras é extinto e volta a pertencer a Quixadá. O topônimo Banabuiú só aparece denominando a sede da região no ano de 1943, por meio do decreto-lei estadual nº 114, de 30 de dezembro de 1943, mas ainda como distrito de Quixadá, até ser elevado a município, em 1988, como dito anteriormente.

Dessa forma, Laranjeiras ficou subordinado a Banabuiú, como distrito pertencente a esse município. Como pudemos perceber, Laranjeiras e Barra do Sitiá são os dois distritos mais antigos do município de Banabuiú. As duas igrejas mais antigas do município de Banabuiú estão localizadas nesses distritos, a saber, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, no Sitiá, e a Igreja de São Sebastião, no distrito de Laranjeiras.

A igreja de Nossa Senhora da Conceição teve sua construção concluída em 1719 (SOUSA, 1960), portanto, neste ano de 2019, completa seus 300 anos.

²⁵ Hino do município de Banabuiú.

Figura 3 - Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no distrito Sitiá



Fonte: Ivanda Maria Monteiro

Figura 4 - Parte interna da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no distrito Sitiá



Fonte: Ivanda Maria Monteiro

No distrito de Laranjeiras, temos a igreja de São Sebastião, construída em 1852.

Figura 5 - Fachada da Igreja de São Sebastião, no distrito de Laranjeiras



Fonte: autoria própria

Figura 6 - Parte interna da Igreja de São Sebastião, no distrito de Laranjeiras.



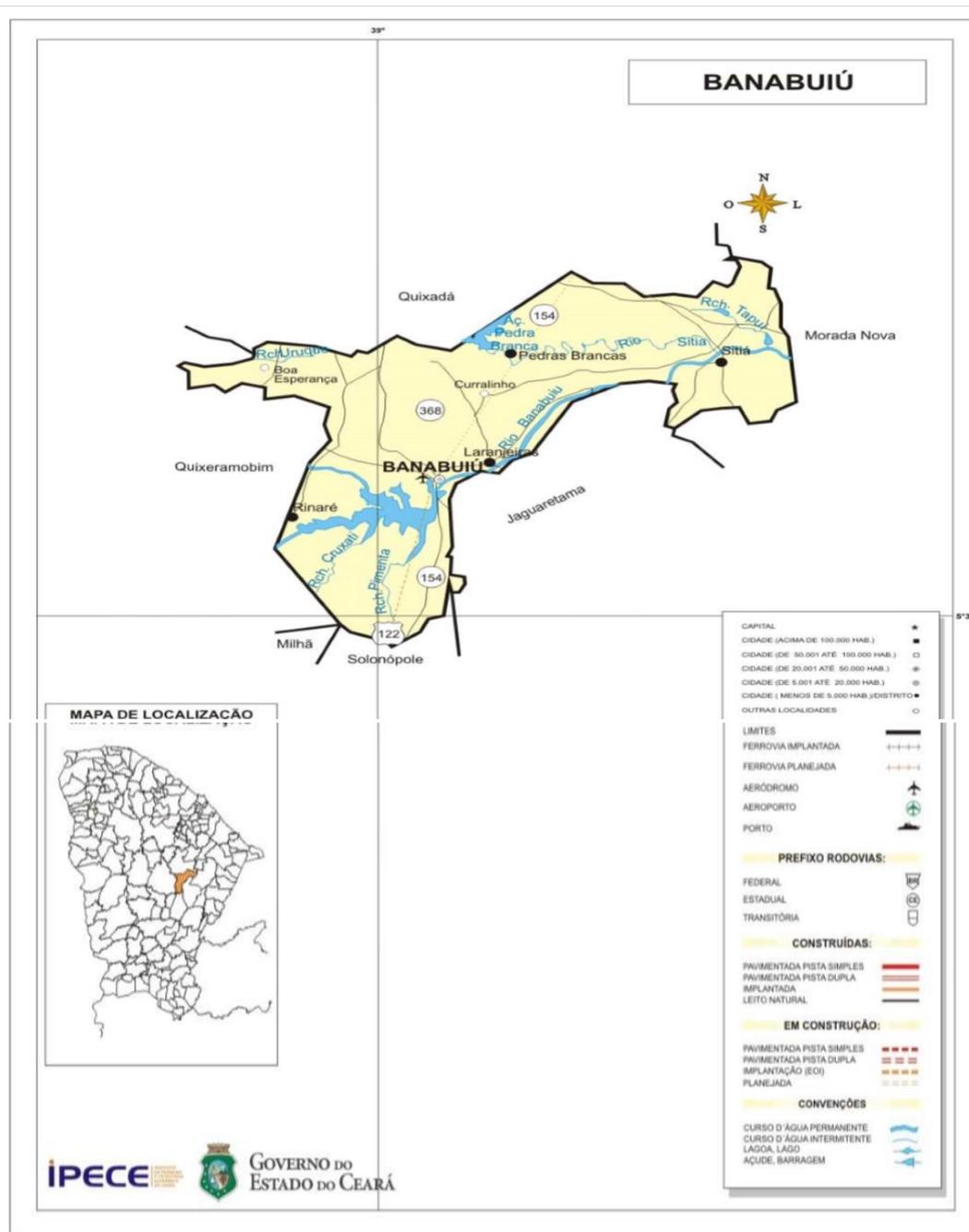
Fonte: autoria própria

Não há registro escrito relatando a história da construção dessas igrejas, fato que dificulta o processo de referenciação e que faz com que a história das mesmas esteja cada vez mais distante das pessoas, não fossem os relatos orais dos antigos moradores da região.

O local onde hoje corresponde a sede do município está situado com relação a sua posição geográfica, a Centro-Leste do Estado (IPECE, 2009), a 179,0 Km em linha reta da Capital do Estado, Fortaleza. Ainda segundo o Caderno de Perfil Básico de Banabuiú (IPECE, 2009) os municípios limítrofes são: ao Norte: Quixadá; ao Sul: Milhã, Solonópole e Jaguaratama; ao Leste: Jaguaratama e Morada Nova e ao Oeste: Quixeramobim. A população total, segundo último censo demográfico (2010) é de 17.315 pessoas.

O município é constituído, em sua organização político administrativa, de Banabuiú (Sede), Laranjeiras, Rinaré, Pedras Brancas e Sitiá., como podemos ver a seguir:

Figura 7 - mapa territorial do município de Banabuiú



Fonte: IPECE, 2009.

Com relação às suas características climáticas e ambientais, o município está inserido na sub-bacia hidrográfica Banabuiú, sendo o seu clima tropical quente-semiárido e sua vegetação “Caatinga Arbustiva Densa” (IPECE, 2009).

O desenvolvimento do município se deu, sobretudo, a partir da construção da barragem Arrojado Lisboa (1966). A barragem foi construída principalmente com o objetivo de “irrigação das terras do Baixo Jaguaribe” (DNOCS)²⁶.

3.3.2 “Entre rios e serras nasceu”²⁷: o município de Choró, aspectos geográficos e históricos

O município de Choró, como grande parte dos municípios do Ceará, foi criado a partir da construção do açude Pompeu Sobrinho, que data do ano de 1934, fato que mais uma vez nos remete à importância das práticas de açudagem para o Estado, bem como a importância da existência do rio, forma de subsistência e maior atrativo para a povoação do Ceará no início da colonização. A barragem, que leva o nome do grande escritor, engenheiro e intelectual cearense de notável atuação, foi construída com a participação do próprio Pompeu Sobrinho, em virtude das grandes secas que assolavam o Ceará, no ano de conclusão da barragem, o Ceará acabara de enfrentar a grande seca de 32. Dessa forma o açude que barrava o rio Choró armazenaria água para a utilização e sobrevivência da população circunvizinha.

Como podemos perceber, a questão da açudagem foi muito importante para o desenvolvimento de alguns municípios do Ceará, tanto que os açudes são constantemente referidos nos brasões desses municípios como símbolo importante. Grande parte desses municípios só se desenvolveu no território que está atualmente por causa da construção dessas barragens, que trouxe, também, um número considerável de pessoas a povoarem esses espaços, entre eles, técnicos, engenheiros, cassacos (trabalhadores do serviço braçal), etc.. Presença que contribuiu em diversos aspectos para que alguns municípios fossem emancipados.

Apesar de a barragem ter sido construída na década de 1930, Choró, que era um distrito de Quixadá, só foi emancipado em 1992, por meio da lei nº 11.926, de 27.03.1992²⁸, após uma série de desmembramentos e remembramentos ao município de Quixadá. Em 2009, em sua última divisão territorial, segundo o Ipece (2009), o município é composto por 05 (cinco) distritos. São eles: Barbada, Choró (sede), Caiçarinha, Maravilha e Monte Castelo.

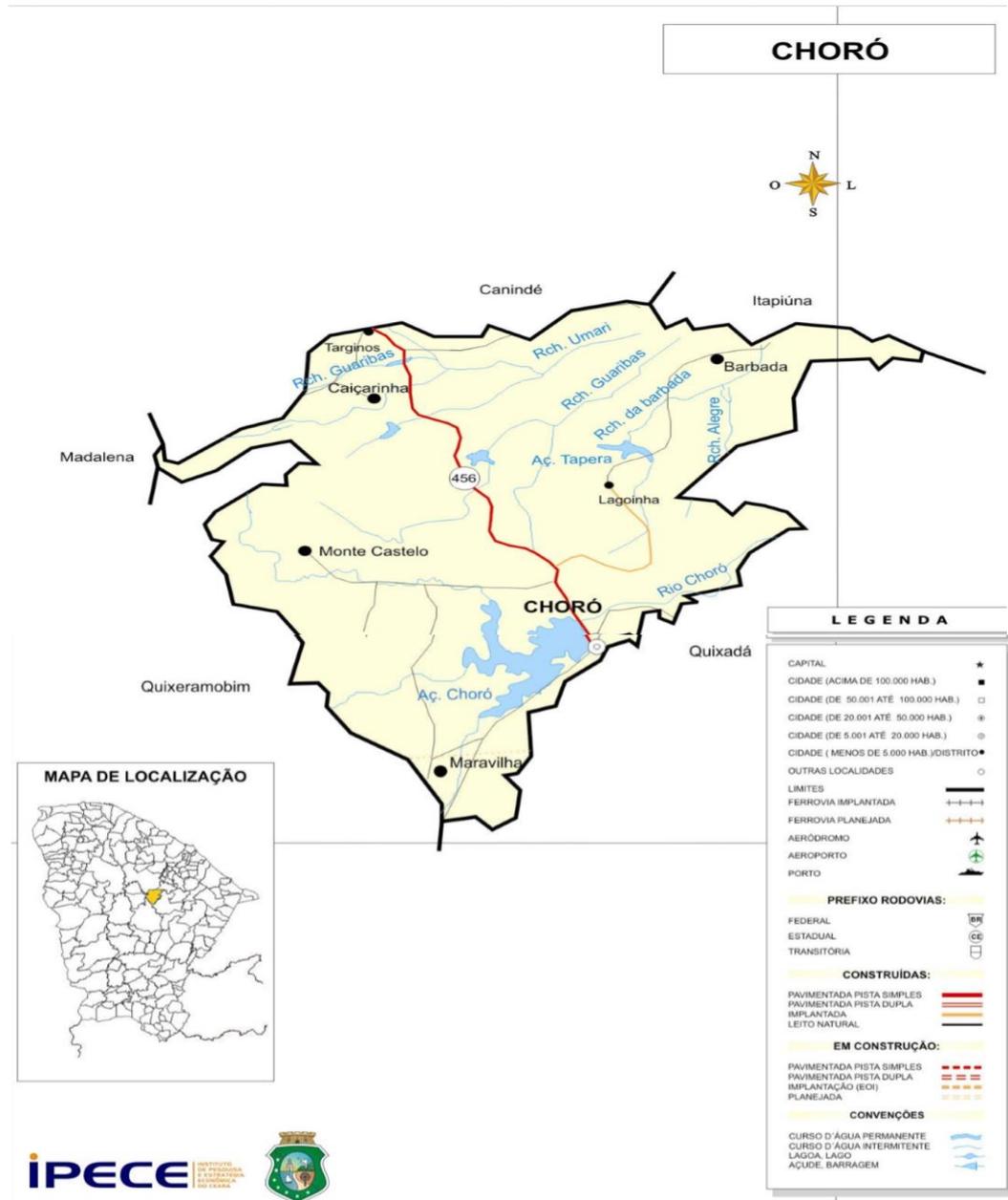
No mapa a seguir, podemos visualizar melhor essa divisão, bem como os municípios que fazem fronteira com Choró:

²⁶ Não há data de publicação para esta informação, mas ela pode ser conferida no site do DNOCS, disponível em: <https://www.dnocs.gov.br/~dnocs/barragens/banabuiu/banabuiu.htm>

²⁷ Trecho do hino municipal de Choró.

²⁸ Informação obtida por meio do site da prefeitura do município. Disponível em: <http://choro.ce.gov.br/historia>. Acesso em 17/09/2019.

Figura 8 - mapa territorial do município de Choró



Fonte: IPECE, 2009.

Também é um município que compõe a mesorregião dos Sertões Cearenses, especificamente a microrregião do Sertão de Quixeramobim e é caracterizado também pelo clima “tropical quente Semi-árido, brando tropical e quente Semi-árido” (IPECE, 2009). A população do município, em estimativa feita pelo Ipece (2009) é de 13.316 habitantes.

3.3.3 “Teus rochedos e coqueiros milenares que além dos mares nos relembram a força viva”²⁹: Ibaretama, aspectos geográficos e históricos

O município de Ibaretama, apesar de ser o menor de que tratamos aqui, não é o mais jovem, se levarmos em consideração que em 1963 foi desmembrado pela primeira vez de Quixadá, com a denominação de Ibaretama, por meio da lei estadual nº 6.653, de 14 de outubro de 1963. Porém, logo depois, em 1965, o município foi lembrado a Quixadá, para, somente em 1988 ser novamente desmembrado do mesmo município de origem, em virtude da lei estadual nº 11.431, de 08 de maio de 1988. É interessante ressaltar esse fluxo, pois demonstra que o município demorou, de certa forma, a se instalar, de fato.

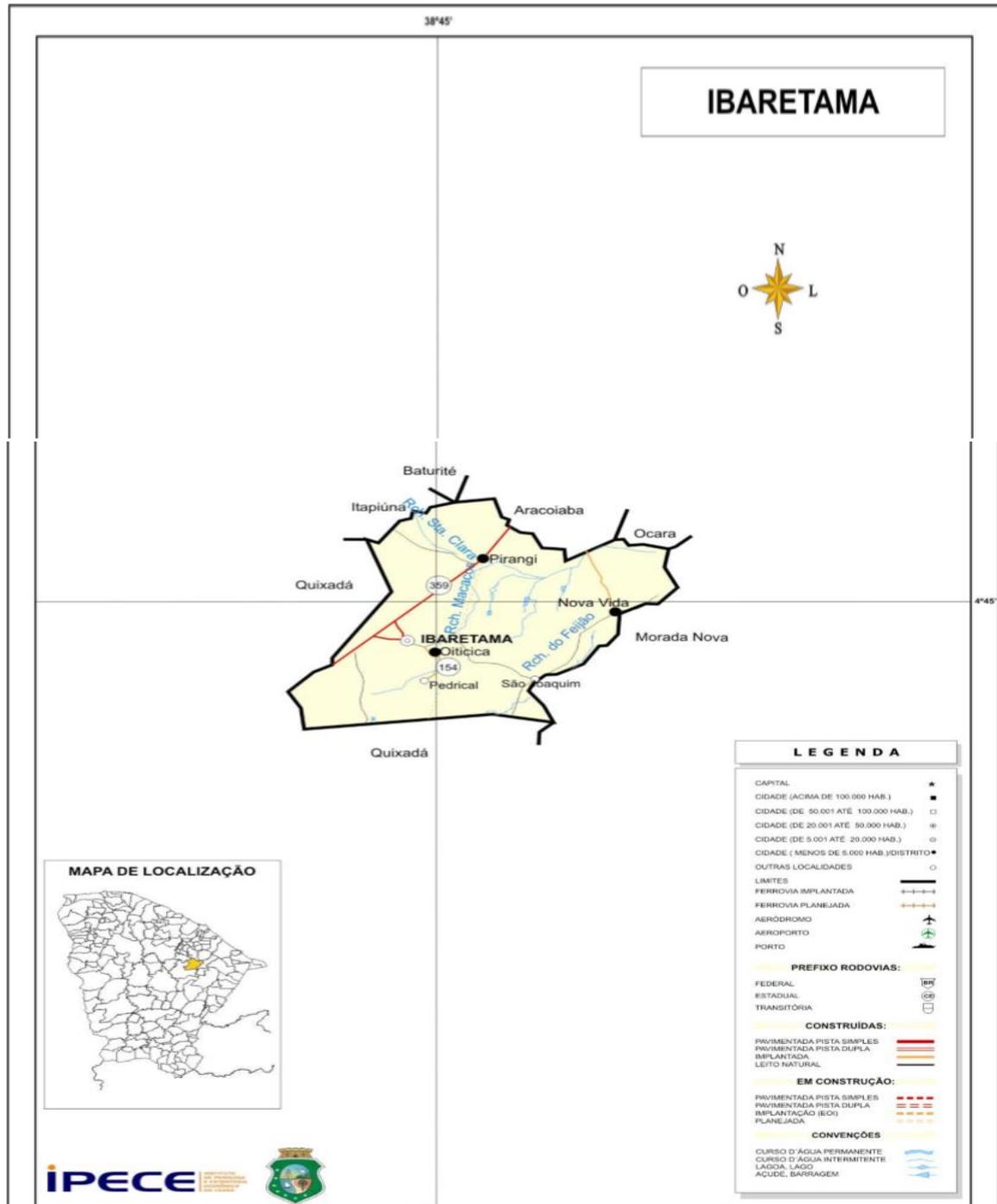
Segundo Sampaio Filho (2003) a região onde hoje está localizado o município, já teve vários topônimos: constou na divisão administrativa no Brasil em 1911 com a denominação de Serra Azul e, depois, foi denominada de São Luís, como consta no decreto Nº 448 de 1928, para, em 1963 ser denominada Ibaretama.

Ibaretama também faz parte da microrregião do Sertão de Quixeramobim e está localizada há 140 km da capital, Fortaleza. É um município composto, de acordo com o último censo, por 12.922 habitantes³⁰. Sua divisão político-administrativa consta os seguintes distritos: Ibaretama (Sede), Nova Vida, Oiticica, Pirangi. Podemos visualizar melhor essa divisão por meio do mapa abaixo:

²⁹ Hino Municipal de Ibaretama.

³⁰ Censo demográfico de 2010, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ibaretama/panorama>

Figura 9 - mapa territorial do município de Ibaretama



Fonte: IPECE, 2009

Segundo o Ipece (2009), Ibaretama faz parte da sub-bacia hidrográfica de Banabuiú e, como todos os outros municípios do Sertão Central tem o clima tropical, quente, semi-árido.

3.3.4 “Teus monólitos e fazendas contornando esse imenso sertão”: Quixadá, aspectos geográficos e históricos

Dentre os municípios aqui pesquisados, Quixadá se configura como um dos mais antigos, e também tem a ventura de ter bibliografia que conte a história de seu surgimento. O capitão José de Barros Ferreira, perpetuado na memória de muitos, atualmente, por ter seu nome comemorado através da praça central do município, foi quem comprou, em 1747, as primeiras terras onde hoje se localiza Quixadá (SOUSA, 1960), após terem passado por algumas mãos, por meio das concessões de sesmarias, mas sem terem sido efetivamente exploradas.

O lugar, mesmo com os reverses das secas foi se desenvolvendo, sobretudo após a criação de uma pequena capela que, para Sousa (1960, p. 9) completou a tríade “rural peculiar da região: casa, curral e capela, como expressões da família, da economia e da religião.” A economia, por sua vez, girava basicamente em torno da criação de gado.

Em 1838, Quixadá, então tornou-se distrito de Quixeramobim, que havia sido povoado antes, tendo sido Vila Campo Maior de Quixeramobim e tendo já uma capela com um sacerdote. Com o tempo, as investidas e a chegada de outras pessoas, o distrito foi se desenvolvendo, mesmo contando com alguns períodos de seca que fomentava a saída de pessoas do sertão central e que deu a Quixadá a alcunha de “curral da fome”, segundo relata Sousa (1960). Por meio da lei Provincial nº 1.247, de 27 de outubro de 1870 teve seu território desmembrado de Quixeramobim, e já em 1889 foi elevada à condição de cidade, por meio da lei nº 2.166, de 17 de agosto de 1889, segundo aponta Sampaio Filho (2003).

Com um clima predominantemente tropical, quente, semi-árido, Quixadá também é assolada periodicamente com a chegada das secas. Surge, então, a necessidade de construção das barragens e açudes para armazenamento de água. Também foi assim com a construção do açude Cedro que, por sai vez, barra o rio Sitiá. A construção do açude foi uma das forças motrizes para o desenvolvimento de Quixadá, uma vez que a chegada da “comissão” (SOUSA, 1960) da construção do açude, composta por engenheiros, pesquisadores, técnicos, fez com que surgissem os primeiros jornais, clubes, bem como contribuiu para a abertura de mais estradas, além das existentes para as fazendas vizinhas.

O açude Cedro, que teve sua construção iniciada em 1882 e conclusão em 1906³¹, durante o Governo imperial, tem uma estética muito particular. Temos a impressão de que, além

³¹ Informação obtida por meio do site do DNOCS, disponível em: <https://www.dnocs.gov.br/barragens/cedro/cedro.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

da utilidade para o armazenamento de água para a população, criação de gado e para irrigação, houve uma grande preocupação estética, como podemos ver na foto a seguir:

Figura 10 - barragem do Açude Cedro, em Quixadá.

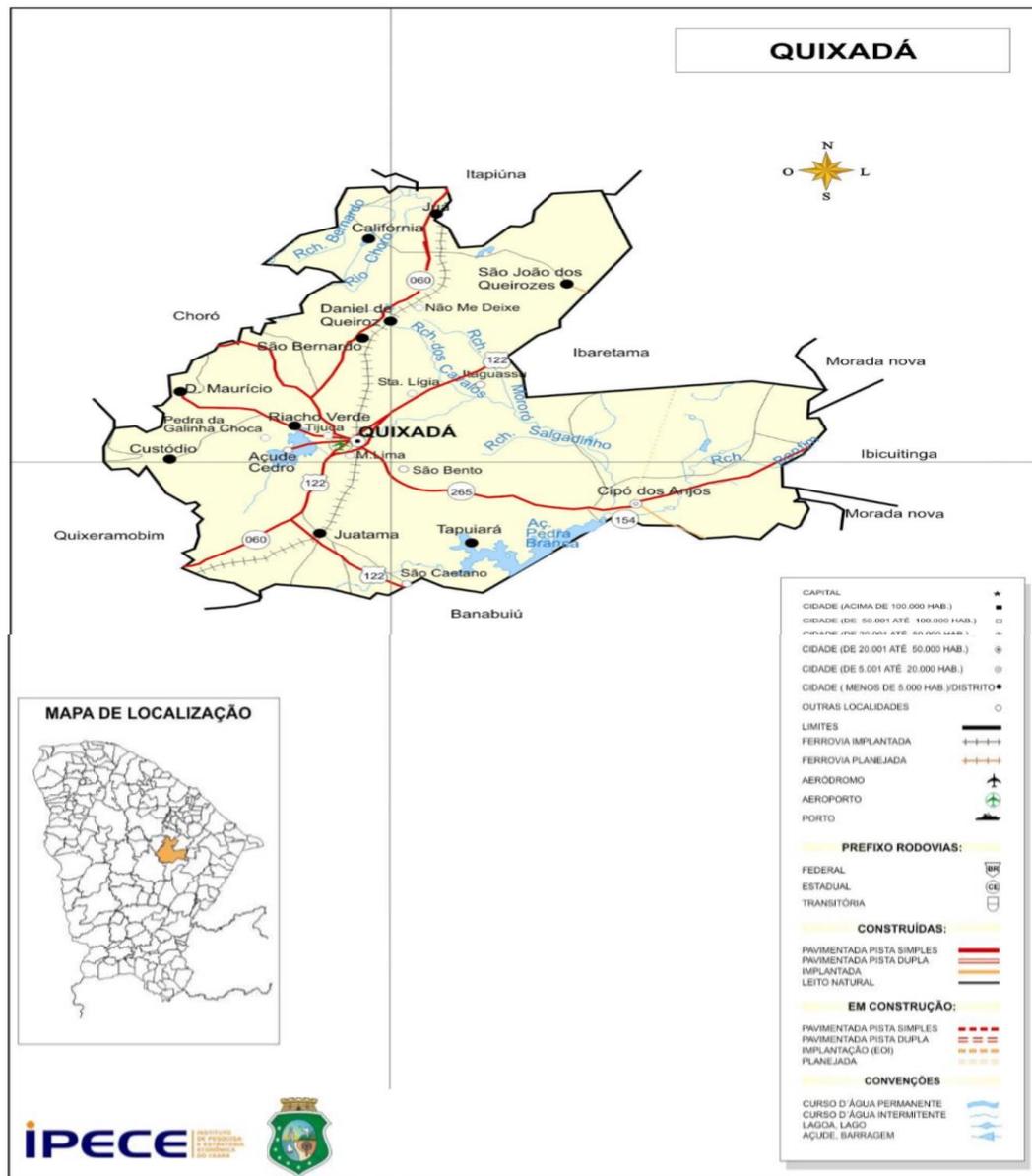


Fonte: autoria própria

Há algum tempo a barragem é um dos pontos turísticos mais visitados de Quixadá, uma vez que, além do monumento arquitetônico de importância histórica, há ainda uma paisagem natural admirável, compostas por grandes monólitos, entre eles, o mais conhecido, pois tem o formato de uma galinha, assim intitulado de “Pedra da Galinha Choca.”

O município também está localizado da microrregião dos Sertões de Quixeramobim. Foi emancipado, como dito anteriormente, em 1889. Sua divisão política-administrativa é organizada da seguinte forma: Quixadá (Sede), Califórnia, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiroz, Dom Maurício, Juá, Juatama, São Bernardo, São João dos Queirozes e Tapuiará (IPECE, 2009), como podemos ver no mapa a seguir:

Figura 11 - mapa territorial do município de Quixadá



Fonte: IPECE, 2009.

Segundo o último censo do IBGE (2010), Quixadá é um município composto por 80.604 habitantes.³² É um dos maiores do Sertão Central, em número de habitantes e também em suas atividades econômicas em torno do comércio. É conhecido também por ser a cidade que abriga muitos *campi* de universidades tanto públicas quanto privadas.

³² Último censo demográfico de 2010, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/quixada/panorama>

3.3.5 “Tuas águas encantam passarinhos/ teu riacho de correnteza é palha antiga que corta a saudade azul”³³: Quixeramobim, aspectos geográficos e históricos

De todos os municípios aqui pesquisados, Quixeramobim é o mais antigo no que diz respeito a sua povoação por parte dos colonizadores. Na fundação das vilas do Ceará, no período colonial, especificamente no século XVIII, está entre uma das doze situadas na então capitania do Ceará.

Quixeramobim, que certamente já era povoado por nativos, levando-se em consideração a existência do rio Quixeramobim, denominado pelos indígenas de *Ibu*, segundo Facó (1958), começou a ser povoado de forma mais acentuada por colonos a partir de 1710, quando o capitão Antônio Dias Ferreira comprou terras às margens dos rios e fundou a fazenda Boqueirão (FACÓ, 1958), posteriormente fazenda Santo Antônio. Ressaltamos, porém, que apesar de a historiografia apontar Dias Ferreira como o primeiro povoador não nativo da região de Quixeramobim, Simão (1996, p. 31), afirma que “antes da chegada de Antônio Dias Ferreira, as barrancas do Rio Quixeramobim já eram pontilhadas por elementos brancos, embora de maneira quase imperceptível.” A afirmativa do autor tem argumentação no fato de que sempre existiam habitantes, ainda que espalhados, às margens dos principais rios do Sertão Central. Vai de encontro a essa afirmativa o fato de que, segundo o próprio autor, a sesmaria concedida no hoje município de Quixeramobim foi concedida anteriormente a Francisco Ribeiro de Sousa, em 1702.

Destarte, cabe destacar que não foi de simples e sem dificuldade que Dias Ferreira se apossou, de fato, dessas terras, pois houve resistência por parte dos índios Quixarás, Canindés e Jenipapos (SIMÃO, 1996, p. 32).

Tendo em vista a força da construção das capelas como símbolo religioso que, além de outros papéis, agregava pessoas, Dias Ferreira também levantou, 20 anos após sua chegada, uma capela em sua fazenda e, alguns anos depois, a segunda, “sob a mesma invocação de Santo Antônio de Lisboa ou Pádua, origem da atual Matriz de Quixeramobim” (FACÓ, 1958).

No ano de 1789 após algum crescimento da povoação, tornou-se vila com a denominação de Vila Nova de Campo Maior de Quixeramobim (SAMPAIO FILHO, 2003), e se configura como um dos nascedouros da região do Sertão Central, no que diz respeito ao projeto colonizador, tendo em vista o que o sertão e seu potencial para a criação de gado contribuíram para a povoação e a “prosperidade” cearenses.

³³ Poema “Rio Quixeramobim”, do escritor quixeramobinense Bruno Paulino.

Também é importante ressaltar a riqueza do rio Quixeramobim, barrado no município, que além de ser importante para a economia local, é um atrativo turístico.

Figura 12 - Barragem do rio Quixeramobim



Fonte: arquivos do DNOCS³⁴

Atualmente, o município, que também está situado na microrregião do Sertão de Quixeramobim, há aproximadamente 214 km da capital do Ceará, Fortaleza, é composta por 71.887 habitantes, de acordo com o último censo demográfico do IBGE.³⁵

Em sua divisão político-administrativa, contém 10 distritos. São eles: Quixeramobim (Sede), Belém, Encantado, Lacerda, Manituba, Nenelândia, Passagem, Damião Carneiro, São Miguel e Uruquê. Essa divisão pode ser melhor visualizada no mapa a seguir:

³⁴ Disponível em: <https://www2.dnocs.gov.br/component/phocagallery/category/6-acude-quixeramobim>. Acesso em 20. 09.2019.

³⁵ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/quixeramobim>

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Já expostos os objetivos desta pesquisa, nesta seção, portanto, explanaremos os procedimentos metodológicos que foram utilizados em sua realização, tendo em vista a necessidade de um detalhamento maior do percurso que estamos trilhando, uma vez que, sendo uma pesquisa interdisciplinar, estaremos lidando com diversas áreas do conhecimento.

Além disso, consideramos imensamente relevante um detalhamento dos caminhos percorridos pelo pesquisador, tendo em vista que necessitamos desse suporte para não incorrerem em equívocos e, quanto menos possível, em imprecisões. Dessa forma, o que se seguirá é uma explanação acerca do tipo de pesquisa que estamos realizando sob vários aspectos: abordagem, procedimentos e objetivos. Em seguida, delimitaremos o *corpus* da pesquisa, apresentando as fontes que utilizamos para o levantamento, bem como para a contextualização histórica feita neste estudo; posteriormente esclarecemos a metodologia aplicada a este trabalho, como se organiza a classificação em *taxes* proposta por Dick (1992), bem como o percurso que faremos para a análise de dados.

4.1 TIPO DE PESQUISA

No que diz respeito à abordagem que seguimos nesta pesquisa, trata-se de um estudo qualitativo, visto que uma de nossas motivações é o “aprofundamento e compreensão de um grupo social” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), a saber, os grupos que povoaram o Ceará e que deixaram sua marca de diversas formas, sendo uma delas as toponímias em estudo na região central do Estado. Apesar disso, consideramos que este estudo é também de cunho quantitativo, pois além de termos nos preocupado em perceber a dinâmica das relações sociais imbricadas nas escolhas toponímicas, em compreender como essa dinâmica social dos povos indígenas se reflete nas formas de nomeação dos lugares que investigamos, a recorrência de motivações dos topônimos também nos foi apontamento importante para a análise qualitativa desse fenômeno, pois dispomos esses valores em porcentagem para que possamos ter uma melhor visualização dessas quantidades, que nos permitiram discernir melhor sobre essa dinâmica de nomeação.

Assim, acreditamos termos produzido novas informações que serão importantes para a compreensão acerca do processo de nomeação do Sertão de Quixeramobim, bem como sobre a história e a cultura dos nativos que aqui viveram, tendo em vista que a Língua

Portuguesa “acatou” a terminologia indígena, o que a fez perpetuar, mesmo que de forma bem pontual, como no caso das toponímias. Para tanto, trabalharemos com as motivações, as crenças, os valores e os comportamentos que contornam nossa temática para fins de aprofundamento na forma como as pessoas nomeiam os lugares em que residem. Por isso, fez-se necessário uma reflexão acerca de nosso objeto de estudo, bem como atentarmos para os contextos que envolvem esse objeto.

Do ponto de vista dos objetivos, realizamos um estudo descritivo, pois nossa busca principal foi por investigar um fenômeno linguístico, com o fim de descrevê-lo. Neste sentido, fez-se necessário análise documental, tão característica de pesquisas de natureza descritiva. O documento de grande relevância a qual fizemos uso nesta pesquisa foi as *Datas de Sesmarias* do Estado do Ceará, uma edição feita pelo Arquivo Público do Ceará e disponibilizada em CD com 14 volumes, com documentos que vão de 1694 a 1744, em que encontramos também os registros de alguns desses topônimos denominando, em sua maioria, acidentes físicos.

Entretanto, o fato de esta pesquisa ser de cunho descritivo, não exclui sua natureza explicativa, pois analisamos os fatores que determinam o fenômeno das toponímias indígenas, ou seja, a motivação para a nomeação desses lugares, bem como para a permanência desses topônimos até os dias atuais, para fins de explicá-los. Levantamos, então, hipóteses para entender um período, tendo em vista que não podemos apreender o passado tal como foi vivido (WILLIAMS, 1979).

É necessário também esclarecermos quais procedimentos utilizamos no processo de feitura deste estudo: primeiramente, realizamos uma pesquisa bibliográfica, buscando relacionar os conhecimentos teóricos já existentes sobre língua, identidade, cultura e história, ou seja, valendo-nos da produção já feita na área para fundamentar a nossa exposição e problematização sobre o tema.

Na segunda seção também fizemos uso também do procedimento bibliográfico, uma vez que é necessário estudo histórico e geográfico para delimitar as características do espaço da pesquisa, a saber, cinco municípios do Sertão Central: Banabuiú, Choró, Ibareta, Quixadá e Quixeramobim. Isso porque é importante contextualizar o surgimento desses lugares, sua emancipação, o contexto histórico no qual os povos indígenas que habitaram esta região estiveram imersos frente à colonização, entre outros pontos que demandaram de nós muitas leituras e muita pesquisa bibliográfica para responder as questões supracitadas.

Ainda acerca dos procedimentos, faz-se necessário o esclarecimento de nossas fontes: a fonte primária é o IBGE³⁶, pois foi nos mapas de escala 1 : 650 000³⁷ que encontramos registrados os topônimos, objeto desta pesquisa. Os cadernos do IPECE³⁸ também trazem esse registro e, ainda, traçam o perfil de cada município cearense no que diz respeito a sua situação geográfica e socioeconômica. Foi também usando como base o IPECE, que delimitamos o espaço desta pesquisa.

Por fim, no que diz respeito à análise etimológica, fizemos uso de dicionários de línguas indígenas dentre eles, os de Nogueira (1887), Sampaio (1902), Brígido (1902), Pompeu Sobrinho (1919), Seraine (1947, 1948, 1950), Tibiriçá (1985) e Navarro (2013).

4.2 O *CORPUS* DA PESQUISA

Os topônimos escolhidos como *corpus* de análise desta pesquisa foram coletados principalmente dos mapas administrativos do IBGE, que registram os 15 topônimos indígenas de acidentes geográficos humanos (AH) que analisamos, ou seja, os nomes dos 05 municípios e os 10 distritos que os compõem a região delimitada. Os mapas que utilizamos, como dito anteriormente foram os de escala 1 : 650,000, de cada município pesquisado. Neles, temos de forma detalhada a divisão político-administrativa dos municípios pesquisados³⁹

É pertinente esclarecer que, de acordo com as pesquisas realizadas por Dick (1980, 1990, 1992), e como foi explicitado na seção I desta pesquisa, os estudos toponímicos investigam os nomes de lugares, entre eles nomes de rios, córregos, igarapés. Porém, especificamente neste trabalho, optamos por nos debruçarmos somente sobre os nomes indígenas dos municípios e seus distritos que são denominados de acidentes geográficos humanos (AH). Essa denominação é aplicada sobre as atividades de construção humana, ou seja, as cidades, distritos, fazendas; enquanto acidentes geográficos físicos (AF) são ligadas aos fenômenos da natureza, ao ambiente físico, à formação própria dos espaços geográficos, como rios, córregos, lagoas.

Os cadernos de Perfil Básico Municipal elaborados pelo IPECE também trazem uma divisão do Estado do Ceará muito interessante de ser acrescentada aqui: Mesorregião 4,

³⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

³⁷ O mapa é referente ao ano de 2015.

³⁸ Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Os cadernos foram elaborados em 2009.

³⁹ Mapas político-administrativo disponível em: <https://pt.scribd.com/document/401348229/ce-politico650k-2015-pdf>

intitulada Sertões Cearenses que, por sua vez, está subdividida em 4 microrregiões, dentre elas a Microrregião 19, nomeada de Sertão de Quixeramobim composta por 07 (sete) municípios dos quais 05 (cinco) são objetos de análises neste trabalho, juntamente com seus distritos, conforme melhor se visualizará no quadro a seguir:⁴⁰

Quadro 3 - divisão político-administrativa dos Sertões Cearenses

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIOS	DISTRITOS
4: Sertões Cearense	Sertão de Quixeramobim	Banabuiú	Laranjeiras Sitiá Pedras Brancas Rinaré
		Boa Viagem	
		Choró	Barbada Caiçarinha Maravilha Monte Castelo
		Ibaretama	Nova Vida Oiticica Pirangi
		Madalena	Macaoca
		Quixadá	Califórnia Cipó dos Anjos Custódio Daniel de Queiroz Dom Maurício Juá Juatama São Bernardo

⁴⁰ Cabe destacar que os topônimos dos municípios e distritos que foram analisados na pesquisa estão evidenciados com o destaque em negrito, pois achamos pertinente mostrar o quadro completo com a divisão administrativa da região pesquisada.

			São João dos Queirozes Tapuiará
		Quixeramobim	Belém Encantado Lacerda Manituba Nenelandia Passagem Damião Carneiro São Miguel Uruquê

Fonte:IPECE⁴¹

A escolha espacial de analisar apenas os 05 (cinco) municípios deu-se pela delimitação do nosso espaço, qual seja, a Região dos Sertões de Quixeramobim, no qual fizemos a coleta e a seleção dos topônimos em que há indícios de que sejam indígenas, o que resultou em um *corpus* composto do 15 topônimos, dentre os quais, 05 são nomes de cidades e 10 de distritos que integram esses municípios.

Alguns registros desses topônimos também foram encontrados em documentos como as *Datas de Sesmarias* 1694 a 1744. Muitos deles não designavam ainda o espaço territorial que são conhecidos hoje, ou seja, não designavam acidentes geográficos humanos, mas sim, físicos como é o caso do topônimo Banabuiú, à época designativo somente do rio que banha muitas cidades do Ceará, ou seja, nesse sentido, temos a ocorrência de um acidente geográfico físico, que passou a denominar também um acidente humano, fato que será melhor explanado no capítulo de análise desta pesquisa.

⁴¹ Informações coletadas do mapa de caracterização territorial: limites e regionalização, do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/Microrregioes_Geograficas_2019.pdf

4.3 CLASSIFICAÇÃO TAXIONÔMICA DOS TOPÔNIMOS

O principal procedimento que utilizamos nesta pesquisa é o método taxionômico proposto Dick (1992), no qual a autora classifica os topônimos em 27 taxes, sendo que, segundo tal classificação, 11 são de natureza física, ou seja, estão diretamente relacionadas ao meio ambiente, à natureza; e 16 de natureza antropocultural, em que os denominativos estão ligados a fatores culturais, sociais e históricos. Esta parte do trabalho ficará ainda mais evidente na seção quatro, quando, através da catalogação dos dados feitos no modelo de ficha lexicográfico-toponímicas, também proposta por Dick (2004) faremos nossa análise.

A ficha lexicográfico-toponímica faz parte da metodologia utilizada no projeto Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), projeto pioneiro que norteou e norteia teórica e metodologicamente muitas pesquisas na área toponímica no Brasil.

Essa ficha é composta de alguns elementos que ajudam a sistematizar e organizar a catalogação dos dados da pesquisa, são eles: Município/Localização; topônimo; Acidente geográfico (AG); Etimologia; Taxionomia; Entrada Lexical; Estrutura morfológica; Histórico; Informações enciclopédicas; fontes; pesquisador; revisor e data de coleta (DICK, 2004 *apud*, Martins, 2017, p. 80).

Abaixo, poderemos visualizar melhor a ficha com cada item disposto em seu lugar, com uma breve explicação do que cada um corresponde:

Quadro 4 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica⁴²

<p>Município/localização: localização geográfica do espaço onde o topônimo está inserido. Nesta pesquisa seguiremos a divisão administrativa de mesorregiões e microrregiões feita pelo IBGE e pelo IPECE.</p> <p>Topônimo, o nome do lugar em pesquisa;</p> <p>Acidente Geográfico (AG):os acidentes geográficos são subdivididos em acidentes geográficos físicos (AF), quando trata-se de acidentes naturais, como por exemplo serras, rios, vales; e acidentes geográficos humanos (AH), quando trata-se de acidentes artificiais, ou seja, fazendas, cidades, distritos, pontes.</p> <p>Etimologia: uma seção destinada ao esclarecimento de aspectos relacionados à origem dos topônimos, bem como a esclarecimentos acerca de seu significado. Nessa parte é onde mais se utiliza os dicionários. No caso desta pesquisa, sobretudo os de línguas indígenas.</p> <p>Taxionomia: é a classificação dada ao topônimo de acordo com o modelo semântico desenvolvido por Dick (1990), que divide os topônimos em taxes de acordo com o sentido e a motivação dos topônimos, que pode ser de natureza antropocultural, ou física, como por exemplo os zootopônimos - nomes de lugares que estão relacionados aos animais e assim por diante.</p>

⁴² A referência à Dick (2004) é com relação a sua proposta dos elementos que compõem a ficha para catalogação dos dados.

<p>Entrada Lexical: elemento linguístico, o topônimo.</p> <p>Estrutura morfológica: abordagem de cunho morfológico do topônimo. Neste sentido, podem ser divididos em três categorias: “elemento específico simples, elemento específico composto, e elementos específico híbrido.” (ANDRADE, 2006, p. 117)</p> <p>Informações enciclopédicas: informações coletadas em materiais de apoio acerca do lugar. Tais informações poderão ajudar na contextualização histórica do lugar.</p> <p>Fontes: o material que subsidiou a realização da pesquisa, da coleta de informação à análise de dados da ficha.</p> <p>Pesquisador: sujeito que realiza a pesquisa.</p> <p>Revisor: professor responsável por revisar a pesquisa realizada.</p> <p>Data da coleta: Período em que os dados foram coletados.</p>

Fonte: DICK, 2004.

Este é o modelo de ficha que também utilizaremos nesta pesquisa, sem adaptações. A classificação taxionômica feita por Dick, pode ser melhor visualizada a partir da organização da tabela a seguir, em que do lado esquerda temos o conjunto de taxes de natureza física; e do lado direito o conjunto de taxes de natureza antropocultural:

Quadro 5 - Modelo taxionômico proposto por Dick (1992)⁴³

(Continua)

Taxes de natureza física	Taxes de natureza antropocultural
Astrotopônimos: Topônimo referente aos nomes de corpos celestes. Ex: Cruzeiro do Sul - AC	Animotopônimos ou Nootopônimos: topônimo referente à vida psíquica e à cultura espiritual. Ex. Solidão – PE
Cardinotopônimos: Topônimo referente às posições geográficas em geral. Ex: Nortelândia - MT	Antropotopônimos: topônimo referente aos nomes próprios e individuais. Ex. Mâncio Lima – AC
Cromotopônimos: topônimo referente às cores. Ex.: Monte Azul - MG	Axiotopônimos: topônimo referente aos títulos e às dignidades. Ex.: Deputado Irapuan Pinheiro (CE); Senador Pompeu (CE)
Dimensiotopônimos: topônimo referente às características do acidente. Ex.: Serra Grande - CE	Corotopônimos: topônimo referente aos nomes de cidades, países, regiões e continentes. Ex.: Boca do Acre – AM
Fitotopônimos: topônimo referente aos nomes dos vegetais. Ex: Juá - CE	Cronotopônimos: topônimo referente às indicações temporais Ex: Nova Russas (CE)

⁴³Registro coletado do trabalho de Sousa (2007) que, por sua vez, se baseou em Dick (1992); os topônimos utilizados foram retirados em sua maioria também de Sousa (2007), outros são exemplos dos mapas do Ceará que estamos utilizando nesta pesquisa.

Geomorfotopônimos: Topônimo referente às formas topográficas. Ex: Cordilheira Alta - SC	Ecotopônimos: topônimo referente às habitações de um modo geral. Ex. Barracão - RS
Hidrotopônimos: Topônimo referente aos acidentes hidrográficos em geral. Ex: Cachoeira – BA	Ergotopônimos: topônimos rela aos elementos da cultura material. Ex. Jangada – MT
Litotopônimo: topônimo referente aos nomes de minerais. Ex: Ouro - SC	Etnotopônimos: topônimo referente aos elementos étnicos isolados. Ex: Paraíba dos Índios – PB
Meteorotopônimos: topônimo referente aos fenômenos atmosféricos. Ex.: Alvorada - TO	Dirrematotopônimos: topônimo constituído de frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Passa e fica – RN
Morfotopônimos: topônimo referente às formas geométricas. Ex. Serra Redonda - PB	Hierotopônimos: topônimo referente aos nomes sagrados. Ex.: Exu – PE (hagiotopônimos quando são relativos aos santos e santas do hagiológico romano. Ex: Santa Quitéria -CE)
Zootopônimos: topônimo referente aos animais. Ex: Cascavel - CE	Historiotopônimos: topônimo referente aos movimentos histórico-social e aos seus membros. Ex.: Sete de Setembro - RS
	Hodotopônimos: topônimo referente às vias de comunicação rural ou urbana. Ex: Ponte Serrada – SC
	Numerotopônimos: topônimos referentes aos adjetivos numerais. Ex. Três ranchos - GO
	Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos aldeia, vila, povoação, arraial. Ex: Arraial do Cabo – RJ
	Sociotopônimos: topônimo referente às atividades profissionais ou a ponto de encontro. Ex: Estiva – MG
	Somatotopônimos: topônimos referentes às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal. Ex: Braço do Trombudo – SC

Segundo Martins (2017) outros pesquisadores ao longo do percurso de suas pesquisas, propuseram outras taxes para a classificação de topônimos que não eram abrangidos na classificação de Dick, exemplo disso foi a criação de uma classificação taxionômica para os topônimos formado por siglas, denominado de acronimotopônimos (Francisquini, 1998, *apud*, Martins, 2017).

Cabe ressaltar que nesta pesquisa nos ateremos especificamente ao trabalho com as taxionomias. No caso de nossas análises, de acordo com as classificações que fizemos, obviamente, não preencheram todos os casos das taxes exemplificadas acima, uma vez que estamos lidando com um número relativamente pequeno de 15 topônimos.

4.4 PERCURSO PROCEDIMENTAL DE ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização desta pesquisa, alguns procedimentos foram necessários para viabilizar as nossas análises. Tais procedimentos foram elencados pensando nas seguintes inquietações:

1. Como se configura a nomeação dos lugares do Sertão de Quixeramobim a partir de um léxico indígena?
2. Que motivações são mais recorrentes nas formas de nomeações que fazem uso de topônimos indígenas no Sertão de Quixeramobim?
3. Que fatores extralinguísticos mais influenciaram os signos linguísticos denominativos dessa região?
4. A toponímia indígena dessa região é mais influenciada por fatores físicos ou antropoculturais?

Após a coleta do nosso *corpus* de 15 topônimos de municípios e distritos da mesorregião 4: Sertões Cearenses, mais especificamente da microrregião Sertões de Quixeramobim, seguimos os seguintes procedimentos:

Fizemos o registro dos dados coletados por meio do preenchimento das fichas lexicográfico-toponímicas. Nas próprias fichas, fizemos a classificação e distribuição dos topônimos analisados em taxes de natureza física e antropocultural.

A partir da classificação taxionômica exposta na ficha, nossa análise se debruçou sobre essa classificação, tecendo diálogos acerca das relações possíveis entre a motivação e as questões históricas, culturais, identitárias e geográficas, além de sua relação com os povos indígenas que habitaram a região em tempos longínquos, discutindo as marcas linguísticas

deixadas por esses povos indígenas, diante, inclusive, do processo de colonização que, como referido anteriormente, foi preponderante do que diz respeito às mudanças linguísticas.

Apresentamos também a classificação taxionômica em gráficos do tipo pizza. Essa forma de apresentação foi importante para que pudéssemos perceber de que forma se organiza esse sistema designativo na região pesquisada, quais os pontos de maior recorrência das motivações, em que pudemos perceber as relações estabelecidas entre esses povos e sua forma de perceber o mundo e retratá-lo por meio de escolhas linguísticas.

5 TOPONÍMIAS INDÍGENAS DA MICRORREGIÃO CEARENSE DO SERTÃO DE QUIXERAMOBIM: APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS

Esta seção destina-se à apresentação e à análise dos dados coletados durante a pesquisa. O *corpus* é composto por 15 topônimos de acidentes geográficos humanos (AH), uma vez que dão nomes a construções humanas, são, portanto, nomes de municípios e distritos da microrregião do Sertão de Quixeramobim⁴⁴, situado, por sua vez, na região do Sertão Central Cearense. Todos os topônimos aqui pesquisados foram coletados dos mapas do IBGE de escala 1: 650 000, mapas com um bom grau de detalhamento do espaço que pesquisamos.

Apresentamos primeiramente os dados coletados e, posteriormente, realizamos as análises dos mesmos. De acordo com nossa organização, são apresentados os dados de cada microtopônimo⁴⁵ (município), seguido dos topônimos indígenas dos distritos pertencentes ao município em questão.

Dada a dificuldade de contextualização histórica de alguns topônimos, foram analisados tomando como base unicamente a sua etimologia, apesar de que esse fator não impede que percebamos os fatores extralinguísticos imbricados nas motivações toponímicas.

Esta seção, portanto, apresentará os resultados que obtivemos acerca da organização toponímica da região pesquisada, no que concerne à nossa especificidade, que são os nomes indígenas. Ou seja, apresentamos conclusões relativas às motivações toponímicas mais recorrentes na região, relacionando essas motivações às questões histórico-culturais e geográficas imbricadas nas escolhas denominativas e, em alguma medida, na força de perpetuação desses topônimos.

5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

De acordo com a organização que se segue, apresentamos os dados coletados acerca dos topônimos, dividindo a apresentação em quadros que estão dispostos da seguinte forma: cada quadro apresenta um topônimo do município, seguida dos topônimos de seus respectivos distritos em ordem alfabética por município, acompanhado de seus respectivos distritos cujos nomes são advindos das línguas indígenas.

⁴⁴ A divisão político-administrativa que adotamos neste trabalho foi a do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

⁴⁵ Segundo Sousa (2019), essa taxonomia foi desenvolvida por Quijada (1985), que denominava de macrotopônimos os nomes de Estados e das microrregiões, como lugares de maior extensão territorial; e de microtopônimos os nomes de municípios, com menor extensão territorial, se comparado aos anteriormente citados.

Para fins organizacionais, os quadros que se seguem são compostos por elementos presentes na ficha lexicográfico-toponímica, que são: topônimo, acidente geográfico (**F**: físicos; **H**: humano), etimologia, natureza do topônimo (**NF**- natureza física; **NA**: natureza antropocultural) e classificação taxionômica (historiotopônimo, zootopônimo, cromotopônimos, dentre outros).

Decidimos apresentar, na coleta dos dados, também a etimologia de cada topônimo que aqui estudamos, tendo em vista que a especificidade da pesquisa no que diz respeito a topônimos indígenas, faz com que a etimologia tenha uma importância central para a classificação taxionômica e para a delimitação da natureza toponímica.

Há vocábulos em que são apresentados pelos pesquisadores mais de uma compreensão acerca de sua etimologia. Isso ocorre por diversos fatores, dentre eles: a penetração do tupi (como língua geral) nos sertões junto aos bandeirantes (POMPEU SOBRINHO, 1919), o que ocasiona confusões com relação à origem do vocábulo, no caso do Ceará, se a origem é tupi, Cariri ou das outras “línguas travadas” faladas pelos índios *tapuias* que habitavam os sertões; pelas formas variadas em que o mesmo vocábulo foi grafado, tendo em vista que

A língua dos nossos atochtones foi grafada ao norte por portugueses, e ao sul por espanhóis, entre os quais o valor prosódico das consoantes não era o mesmo. Os sons que se percebiam ao selvagem, se figuram na prosódia de dois povos, de acordo com os alfabetos respectivos, ou accentuação congênera (JOÃO BRÍGIDO, 1902, p. 125).

Todos esses fatores, porém, não invalidam os esforços de muitos pesquisadores que se dedicaram a conhecer as línguas indígenas faladas no Brasil e a pensar a questão etimológica.

Tendo em vista o que foi exposto, esclarecemos que nesta dissertação elegemos, sempre que possível⁴⁶, a etimologia mais recorrente entre os pesquisadores dos quais nos apropriamos. Para tanto, consultamos as obras de Nogueira (1887), Sampaio (1902), Brígido (1902), Pompeu Sobrinho (1919), Seraine (1947, 1948, 1950), Tibiriçá (1985) e Navarro (2013).

Para a classificação taxionômica, Dick (1992) considera, com relação à estrutura linguística dos topônimos, que os mesmos apresentam duas estruturas, sejam elas: o elemento genérico, que diz respeito ao acidente geográfico que está sendo denominado, como por exemplo *município, distrito, lagoa, rio*, etc.; e o elemento específico, que é o próprio topônimo. Na apresentação dos dados e na análise que se segue, usaremos somente o termo específico, isso por estarmos trabalhando somente com acidentes geográficos humanos, temos a ocorrência

⁴⁶ Para alguns topônimos encontramos apenas uma etimologia. Para os que encontramos etimologias variadas para o mesmo topônimo, fizemos a escolha partindo tanto da morfologia da palavra, analisada nos dicionários que dispomos, quanto dos aspectos histórico-culturais que observamos no contexto cearense.

de apenas dois termos genéricos, a saber: município e distrito, que delimitam espaços menores dentro da microrregião.

5.1.1 Município: Banabuiú

Quadro 6 - microtopônimo (município) do município de Banabuiú

Município: Banabuiú	
Topônimo	Banabuiú
Acidente geográfico	AH
Etimologia	<p>Segundo Nogueira (1887, p. 230), baseado em Matus, registra o vocábulo <i>Banabuihú</i> e defende que se trata de uma corruptela (ou seja, palavra que sofreu interferência de outras línguas em sua forma atual) de “<i>panamby</i>: borboleta; e <i>hú</i>: água”.</p> <p>Sampaio (1902, p. 218), também afirma que o topônimo é uma corruptela do tupi e que “pode derivar-se de <i>paná-puyú</i>: pantanal de borboletas”.</p> <p>Tibiriça (1985, 28), traz uma perspectiva que converge com a de Nogueira (1887), em que registra a palavra “Banabuiú como denominativo do rio cearense, e sendo de origem, de <i>panami</i>, <i>panambi</i>: borboletinha, mariposa; e <i>y</i>: rio. Ou seja, “rio de mariposa”.”</p>
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Hidrotopônimo

Fonte: autoria própria

Quadro 7 - microtopônimo (distrito) do município de Banabuiú

(Continua)

Município: Banabuiú	
Topônimo	Rinaré
Acidente geográfico	AH
Etimologia	<p>Segundo aborda Pompeu Sobrinho (1919, p. 225), o topônimo também de encontra com a grafia <i>Kinaré</i>. Ainda segundo o pesquisador “<i>Si é dicção tupi. Podemos dar a seguinte interpretação: Kin de aquin: molhado + aré: fora</i></p>

	de tempo = molhado fora de tempo”. Podemos compreender como chuva fora do tempo.
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Meteorotopônimo

Fonte: autoria própria

Quadro 8 - microtopônimo (distrito) do município de Banabuiú

Município: Banabuiú	
Topônimo	Sitiá
Acidente geográfico	AH
Etimologia	De acordo com Pompeu Sobrinho (1919, p. 226), “nos documentos antigos encontra-se a grafia <i>Sitiay</i> . <i>Si</i> por <i>qui</i> : bico, ponta + <i>tiá</i> : o que amarra, cerca + <i>y</i> : água, rio = água ou rio que amarra.”
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Hidrotopônimo

Fonte: autoria própria

5.1.2 Município: Choró

Quadro 9 - microtopônimo (município) do município de Choró

Município: Choró	
Topônimo	Choró
Acidente geográfico	AH
Etimologia	Para Nogueira (1887, p. 282), baseado em Matius, cita que é um vocábulo que denomina uma ave pequena de papo branco e costas preta de denominação Choró-Choró. Navarro (2013, p. 607) afirma que a palavra <i>Xororó</i> denomina uma ave da família dos tinamídeos.
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Zootopônimo

Fonte: autoria própria

Quadro 10 - microtopônimo (distrito) do município de Choró

Município: Choró	
Topônimo	Caiçarinha
Acidente geográfico	AH
Etimologia	<p>Caiçara, classificada por Navarro (2013) como sendo uma palavra que tem origem no tupi antigo de <i>Ka'aysá</i>, que para o tupinólogo significa “cerca rústica feita de galhos e ramos entrelaçados para defesa e proteção”. (NAVARRO, 2013, p. 551)</p> <p>A mesma etimologia é colocada por Tibiriça (1985), como significando uma cerca de ramos.</p> <p>Seraine (1947, p. 220) afirma que <i>Caiçara</i> vem do tupi-guarani, sendo então, <i>caà</i>: mato; e <i>içá</i>: estaca, esteio.</p>
Natureza	NA
Classificação Taxionômica	Ergotopônimo

Fonte: autoria própria

5.1.3 Município: Ibaretama

Quadro 11 - microtopônimo (município) do município de Ibaretama

Município: Ibaretama	
Topônimo	Ibaretama
Acidente geográfico	AH
Etimologia	<p>“De yba+ama(t), corruptela de etama (t), usado no nheengatu (Stradelli, 657): região de árvores.” (NAVARRO, 2013, p. 565).</p>
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Fitotopônimo

Fonte: autoria própria

Quadro 12 - microtopônimo (distrito) do município de Ibaretama

(Continua)

Município: Ibaretama	
Topônimo	Oiticica
Acidente geográfico	AH

Etimologia	Conforme Nogueira (1887, p. 358-359), o vocábulo se refere a uma “árvore gigantesca própria das margens dos rios e dos terrenos aluviâes”. Sua etimologia, segundo o referido autor é <i>oiti</i> : de que se retira resina, de <i>oiti</i> e <i>icig</i> (<i>i</i> água e <i>cig</i> , <i>hig</i> ou <i>cib</i> pegajoso) resina.
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Fitotopônimo

Fonte: autoria própria

Quadro 13 - microtopônimo (distrito) do município de Ibareta

Município: Ibareta	
Topônimo	Pirangi
Acidente geográfico	AH
Etimologia	De acordo com Nogueira (1887) vem de <i>piranga</i> : vermelho; e <i>y</i> : água. Ou seja, rio vermelho. “De <i>pirá</i> + <i>ãi/a</i> (r,s) + <i>y</i> : rio dos peixes dentados, rio das piranhas. (NAVARRO, 2013, P. 594).
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Hidrotopônimo

Fonte: autoria própria

5.1.4 Município: Quixadá

Quadro 14 - microtopônimo (município) do município de Quixadá

Município: Quixadá	
Topônimo	Quixadá
Acidente geográfico	AH
Etimologia	Para Pompeu Sobrinho (1919, p. 224), o vocábulo significa <i>Quixá</i> (o que corta) + <i>dá</i> , por <i>eté</i> : pedra. Nogueira (1987) o topônimo <i>Quixadá</i> é da mesma etimologia que a palavra <i>Quixará</i> , que significa “oh eu sou o senhor!”, dividido em <i>qui</i> : oh; <i>xe</i> : eu; e <i>uára</i> : senhor.
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Litotopônimo

Fonte: autoria própria

Quadro 15 - microtopônimo (distrito) do município de Quixadá

Município: Quixadá	
Topônimo	Juá
Acidente geográfico	AH
Etimologia	Conforme Nogueira (1887, p. 329), <i>juá</i> significa fruto espinhoso e amarelo. Segundo o referido autor, baseado em outros etimólogos, a palavra é uma variação de <i>yub</i> : amarelo; e <i>uá</i> : fruto. Tibiriçá (1985, p.77) converge com a colocação acima ao afirmar que <i>joá</i> , palavra que vem de <i>juá</i> , é o fruto do juazeiro.
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Fitotopônimo

Fonte: autoria própria

Quadro 16 - microtopônimo (distrito) do município de Quixadá

Município: Quixadá	
Topônimo	Juatama
Acidente geográfico	AH
Etimologia	Tibiriçá (1985), afirma que <i>Juá</i> refere-se ao fruto amarelo do juazeiro. Navarro (2013, p. 565), por sua vez afirma que <i>ama (t)</i> , é corruptela de <i>etama</i> .
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Fitotopônimo

Fonte: autoria própria

Quadro 17 - microtopônimo (distrito) do município de Quixadá

(Continua)

Município: Quixadá	
Topônimo	Tapuiará
Acidente geográfico	AH

Etimologia	De acordo com Tibiriçá (1985, p. 109) trata-se de um vocábulo ligado à <i>tapuia</i> : selvagem; e <i>araá</i> : agitado. Ou seja, selvagem agitado.
Natureza	NA
Classificação Taxionômica	Animotopônimo

Fonte: autoria própria

5.1.5 Município: Quixeramobim

Quadro 18 - microtopônimo (município) do município de Quixeramobim.

Município: Quixeramobim	
Topônimo	Quixeramobim
Acidente geográfico	AH
Etimologia	De acordo com Pompeu Sobrinho (1919, p. 225), “a antiga grafia do vocábulo era <i>Kieramobim</i> . <i>Kierá</i> é corruptella de <i>Quirá</i> ou <i>Kirá</i> : pássaro + <i>obim</i> : verde. Brígido (1902, p. 124) afirma que se trata de uma corruptela e que a palavra foi grafada nos documentos sem o devido cuidado. O vocábulo, que para o autor devia ter sido escrita <i>rin-meré</i> , pode ser interpretada da seguinte maneira: <i>rin</i> : rio, no Guarany (motoya); <i>meré</i> , no tupi: pardacento. Ou seja: rio pardacento.
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Zootopônimo

Fonte: autoria própria

Quadro 19 - microtopônimo (distrito) do município de Quixeramobim.

Município: Quixeramobim	
Topônimo	Manituba
Acidente geográfico	AH
Etimologia	Conforme Navarro (2013, p. 585), a palavra vem de <i>mani'yba</i> + <i>tyba</i> : ajuntamento de manivas. Maniva é uma variação de mandioca, segundo referido autor.
Natureza	NF
Classificação Taxionômica	Fitotopônimo

Fonte: autoria própria

Quadro 20 - microtopônimo (distrito) do município de Quixeramobim.

Município: Quixeramobim	
Topônimo	Uruquê
Acidente geográfico	AH
Etimologia	<p>Pompeu Sobrinho (1919, p. 227) afirma algumas procedências etimológicas para o vocábulo, baseado em análise da língua tupi. Para o autor, pode referir-se a <i>Urú-quié</i>: cesto ou gallinaceo em pé; ou ainda <i>uru-cué</i>: o que foi cesto, o cesto velho.</p> <p>As possibilidades colocadas em questão advêm do fato de que o termo <i>Urú</i>, em tupi, foi empregado em diversos sentidos: nome comum a algumas aves, envoltório, embarcação e cesto, como exemplifica Navarro (2013, p. 501)</p>
Natureza	NA
Classificação Taxionômica	Ergotopônimo

Fonte: autoria própria

5.2 ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS INDÍGENAS DO SERTÃO DE QUIXERAMOBIM

Nesta subseção, apresentamos as análises feitas a partir dos dados coletados e expostos na subseção anterior. Para tanto, utilizamos as bases teóricas consolidadas nas pesquisas de Dick (1980,1990, 1992, 1996).

Ao pesquisarmos sobre os topônimos, matéria que se insere no âmbito de estudos do léxico, temos que é um estudo centrado na “aplicação e no uso que se faz desse signo da língua” (DICK, 1990, P. 95), tendo em vista que por meio dessa sua especificidade semântica é que torna-se possível a estruturação de um método de trabalho, qual seja, a classificação taxionômica desses topônimos que, por sua vez, diz respeito à organização dos “principais campos semânticos empregados na nomenclatura” (DICK, 1996, p. 5), organizados pela supracitada autora. Tais campos semânticos foram ampliados por outros pesquisadores com vistas à classificação taxionômica de acordo com sua motivação. Dessa forma, como exposto na seção de metodologia desta pesquisa, utilizamos a classificação taxionômica proposta por Dick (1992) para subsidiar nossas análises.

Ao todo, a autora elenca 27 taxes, dividindo os topônimos em duas categorias: os que têm suas motivações oriundas de aspectos físicos (ligados à formação da natureza), composta por 11 taxes (morfotopônimos, zootopônimos, entre outros); e os que têm suas motivações ligadas a fatores histórico-culturais, denominada pela autora de antropocultural, composta por 16 taxes (antrotopônimos, histotiotopônimos, etc.).

Neste sentido, ao lidarmos com uma pesquisa que está centrada no trabalho com nomes indígenas, precisamos nos subsidiar na etimologia dessas palavras, pois é com o auxílio desse campo do saber que poderemos analisar as motivações semânticas para os topônimos.

A esse respeito, acrescentamos, ainda, que nossos procedimentos analíticos estão baseados nas hipóteses que elencamos na seção metodológica deste trabalho, hipóteses que embasaram toda a discussão desta seção.

Curioso fato que dos 7 (sete) municípios que compõem a microrregião cearense 19 – Sertão de Quixeramobim 5 (cinco) são denominados com nomes indígenas, forma de nomeação que também se configura como uma

autêntica forma de nomear, das melhores que se possa conceber, porque oriunda do nativo da região. Não lhes foi imposta nem visa homenagens a terceiros estranhos ao meio; assim sendo, não correm o risco da impessoalidade ou da artificialidade. Será por certo duradoura porque reflete o momento criador do homem afeito ao ambiente em que o acidente está inserido (DICK, 1990, p. 98).

Ao longo das análises percebemos as motivações linguísticas, históricas, culturais e geográficas para a permanência de tais topônimos no vocabulário utilizado nesta região. Mergulhar nesses fatores é, como afirma Dick (1990, p. 96) um “verdadeiro procedimento diacrônico de penetração no âmago de sua substância, portanto.”

Seguiremos o mesmo modelo proposta na seção anterior: análise por município, seguida de seus respectivos distritos.

5.2.1 Análise das toponímias indígenas do município de Banabuiú

O topônimo Banabuiú, termo linguístico que nomeia o pequeno município do Ceará, emancipado em 1988, é uma referência ao nome do rio homônimo que corta toda a região do Sertão Central cearense é um dos afluentes mais importante do Rio Jaguaribe. Ao rememorarmos o período colonial e a chegada do homem branco ao sertão para povoá-lo e tomar posse das terras antes habitadas pelos indígenas cearenses, logo nos deparamos com o

fato de que a ocupação, por meio da concessão de sesmarias, seguiu o caminho dos rios, como pontos estratégicos para estância (JUCÁ NETO, 2012, p. 234).

A pecuária, como atividade economicamente subsidiária da produção açucareira, só seria possível nas condições da caatinga com a presença dos grandes rios cearenses, não à toa, quando nos deparamos com os documentos de concessões de terras, os rios e riachos são sempre utilizados como pontos de referência no cabeçalho do documento, quase como que por uma característica do próprio gênero textual, tamanha recorrência, como podemos ver na sesmaria de nº 40, que diz:

Registro da data de sesmaria do capitão Gonçalo da Costa Medeiros em um rio que tem povoado na ribeira de Banabuiú e barra do Sitiá onde entrou por devoluto e desaproveitado e porque quer perpetuar-se nelle sem contradição de pessoa alguma (SESMARIAS, 1920 p. 98, volume I).

Pela ocorrência supracitada e por outros mais exemplos que poderíamos elencar dos mesmos documentos de concessão, percebemos que as primeiras terras eram quase sempre concedidas às margens dos rios.

O rio já denominado pelo vocábulo *Banabuiú*, provavelmente pelos indígenas que habitavam essas terras e usufruíam das inúmeras formas de vidas férteis próximas à água, traz em sua etimologia também este sentido, tendo em vista que, como exposto na apresentação dos dados, no quadro 6, é composto por morfemas muito utilizados nas línguas indígenas para designar água, ou rio, como por exemplo *Y* e *hú*.

Neste sentido é que percebemos a relação estabelecida entre a vivência do índio e a terra, os aspectos físicos do lugar e os símbolos que vão se formando em torno dessas formas designativas. No caso do vocábulo *Banabuiú*, a referência também aos animais, como no significado que nos remete a “rio de mariposas.”

Tão grande a forma do rio representava para os indígenas quanto para os habitantes desta região, desde as primeiras fazendas de gado até os dias atuais, levamos em consideração que, tendo sido o rio *Banabuiú* barrado nesta região que hoje se situa a cidade de nome homônimo, o que houve foi a transferência do nome do rio (acidente físicos) para a cidade, tendo em vista que o reservatório Arrojado Lisboa, construído em 1966, um dos maiores do Estado do Ceará, é um dos sustentáculos para a existência do próprio município, considerando-se que este começou a se desenvolver a partir da construção do açude, tendo em vista que as grandes obras hídricas do Ceará atraíram grande número de pessoas em busca de trabalho, assim

foi também como a construção do Arrojado Lisboa, mesmo que este trabalho fosse ofertado em condições sub-humanas (FREITAS, 2000).

Da forma ocorre com o topônimo *Sitiá*, lexia utilizada para denominar primeiramente o rio (acidente físico) e que se tornou nome do distrito (acidente humano). O rio *Sitiá* também tem muita importância histórica, com nascente na serra do Estevão, passa pela cidade de Quixadá e abastece o Açude Cedro. *Sitiá*, como foi mostrado acima, significa “rio que amarra” (POMPEU SOBRINHO, 1919, p. 226). O rio *Sitiá* foi citado como ponto de referência em muitos documentos de concessões de terra, como podemos ver na sesmaria de nº 41:

Data de sesmaria do Capitão Manuel Gomes de Oliveira do capitão Agostinho Moreira Barros, que não podendo ser povoada por causa do Gêntio, lhes é concedida novamente no mesmo rio Quireo, hoje Sitiá, que desagna no Banahuiú, concedida pelo capitão-mor João da Mota, em 22 de Setembro de 1705, constante das folhas 71 a 71v., como do livro 1.º das sesmarias 3.º da collecção (SESMARIAS, p. 120).

O leito do rio *Sitiá*, tão referenciado nesses documentos aponta para o fato de que foi uma região muito habitada tanto pelos colonos quanto pelos indígenas, tendo em vista que há registro de aldeamento de grupos indígenas na região onde hoje se situa o distrito de importância histórica, porém somente depois da existência, há 20 anos, de uma povoação e de uma capela (SOUSA, 1960). A igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1719, completa seus 300 anos em 2019 e representa um forte monumento da chegada dos colonos nessa região.

Nos topônimos *Banabuiú* e *Sitiá* percebemos, além da referência ao rio, a caracterização destes por meio de lexias em línguas indígenas que os especifique, um aspecto que torne ímpar aquele rio, seja pela existência abundante de um certo tipo de animal, como em *panamby*, para *Banabuiú*; seja pela metáfora da força de suas águas, como em “*tiá*: o que amarra, cerca + y” (POMPEU SOBRINHO, 1919, p. 226), para *Sitiá*.

No caso do topônimo *Rinaré*, também de procedência indígena, Pompeu Sobrinho (1919, p. 225), afirma que sua grafia também foi encontrada na forma *Kinaré*. Para o mesmo autor, significa “molhado fora de tempo”, fato que também nos remete a água, porém não mais em forma de acidente hidrográfico. Quando pensamos em “molhado fora do tempo”, há um cultural e físico imbuído nessa questão: a de que há um tempo certo (ou recorrente) para estar molhado. Pela construção dessa etimologia, nos remete muito mais à questão climática da

precipitação chuvosa que aos acidentes hídricos, por isso a classificação desse topônimo como **meteorotopônimo**.

Temos, dessa forma, a ocorrência de 03 (três) vocábulos indígenas que nomeiam o município e distritos da região relacionado à água, seja em forma de acidentes hídricos, sejam em forma de precipitação, como a chuva.

Neste sentido, é necessário pensarmos as questões climáticas da região. O Ceará é caracterizado como sendo de clima “tropical Quente Semiárido [...] apresenta características como escassez e irregularidade pluviométrica associada às altas taxas de evapotranspiração. Essas condições tornam o Estado susceptível ao fenômeno das secas.” (IPECE, 2016). Obviamente não queremos comparar as condições climáticas atuais com as de um período já um tanto remoto, tendo em vista, principalmente que, antes do povoamento desses espaços por parte do homem branco, antes da exploração massificada da vegetação, havia no Ceará grande concentração da mata atlântica, um porte arbóreo que, em sua aglomeração, influía na condição climática do ambiente.

Todo o processo de desmatamento (para abrir espaços para a criação de gado, sobretudo), da agricultura, do pastoreio destruiu a floresta que é um grande condicionante para o clima e para da região. Apesar disso, não podemos esquecer a posição geográfica do Ceará com relação à linha equatorial, que demarca altas temperaturas. Neste sentido, as precipitações chuvosas são reduzidas e duram em torno de 3 a 4 meses. A predominância é do bioma caatinga, marcado por uma vegetação resistente a longos períodos de seca.

Todas essas questões nos fazem pensar nas relações dos humanos com a natureza, sobretudo quando por meio das formas de nomeação vamos compreendendo melhor como esses dados sensoriais são ordenados e tratados (BIDERMAN, 1998) no processo cognitivo de nomeação dos lugares.

Dessa forma, todas essas questões dos aspectos físicos e naturais do ambiente nos fazem pensar no predomínio das motivações de natureza física na toponímia indígena da região de Banabuiú, ou seja, de fatores que estão diretamente relacionados à natureza, ao espaço, pode ser melhor visualizado por meio dos gráficos abaixo:

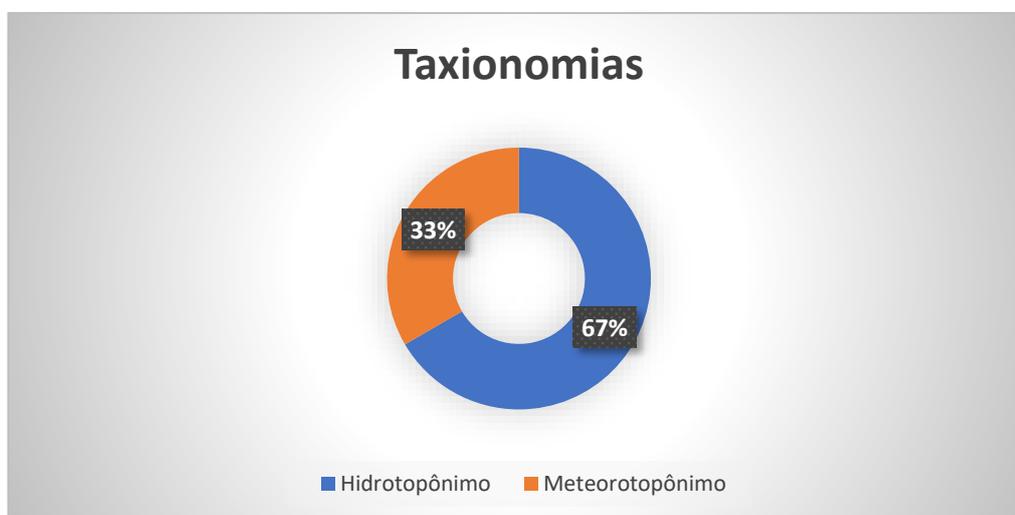
Gráfico 1 - percentual da natureza toponímica presente no município de Banabuiú.



Fonte: autoria própria

Em seguida, visualizaremos o percentual das taxionomias mais frequentes na do município de Banabuiú e seus distritos em análise.

Gráfico 2 - percentual taxionômico dos topônimos indígenas do município de Banabuiú



Fonte: autoria própria

Como exposto nos gráficos acima, há a predominância de motivações referentes aos fenômenos hidrográficos, uma vez que, como aponta no gráfico o percentual de **hidrotopônimos** é de 67%. Mais especificamente, a forma de nomeação desse município aponta sempre para um elemento natural essencial à subsistência: a água. Principalmente se observarmos que o percentual de 33% referente ao **meteorotopônimo** também está, de acordo com a etimologia do vocábulo *Rinaré* também aponta para esse recurso natural.

A essas relações entre cultura, que representa maneiras de ver o mundo, não consideramos que as palavras cumpram função de rotular o mundo, mas se configuram como conjunto de representações (BIDERMAN, 1998) que partem sempre de conceitualizações cognitivas elaboradas a partir da experiência humana. Neste sentido é que toda uma questão cultural, histórica e geográfica, que formam esse universo conceitual emergem nas formas de nomeação, como é o caso da motivação e dos sentidos predominantes nas nomeações indígenas do município de Banabuiú que remetem a um elemento da natureza de grande importância para a sobrevivência humana.

5.2.2 Análise das toponímias indígenas do município de Choró

No município de Choró, encontramos um total de 2 (dois) topônimos indígenas de acidentes humanos dentro das categorias município e distritos. Ao contrário do que pudemos observar nas análises anteriores, nessa região a toponímia indígena não tem sua taxionomia somente relacionada à elementos físicos, como podemos observar no gráfico de percentual abaixo:

Gráfico 3 - percentual da natureza toponímica presente no município de Choró.



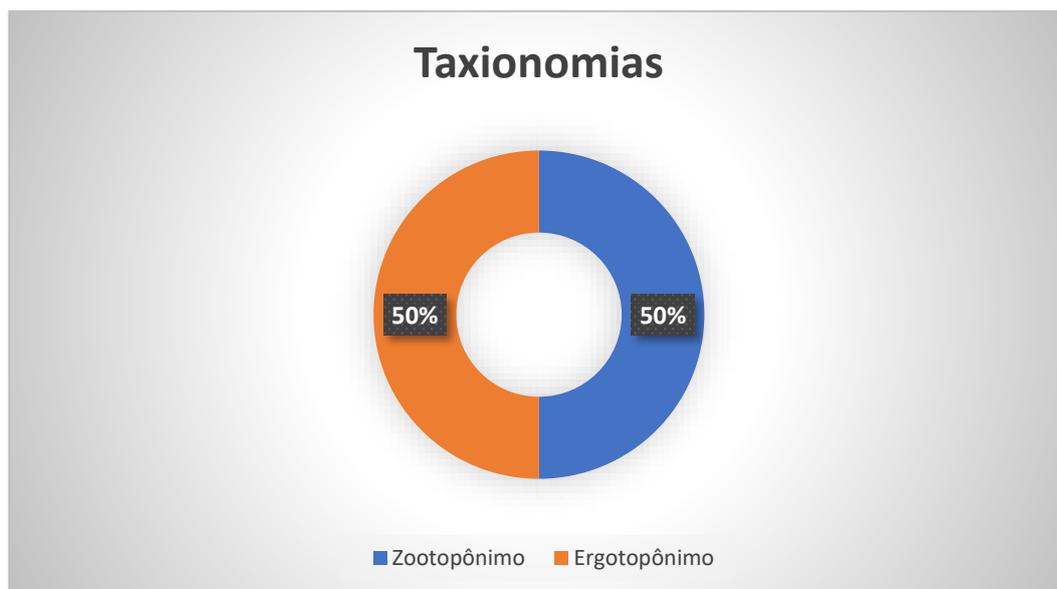
Fonte: autoria própria

Temos, então, um topônimo de **natureza física** (50%), que é o vocábulo *Choró*, topônimo que denomina primeiramente o rio que é barrado no município, com barragem que leva o nome do engenheiro Pompeu Sobrinho, e que é também o nome do município. É um topônimo de acidente geográfico físico que passou a denominar um acidente geográfico

humano (município); por outro lado, há a ocorrência de um topônimo (50%) de natureza **antropocultural**, ou seja, cujas motivações são de natureza históricas, culturais e sociais.

No gráfico abaixo, poderemos observar a classificação taxionômica quanto à motivação desses topônimos:

Gráfico 4 - percentual taxionômico dos topônimos indígenas do município de Choró



Fonte: autoria própria

O topônimo de natureza física *Choró*, foi classificado como **zootopônimo**, pois trata-se um vocábulo que, em sua significação faz referência a um animal. A ave da família dos *Thamnophilidae*, denominada Choró-boi, é preta na parte superior e branca na parte inferior (macho) e tem os olhos avermelhados. Seu habitat é a “caatinga aberta arbutiva e arbórea densa” (PICHORIM; DAMASCENO; TOLEDO-LIMA; ARAÚJO; FERREIRA, 2016, p.43), portanto, é uma ave comum no habitat do nordeste brasileiro. O canto alto e agudo é uma de suas características peculiares, além dos olhos avermelhados.

Não é possível afirmar se às margens do rio havia predominância desse tipo específico de aves, entretanto, se o rio leva o nome dessa ave, é possível que a espécie tenha sido fecunda ao longo do curso do rio. Por esse motivo é que classificamos como **zootopônimo** o vocábulo que nomeia o município, pois há relações entre essa espécie animal e o nome da cidade. Apesar de que a cidade tenha sido nomeada assim por influência do rio, que também teve enorme influência no desenvolvimento e emancipação do município, que começou a desenvolver-se graças à construção da barragem Pompeu Sobrinho.

A influência das línguas indígenas no Brasil é vista sobretudo em alguns vocábulos em uso ainda hoje no país. Sobre as muitas línguas faladas em terras brasileiras, tudo que se tem é apenas o registro de palavras avulsas, porém, muito do vocabulário indígena ficou impresso, sobretudo na fauna brasileira, como exemplifica Rodrigues (1994), ou falar das palavras da língua Tupinambá que denominam aves do Brasil.

Conforme apresentado na coleta de dados, o topônimo “Caiçarina” foi classificado como sendo de natureza antropocultural, mais especificamente, no que diz respeito à sua taxionomia, como **ergonotopônimos** (50%), tendo em vista que, por meio de sua etimologia, refere-se a elementos da cultura, qual seja: cerca de ramos (Tibiriçá, 1985), trata-se de “um producto da indústria rudimentar” desses povos (Sampaio, 1901 p. 65).

Os elementos referentes à cultura são construções humanas em que o homem exerce uma atividade, ou cria determinado objeto com um fim específico, neste caso a utilização de elementos da natureza, como mato, ou madeiras, geralmente nas línguas de tronco tupi, demarcados pelo morfema caá: mato (DICK, 1990, p. 100-101), com o objetivo de proteção ou delimitação de espaços, a construção de cercas ou para impedir a entrada de invasores, ou para demarcar seus espaços. Por isso a classificação como elemento da cultura, pois é uma construção humana que visa modos de proteção ou de delimitação de espaço, modos de organização humana. A esse respeito, observamos que essa forma de organização do espaço não é própria da sociedade “civilizada”, ou fruto de um aprendizado do “cultivo” da natureza selvagem à evolução. A noção de organização e maneiras de proteção nasce da necessidade de construção de meios de sobrevivência já experienciado pelos nativos, tanto que há um vocábulo para definir, para nomear os conceitos formulados sobre o que seria uma cerca com fins pré-definidos.

De acordo com Ferreira Neto (2003), os índios geralmente não edificavam suas moradias de frente para o mar, o que o autor aponta como um mecanismo de defesa. O referido autor ainda afirma que não há registros de que, especificamente, os índios do território que hoje se denomina Ceará, tenham construído habitações à beira do mar. Ainda para o autor, as aldeias tinham uma espécie de praça que “era cercada por estacas (na língua tupi, caiçara)” (FERREIRA NETO, 2003, p. 107). A partir disso, vemos que é claramente um objeto da cultura indígena de organização e proteção dos seus espaços.

É necessário observarmos, ainda acerca deste topônimo, que nossa análise se baseou no termo “Caiçara”. Entretanto cabe salientar que o topônimo do distrito é “Caiçarina”,

ou seja, houve neste vocábulo o processo de sufixação, pois o topônimo recebeu o sufixo diminutivo na língua portuguesa “inha”, fenômeno que faz desse topônimo de natureza híbrida (SERAINÉ, 1947) composto por elementos de duas línguas.

Diante dos resultados expostos nos gráficos em relação aos topônimos indígenas do município de Choró, podemos concluir que tanto elementos de natureza física, quanto antropocultural foram motivadores de nomeação, uma vez que um designativo (Choró) se relacionam a fatores físicos, a saber, aos animais, sendo sua classificação **zootopônimo**; e o outro (Caiçarinha) a questões relacionadas à formação social dos povos indígenas, classificado, portanto, como **ergonotopônimo**.

5.2.3 Análise das toponímias indígenas do município de Ibareta

Na região do município de Ibareta, temos a ocorrência de 03 (três) topônimos indígenas, são eles: *Ibareta* (município), *Oiticica* e *Pirangi* (ambos distritos). Conforme a apresentação dos dados, todos os designativos indígenas do município têm sua motivação relacionada a fatores físicos, totalizando 100% das ocorrências na região, como podemos visualizar melhor no gráfico abaixo:

Gráfico 5 - percentual da natureza toponímica presente no município de Ibareta



Fonte: autoria própria

No que diz respeito à sua classificação taxionômica, de acordo com os dados apresentados na coleta, 66,6% são **fitotopônimos**, ou seja, designativos que remetem a nomes de vegetais. No caso dos dois topônimos classificados dessa forma 1 (um) designativo, o nome

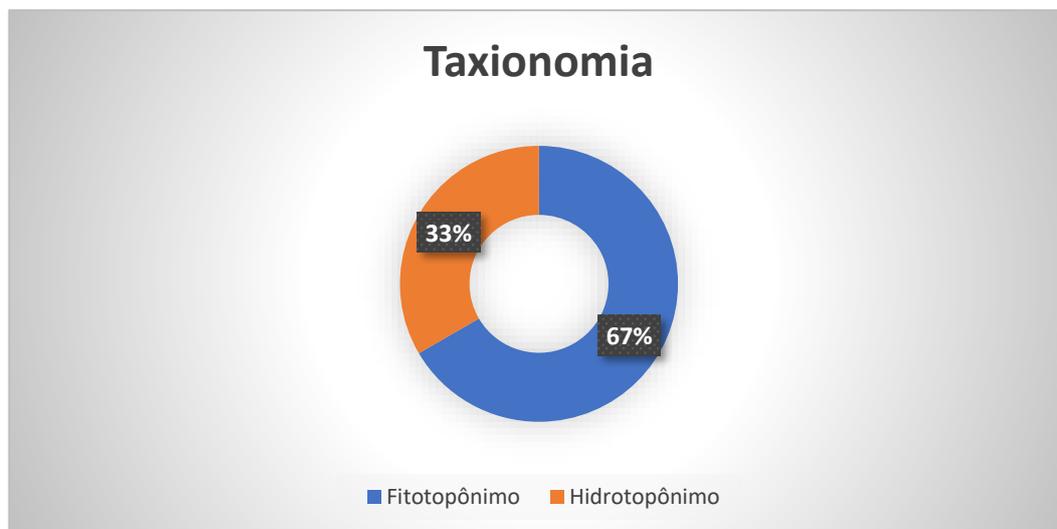
do próprio município, Ibaretama, em sua formação morfológica, significa “região de árvores.” (NAVARRO, 2013, p. 565), menção não apenas a uma espécie de vegetal em si, mas a um conjunto delas, como uma região abundante em vegetação arbórea. Neste sentido, percebemos no nome próprio do lugar uma caracterização do ambiente, em que, traduz “a feição local do ponto de vista de sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características” (SAMPAIO, 1987, p. 144, *apud* MELO, 2007, p. 102).

O segundo topônimo classificado como **fitotopônimo** é nome de uma árvore propriamente dita, a oiticica, árvore frondosa e típica da região da caatinga, que, conforme Nogueira (1887, p. 358-359), o vocábulo se refere a uma “árvore gigantesca própria das margens dos rios e dos terrenos aluviâes”. Temos a ocorrência da transferência do nome de uma árvore à denominação de um distrito.

O topônimo *Pirangi* (denominativo do distrito), por sua vez, de acordo com sua etimologia quer dizer rio vermelho (NOGUEIRA, 1987) ou rio de piranhas (navarro, 2013). Em qualquer uma das posições etimológicas temos a ocorrência da motivação do rio, demarcada pelo morfema *y*, acompanhada por termos que os caracterizam, tendo em vista seja a coloração das águas, seja a abundância de um certo tipo de peixe. Também é um caso em que o nome do acidente geográfico físico (o rio piranji) passa a denominar o distrito, tendo em vista que o rio, que tem sua nascente no distrito de Daniel de Queiroz, de Quixadá, passa pelo município de Ibaretama, a qual o topônimo é registrado em um de seus distritos. Por esse motivo, o topônimo *Piranji* foi classificado como sendo um **hidrotopônimo**, totalizando 33,4% dos topônimos na região de Ibaretama.

A seguir, podemos visualizar o percentual de cada taxionomia da região de Ibaretama:

Gráfico 6 - percentual taxionômico dos topônimos indígenas do município de Ibaretama



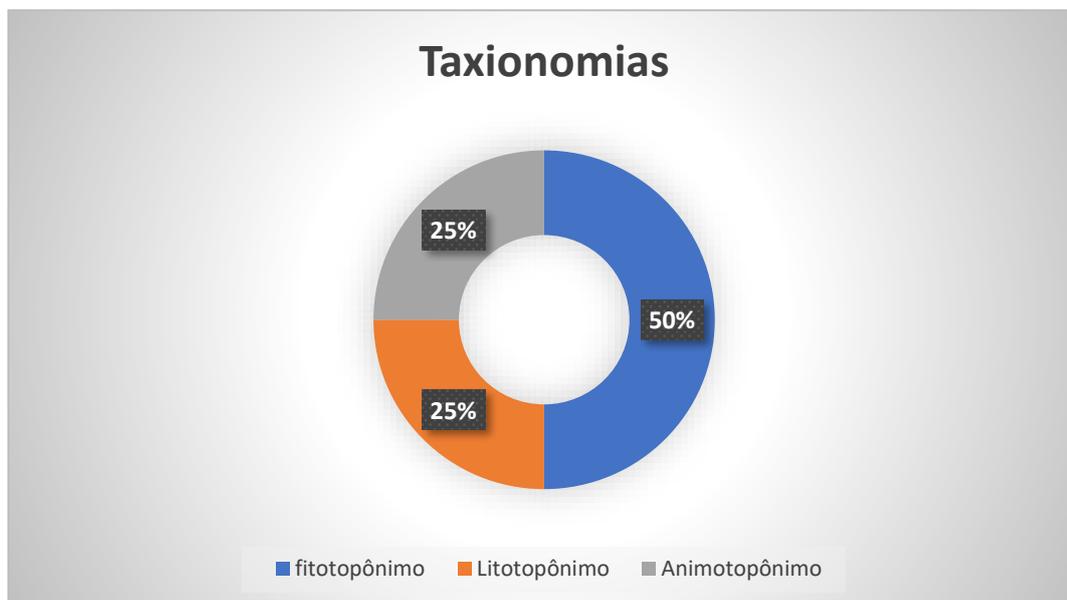
Fonte: autoria própria

Como podemos concluir, no município pesquisado há a predominância dos **fitotopônimos**, apontando para a forte presença das árvores nas escolhas denominativas para a região.

5.2.4 Análise das toponímias indígenas do município de Quixadá

No município de Quixadá, coletamos o maior número de toponímias indígenas na microrregião do Sertão de Quixeramobim. Quixadá é também um dos municípios mais antigos da região pesquisada. Coletamos 4 (quatro) topônimos indígenas, incluindo o nome do município e os distritos. Ao fazermos o percentual da natureza desses topônimos, chegamos à conclusão de que, destes, 75% destes são de natureza física, a saber: Quixadá, Juá e Juatama; 25% são de natureza antropocultural, a saber: *Tapuiará*, como poderemos ver no gráfico que se segue:

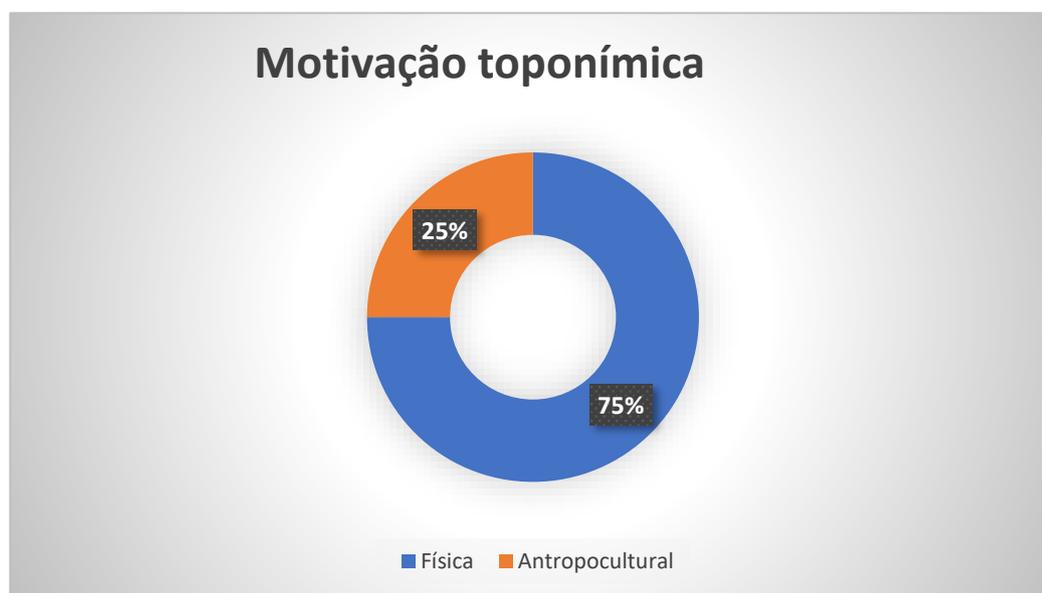
Gráfico 7 - percentual da natureza toponímica presente no município de Quixadá



Fonte: autoria própria

No que diz respeito à taxionomia desses topônimos, podemos observar melhor essa divisão no gráfico abaixo:

Gráfico 8 - percentual taxionômico dos topônimos indígenas do município de Quixadá



Fonte: autoria própria

Consonante ao que pudemos visualizar, 25% da toponímia indígena da região é denominada com topônimo que tem sua uma motivação relacionada aos minerais, ou seja, fazem referência a algum tipo de mineral, sendo, portanto, classificada como **litotopônimo**. É o caso do vocábulo *Quixadá*, que denomina o município. Conforme Pompeu Sobrinho (1919,

p 224) o vocábulo significa “pedra que corta, ou pedra cortada”. A etimologia foi considerada para as análises desta pesquisa considerando os casos de corruptela e tendo em vista que Sampaio (1901, p. 148), classifica a palavra *Quixaba* como sendo “o que corta, golpêa.”

Neste sentido, cabe ressaltar aqui aspectos físicos que compõem um cenário *sui generis* da região de Quixadá: os monólitos que contornam o município. Quando nos reportamos aos monólitos como um aspecto físico atípico, nos referimos ao fato de que na região do Sertão Central, somente em Quixadá encontramos formações rochosas tão colossais e exuberantes. Fisionomia que confere à cidade um grande potencial turístico atualmente.

Ainda de acordo com o gráfico, 50% das toponímias indígenas da região de Quixadá são **fitotopônimos**, ou seja, conforme Dick (1992) são os topônimos que tem sua motivação relacionada aos vegetais. No caso dos topônimos *Juá* e *Juatama*, que fazem referência a uma árvore.

O termo específico *Juá* significa, conforme Nogueira (1887, p.329) fruto espinhoso e amarelo. O juazeiro, árvore que dá o fruto Juá, é típica da vegetação nordestina, sendo uma “espécie de maior ocorrências nas caatingas, no sertão e no agreste.” (EMBRAPA, 2009, p. 3). Temos mais uma ocorrência de termo que remete à caracterização do espaço físico.

No caso do topônimo *Juatama*, termo derivado do topônimo anterior, conclusão que chegamos tomando como base o que diz Nogueira (1987) e Tibiriça (1985), *Juá* refere-se ao fruto amarelo do juazeiro; e conforme Navarro (2013, p. 565) *ama* (*t*), corruptela de *etama*, concluímos pela junção dos morfemas que seja “região dos juás”. Tais topônimos destacam aspectos característicos da vegetação local, a caatinga, demarcando, os aspectos físicos da região.

O único topônimo de natureza antropocultural é um distrito do município de Quixadá, denominado *Tapuiará*, que de acordo com a etimologia significa “selvagem agitado” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 109). Este topônimo, por sua vez, representa os 25% do vocábulo classificado como **animotopônimo** da região pesquisada, ou seja, diz respeito às formulações psíquicas humanas. Neste caso, o topônimo é assim classificado porque o sintagma “tapuia”, algumas vezes já referido neste trabalho, denominava de forma genérica os povos indígenas que geralmente habitavam os sertões, que não pertenciam aos grupos da nação tupis e que tinham a “língua travada”, expressão utilizada para demarcar que esses índios falavam línguas que não eram as do tronco tupis, geralmente utilizadas pelos bandeirantes para a comunicação e entrada em terras novas. E era também uma nomeação usada para se referir a esses povos como sendo os indígenas mais selvagens, em uma caracterização depreciativa dos mesmos. Os

tapuias, em geral, foram esses povos que mais lutaram e fizeram frente de resistência diante da colonização dos sertões cearenses.

Como apontado na seção histórica desta dissertação, a região do Sertão Central foi habitada por esses índios denominado *tapuias*, que fizeram frente de resistência diante da invasão de terras por parte dos colonizadores. Como também foi dito anteriormente, a língua, considerada “travada” desses povos, o caracterizavam como índios “menos evoluídos”, tendo em vista que havia também, como pudemos ver, um modelo de índio mais civilizado que outros, como foi manifesto por José Cordeiro (*apud* SIMÃO, 1996, p.30): tapuia “significa até mesmo inimigo. Depois o colonizador empregou o termo para se referir a gente inferior, espécie de bárbaro americano. De qualquer modo, Tapuya é uma denominação política, em certo sentido entendido como resistência.”

Ainda pensando nos sentido diversos que a palavra pode ter sido utilizada, não podemos deixar de citar que os aspectos físicos dos *tapuias* foi motivo de elogio por parte dos colonos, como afirma Ferreira Neto (2003), em que era exaltado a força física desses índios e sua imunidade, pois eram resistentes às doenças.

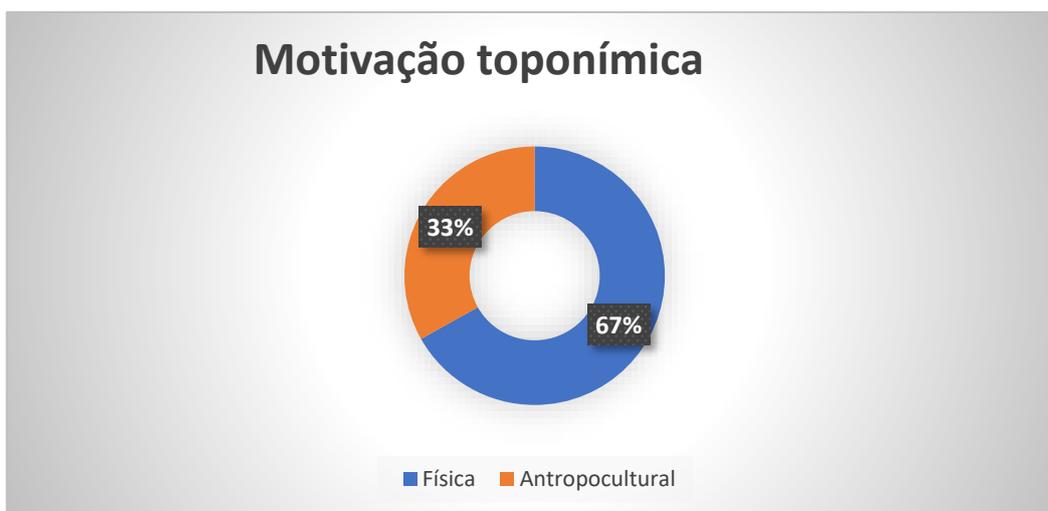
Do remanescente linguístico desses povos, restaram alguns vestígios nos nomes dos acidentes físicos, como rios, serras, e em nomes de acidentes humanos também, como povoados, distritos, apesar de encontrarem-se já muito corrompidos. Mesmo tendo os *tapuias* vivido efetivamente, o vocabulário tupi adentrou os sertões e também imprimiu sua força por meio de formas designativas em regiões, nos maiores rios que desaguam no mar (SAMPAIO, 1901), em serras e etc. Assim também como denominou o próprio índio dos sertões, os caracterizando como selvagens.

No que concerne à classificação que fizemos desse topônimo, levando em consideração seus usos significativos possíveis, consideramos de grande importância trazeremos à esta análise as contribuições de Isquerdo (1996 *apud* Melo 2007), à classificação taxionômica de Dick no que diz respeito aos **animotopônimos**. A autora sugere que a referida taxa seja desmembrada em suas subdivisões, que seriam os **animotopônimos eufóricos**, que se refere aos topônimos cuja motivação apresentam bons sentimentos, nas palavras da própria autora “sensação agradável, expectativa otimista, boa disposição de ânimo.” (ISQUERDO, 1996, p.118 *apud* Sousa, 2007); e os **animotopônimos disfóricos**, quando apresentar sentimentos negativos e desagradáveis. Pensando na classificação de Isquerdo, seria possível classificar o topônimo *Tapuiará* como um **animotopônimo disfórico**, pois além de o termo “selvagem” já ser de cunho pejorativo, acrescenta-se a essa caracterização o adjetivo “agitado”, que transmite uma imagem negativa, desagradável desses povos indígenas.

5.2.5 Análise das toponímias indígenas do município de Quixeramobim

No município de Quixeramobim, o mais antigo do Sertão Central, temos a ocorrência, entre o nome do município e de seus distritos, de 03 (três) topônimos indígenas. Desses topônimos, 02 (dois) são de natureza física, representando 67%:

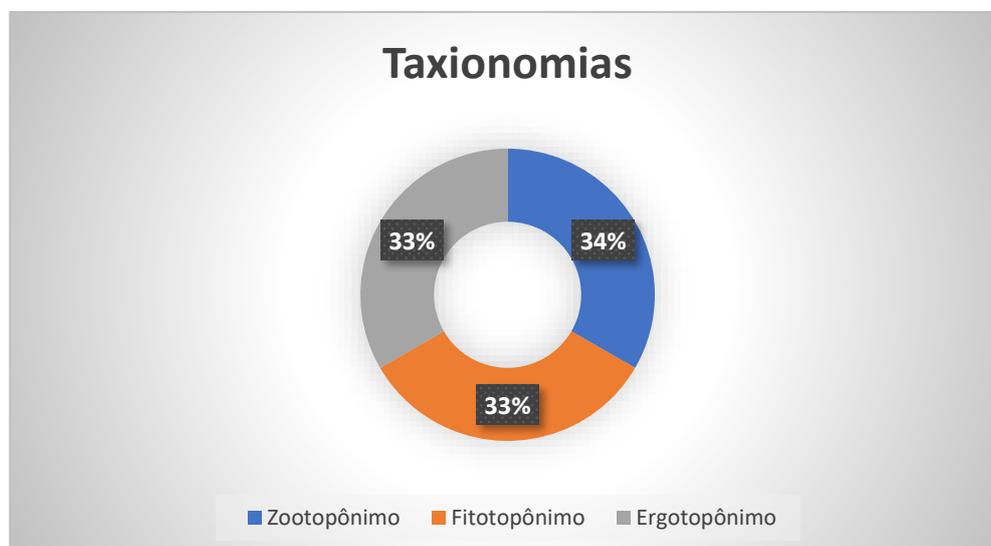
Gráfico 9 - percentual da natureza toponímica presente no município de Quixeramobim



Fonte: autoria própria

Quanto à classificação taxionômica, no gráfico abaixo visualizaremos melhor o percentual dos topônimos com relação à sua classificação:

Gráfico 10 - percentual taxionômico dos topônimos indígenas do município de Quixeramobim



Fonte: autoria própria

O topônimo Quixeramobim, classificado como **zootopônimo**, pois de acordo com sua etimologia apresentada por Pompeu Sobrinho (1919) significa pássaro verde, portanto tem motivação referente aos animais, especificamente, uma ave.

O topônimo, por ser considerado uma corruptela apontada por alguns pesquisadores como já muito corrompida e considerada por Sampaio Filho (2003) como sendo de origem *tapuia*, sendo de difícil interpretação, muitos estudiosos explicitaram suas compreensões acerca do mesmo, fato que levou, inclusive, João Brígido (1902) a refutar uma dessas interpretações como se fosse uma questão quase lógica, como podemos ver:

Não se sabe porque combinações houve quem chegasse á estranha decifração da palavra Quixeramobim em Vacca-gorda. Nem magra, nem gorda conhecião, os índios que frequentavão a região. A vacca lhes foi desconhecida até muito depois da descoberta (BRÍGIDO, 1902, p. 124).

Consideramos para a classificação desse vocábulo, a etimologia apontada por Pompeu Sobrinho, pois como o próprio autor ressaltou, o topônimo não denominava inicialmente o rio, pois este era chamado pelos nativos de *Ybú*. O topônimo denominava um outro acidente geográfico físico, que era um serrote próximo à região onde se situa o município. E foi em torno desse serrote que o então município começou a se organizar como povoamento, como afirma Simão (1996, p. 33-34): “Assim estava iniciando o povoamento propriamente dito, no sopé da Serrota Quixeramobim, que forma o boqueirão por onde passa o Rio Ibu dos indígenas.”

Adiante, o topônimo *Manituba*, classificado como **fitotopônimo**, significa “ajuntamento de manivas”, ou de mandioca, considerando que *maniva* é uma variação de *mandioca*. Por ser uma denominação que se refere aos vegetais, especificamente à mandioca, foi classificado dessa forma, sendo sua natureza física.

Mais uma vez temos a ocorrência de aspectos físicos sendo ressaltados por meio dos modos designativos. Cabe lembrar, também, acerca dessas nomeações que se referem aos vegetais, a caracterização além do ambiente, também a importância de tais vegetais na alimentação do indígena, tendo em vista também que a mandioca é um dos alimentos mais referenciados quando se trata da cultura alimentícia dos povos indígenas.

O topônimo Uruquê, que denomina um distrito do município de Quixeramobim, de acordo com a sua classificação taxionômica poderia ser tanto **ergotopônimo**, quanto **zootopônimo**. Isso porque o morfema *Uru* no tupi antigo, é utilizado com, pelo menos, 5 sentidos distintos, segundo Navarro (2013, p. 501), são eles: “envoltório”; “certas aves galiformes”; “embarcação (enquanto algo que contém coisas e pessoas)”; “cesto com tampa feito

de folhas de palmeiras ou pequenos juncos); “cesto fechado feito de varas ;ou tábuas com grades”;

Consideramos a classificação do topônimo como sendo **ergotopônimo**, pois dos 5 sentidos apresentados, a maioria deles converge para a ideia geral de objeto que serve para guardar, envolver algo. Para Nogueira (1887, p. 428), também em seu vocabulário da língua indígena do Ceará, o morfema *urú* significa

cesto tecido da palma da carnaúba, com bandoleira da mesma palma, para trazel-o a tiracolo, como os soldados as patronas, onde guarda-se um indispensável (vide G. Dias, Dic). – Ety: -- de *Urú*, o que contém, ou traz, continente, cesto, caixa. B. Caetano. Vocab., P. 209 – E também uma ave das nossas serras, cujo canto parece dizer *urú*, donde lhe veio o nome. J. Galeno, Scen. Pop., P. 273 – Em algumas províncias é conhecida pelo nome de *capoeira*.

Embora consideremos a forte relação entre o indígena e a natureza, percebemos que grande parte dos sentidos a qual o morfema *urú* é utilizado na língua indígena traz a ideia geral de um objeto que serve para depositar algo. Para além da sua relação com a natureza, os indígenas também produziam seus próprios materiais para organização dos seus espaços, para o depósito de objetos, materiais que fazem parte da organização de seu meio, que parte também de sua cultura.

No Ceará, se perpetua até os dias atuais um objeto conhecido como *uru*, que é um cesto feito de palha, mais usual para guardar peixes. Esse objeto, sem sombra de dúvidas, está atrelado à cultura indígena de alimentação, de transformação de elementos naturais em objetos para uso em seu cotidiano, etc.. Vale ressaltar que, segundo pesquisadores da cultura indígena, os índios, que não tinham animais de criação (FERREIRA NETO, 2003), tendo em vista que essa prática veio se perpetuar após a chegada dos colonos, tinham modos de vida muito ligados à lavoura e às atividades de caça e pesca, práticas que exigiam a criação de objetos materiais que subsidiassem essas práticas cotidianas, como canoas, flechas (FERREIRA NETO, 2003) e *urús*.

Para esclarecermos a motivação toponímica deste topônimo não contamos nem mesmo com a o significado do morfema *quê*, ou *kuê*, pois este não especifica ou delimita de modo que possamos afirmar categoricamente se tratar de um cesto ou de uma ave. Porém, dada a tradição arraigada na cultura artesanal cearense e também dado o uso muito mais recorrente no sentido de se tratar de um objeto utilizado para depositar outros objetos, é que o classificamos como **ergotopônimo**, representando, portanto, 33% de motivação relacionada aos objetos da cultura dos povos indígenas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa, como explicitado anteriormente, era investigar a forma de nomeação das toponímias indígenas que fazem parte da microrregião do Sertão de Quixeramobim, referentes à cinco cidades e seus distritos. Dentro desse objetivo maior de investigação, está, principalmente, a análise das motivações toponímicas que suscitaram tais escolhas designativas, bem como uma análise dos aspectos históricos, culturais e geográficos que estão imbricados nessa maneira de nomear os lugares nesta região.

Para atingirmos nosso objetivo se fez necessário pensarmos concepções de língua que pudessem nos embasar nas análises, bem como discutir conceitos de cultura e identidade que consideramos estarem relacionadas com as razões pelas quais se nomeiam determinados lugares de uma forma em detrimento de outras. Assim como catalogar os dados e analisar questões léxico-semânticas que pudessem nos esclarecer qual a natureza toponímica de cada vocábulo denominativo.

Pudemos ampliar a nossa percepção acerca da cultura e da identidade desses povos por meio da análise dos topônimos, tendo em vista que percebemos a relação dos nativos com a terra, com o meio onde viviam, haja vista que há a predominância dos topônimos de **natureza física**, uma vez que 80% das toponímias são dessa natureza, mesmo que os topônimos coletados para comporem o *corpus* deste estudo fossem acidentes geográficos humanos, ou seja, todos os topônimos nomeiam espaços construídos por força humana, podendo, então seus fundadores atribuir-lhes a nomeação que preferir no momento, de acordo com os interesses em voga.

Apesar deste ponto, a porcentagem elevada de motivações de natureza física elucida a intensa relação dos nativos com os espaços físicos, assim como a relevância que os denominativos que representam esses espaços físicos têm até os dias atuais. Neste sentido, cabe refletirmos sobre como os campos conceituais (BIDERMAN, 1998) que são conceitos formados cognitivamente acerca das coisas no mundo, que são compartilhado por meio das palavras, estão interligados com campos conceituais já formados acerca de outros elementos naturais, como a referência a animais em nomes de rios, que alarga a possibilidade referencial das palavras para outros referentes, principalmente quando pensamos serem esses conceitos compartilhados coletivamente às gerações posteriores, percebemos que há um movimento de modificação significativa e atribuição de outros sentidos.

Exemplo dessa expansão de campos conceituais são os topônimos que têm sua motivação relacionada aos rios, em que basicamente todos significam *rio* + um elemento especificador: *borboleta*, *vermelho*. Para os não falantes das línguas indígenas, *Banabuiú*, por

exemplo, é o rio, significa o rio porque foi somente dessa forma que eles conheceram esse vocábulo. Ou seja, houve uma mudança de formulação de conceitos que estão associados a essa lexia, o referente foi se modificando acompanhando os usos sociais dos vocábulos

Cabe ressaltar uma quantidade considerável de cidades que levam os nomes dos rios, em um processo de transferência do topônimo que denominava o acidente físico e que, posteriormente, passou a denominar um acidente geográfico. É importante lembrar que são cidades que se formam à margem do rio e subsistem pela existência do dele. Isto é: o rio adquiriu, para a região, a importância de subsistência, sendo um elemento indispensável para a existência daqueles municípios.

Diante disso, temos que 20% dos topônimos analisados foram classificados como **hidrotopônimo**, pois sua motivação está relacionada aos acidentes hidrográficos, a saber, os rios. Não podemos esquecer, entretanto, que nesses casos, a maioria do topônimo traz um elemento classificador, ou especificador desse rio, como por exemplo em: “rio das mariposas”; “rio que amarra”; “rio vermelho, ou rio das piranhas”. Esse fator nos remete a uma característica própria dos topônimos indígenas, que é a existência, no próprio significado de cada palavra, de um elemento mais geral e de outro mais específico que confere alguma singularidade ao elemento denominado. Mesmo que esse elemento passe a ser denominativo de um acidente humano, o morfema que geralmente significa *rio* permanece.

Ainda analisando as toponímias de natureza física, a maioria dos topônimos da região pesquisada são classificados como **fitotopônimos**, totalizando, portanto, 33,3% do corpus da pesquisa. Assim como os rios, a vegetação também adquire importância no contexto de nomeação, tendo em vista, principalmente, que em uma realidade onde a alimentação é retirada quase unicamente da terra.

Ao pensarmos os topônimos em questão, perceberemos que o fator ressaltado nos topônimos em análise é quase sempre a abundância de determinada vegetação na região, o que nos leva a compreensão de uma relação também caracterizadora daquele espaço com base no que se formulou sobre determinada vegetação e a abundância desta.

Retomando a discussão inicial sobre identidade, podemos perceber a gama de significados envoltos no processo de nomeação que nos remete à relação dos povos indígenas à terra, aos elementos principais de sua subsistência e à caracterização desses povos como aqueles que estão atentos ao seu redor e que se identificam com seu meio como um espaço caracterizador daquilo que lhes é significativo.

Os **zootopônimos** representam uma margem de 13,33% dos topônimos analisados, representados pelos topônimos *Choró* e *Quixeramobim*, que denominam municípios. São

sintagmas que nos remetem aos animais, mais precisamente às aves, alguma dela que ainda podem ser vistas pelos sertões afora.

Apenas um topônimo foi classificado como **meteorotopônimo**, o que representa uma margem de 6,6% do *corpus* pesquisado. No topônimo *Rinaré*, temos apresentado não somente uma questão física de tempo ou de precipitação chuvosa, mas noções de estação do ano que, além de ser uma questão de natureza, é também uma referência cultural de tempo para isto ou aquilo.

A pesquisa apresentou, ainda inserido nos topônimos de natureza física, a ocorrência de 01 (um) **litotopônimo**, que representa cerca de 6,6% do total de toponímias. Trata-se do topônimo *Quixadá*, que denomina uma das cidades maiores da região pesquisada. A existência dos monólitos monumentais na região é um aspecto físico extremamente notável e característico especificamente deste município, uma vez que não se estende totalmente a outros.

No que diz respeito aos topônimos de natureza **antropocultural**, tivemos a ocorrência de 03 (três) lexias, o que representa, numa escala percentual, 20% do total de topônimos pesquisados. Dos quais 02 (dois) são **ergotopônimos**, o que equivale a um percentual de 13,3%. Esses topônimos se referem a elementos da cultura material dos povos indígenas, quais sejam *Caiçarinha*: espécie de cerca feita de galho; e *Uruquê*: cesto, ou objeto utilizado para guardar ou envolver algo.

Apenas 01 (um) topônimo foi classificado como **animotopônimo**, o que demarca um percentual de 6,6% dos topônimos aqui analisados. O topônimo *Tapuiará*, como já explicitado nas análises, está relacionado à vida psíquica do denominador, ou seja, a elementos que não são de ordens materiais, mas psíquico-culturais, pois é um denominativo que se refere à denominação de um povo caracterizado como selvagem, desordeiros e desobedientes.

Com relação aos topônimos de natureza antropocultural, podemos notar que aspectos da riqueza cultural material dos povos indígenas ainda se perpetuam na cultura cearense até hoje, como é o caso dos cestos denominados de *Uru*, ou até mesmo o costume de delimitar espaços nos sertões por meio de cercas. Esses elementos materiais reforçam ainda mais “nos diversos setores do conhecimento, épocas cronológicas distintas evidenciam, ou qualquer porção do espaço, a presença atuante do homem, elaborando, participando, sentindo, expressando, comunicando, em suma.” (DICK, 1980, p. 2).

Em suma, ao pensarmos todas essas questões que envolvem os topônimos e suas motivações, pudemos compreender melhor como “a denominação dessas realidades cria um universo significativo revelado pela linguagem.” (BIDERMAN, 1998, p. 88), qual seja esse

universo significativo das relações dos povos indígenas com os aspectos físicos de sua habitação. Isso, porém, nos esclarece um ponto importante para esta pesquisa: apesar da preponderância da natureza física dos topônimos, todos eles estão imbuídos de cultura, levando-se em consideração que esses processos estão intimamente imbricados, pois é pela vivência, o aprendizado e as experiências humanas que moldam o olhar sobre o mundo. E é essa experiência humana que contribui para que os sujeitos atribuam importância a este ou aquele aspecto ao seu redor e essa seleção que nos remete a uma forma de “assimilação do mundo” (DICK, 1980, p.1) que revela uma identidade, um estar no mundo e um “dizer quem somos” diante do dele.

Por fim, alguns aspectos foram limitadores para a realização deste trabalho, como por exemplo a falta de bibliografia ou a clareza das existentes, no que diz respeito à história das etnias que habitaram a região pesquisada. Outra questão que deve ser citada e que se configurou como a mais problemática para a análise dos dados foi a falta de consistência em algumas etimologias, ou a diversidade de interpretação para um mesmo vocábulo. Fizemos, portanto, a escolha etimológica que mais nos pareceu coerente, pensando não somente nos aspectos linguísticos, uma vez que comparamos palavras inteiras, morfemas, nos dicionários que dispomos, para melhor esclarecermos a etimologia. Além dos aspectos linguísticos, observamos também aspectos da cultura cearense para a tomada de decisão das escolhas etimológicas.

Acreditamos que o levantamento e a análise dos dados apresentados neste estudo contribuíram para o conhecimento, a valorização e preservação da memória do Sertão Central, tendo em vista, principalmente, que no âmbito acadêmico não havia sido feito nenhum trabalho neste sentido, nem levando-se em consideração o *corpus* que delimitamos. Ressaltamos, ainda, a necessidade de continuidade desse trabalho com as toponímias indígenas do Ceará para que possamos abordar outros aspectos dos estudos toponímicos, como por exemplo o signo toponímico abrangendo aspectos como estrutura morfológica, iconicidade e arbitrariedade dos topônimos, para que, de acordo com o aprofundamento, possamos ter uma visão mais ampla da motivação desses topônimos indígenas no território que hoje se denomina Ceará.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Karilleyla dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins- Projeto ATITO**. 2006. 207 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ANDRADE, Karilleyla dos Santos; NUNES, Verônica Ramalho. O onoma e sua relação com a interdisciplinaridade nos parâmetros curriculares do ensino fundamental de geografia: um estudo preliminar com foco na toponímia. **Revista Língua & Literatura**, Frederico Westphalen, v. 14, n. 23, p. 1-223, dez. 2012.

ANTUNES, Irlandé. **Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **História do Ceará: síntese didática**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa oficial do Ceará, 1985.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Datas de Sesmarias do Ceará: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. 2 CR-DOM, v. 1.

BASSETTO, Bruno Fredni. **Elementos da Filologia Românica**. São Paulo: USP, 2005.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. **Letras Hoje**, Porto Alegre: PUCRS, v.22, n.4, p.81-96, dez. 1987.

_____. Dimensões da Palavra. **Filologia e Linguística Portuguesa**; Araraquara, SP, UNESP, n. 2, p. 81-118, 1998.

_____. **Teoria Linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As Ciências do Léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2.ed. Campo Grande, MS: UFMS, 2001.

BRÍGIDO, João. Algumas Etymologias. **Revista do Instituto do Ceará**, Ano 1, 1902.

CRUZ FILHO, José. Ceará: síntese histórica. In: FILHO, Martins; GIRÃO, RAIMUNDO (Orgs.). **O Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos**. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Programa de

Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, 1980.

_____. **A motivação toponímica e a realidade brasileira.** São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

_____. Os vocabulários toponímicos básicos no “vocabulário da língua basílica” e sua relação geográfica. **Rev. Instituto de Estatística do Brasil**, SP, n. 31, p. 95-111, 1990.

_____. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897).** São Paulo: Annablume, 1997.

_____. Toponímia e Cultura. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, n.27, p. 93-101, 1987.

_____. Atlas Toponímico: um estudo dialetológico. **Revista Philologus**, São Paulo: Plêiade, v. 10, ano 4, p. 27-44, 1996. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/10/06.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

_____. Contribuição do léxico indígena e africano ao português do Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS, 1999, Rio de Janeiro RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ, 1999. Disponível em: <<https://www.doccity.com/pt/contribuicao-do-lexico-indigena-e-africano-ao-portugues-do-brasil-1/4723457/>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

_____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia.** v. 2, p. 121-130. Campo Grande: UFMS, 2004.

_____. Atlas Toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 141-155, jan./jun. 2007a.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Circular Técnica: Juazeiro Ziziphus Joazeiro. In: _____. **Reise Brasil.** Colombo, PR, 2007. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPF-2009-09/42434/1/Circular139.pdf>> Acesso em: 30 de out. 2019.

FACÓ, Boanerges. Fatos do Ceará: Quixeramobim. **Instituto do Ceará**, Ano 72, p. 46-58, 1958.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração Cambeba.** Fortaleza: Tropical, 1997.

FERREIRA NETO, Cicinato. **Estudos da História Jaguaribana: documentos, notas e ensaios diversos para a história do Baixo e Médio Jaguaribe.** Fortaleza: Premium, 2003.

FRANCISQUINI, Ignez de Abreu. **O nome do lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaíba**. 1998. 255 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 1998.

FREITAS, Alice Cunha de. As identidades do Brasil: buscando as identificações ou afirmando as diferenças? In:_____. **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina Maria Martins (Orgs.). São Paulo: Marckenzie, 2006.

FREITAS, Ivoneide de. **Ajuda ou exploração?** Análise crítica da construção do açude Arrojado Lisboa e a mão-de-obra utilizada. 2000. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História do Ceará) – Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2000.

GERHARD, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HOONAERT, Eduardo. Catequese e Aldeamento. In: SOUZA, Simone (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapas político-administrativos estaduais**. 2015. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/estaduais>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Ceará em mapas: Informações georreferenciadas e espacializadas para os 184 municípios cearenses**. 2019. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/index.htm>> Acesso em 05 fev. 2019.

_____. **Perfil Básico Municipal: Banabuiú**. Fortaleza: IPECE, 2009.

_____. **Perfil Básico Municipal: Choró**. Fortaleza: IPECE, 2009.

_____. **Perfil Básico Municipal: Ibaretama**. Fortaleza: IPECE, 2009.

_____. **Perfil Básico Municipal: Quixadá**. Fortaleza: IPECE, 2009.

_____. **Perfil Básico Municipal: Quixeramobim**. Fortaleza: IPECE, 2009.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Primórdios da urbanização no Ceará**. Fortaleza: UFC, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O léxico: lista, rede, ou cognição social? In: NEGRI, Lúcia (Org.). **Sentido e significação em torno na obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, Rozangela de Melo. **O perfil da toponímia indígena na zona rural do Acre**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguagem e Identidade) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Identidade, Rio Branco-AC, 2017.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

NOGUEIRA, Paulino. Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará, com explicações, Etymologicas, Orthographicas, Topographicas, Históricas, Therapeuticas, etc. **Revista do Instituto do Ceará**, Ano 1, 1987.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAULINO, Bruno. **Ofertório dos Pássaros**. Fortaleza: Premium Gráfica, 2019.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em Confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUSA, Simone (Org.) **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PICHORIM, Mauro; DAMASCENO, João; TOLEDO-LIMA, Guilherme. ARAÚJO, Ricardo; FERREIRA, Pedro (Orgs.). **Guia de Aves da Estação Ecológica do Seridó**. Natal: Caule de Papiro, 2016.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Etymologia de algumas palavras indígenas. **Revista do Instituto do Ceará**, ano 33, 1919.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Línguas tapuias desconhecidas do Nordeste: alguns vocabulários inéditos. **Boletim de Antropologia**, v. 1, p. 5-23, dez. 1958.

_____. **A grandeza índia do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2010.

SAMPAIO, Theodoro. Da evolução histórica do vocabulário geográfico do Brasil. **Revista do Instituto do Ceará**. Ano 16, 1902.

SAMPAIO FILHO, Dorian. **História dos municípios do Ceará**. Fortaleza: RBS, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2015.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa. Língua, Cultura, Léxico. In: SOBRAL, Gilberto; LOPES, Norma; RAMOS, Jânia (Orgs.). **Linguagem, Sociedade e Discurso**. São Paulo: Blucher, 2015.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ. **Sub-bacia hidrográfica do rio Banabuiú**: características gerais. Fortaleza: SRH, 2018.

STUDART FILHO, Carlos Studart. Aborígenes do Ceará. In: FILHO, Martins; GIRÃO, RAIMUNDO (Orgs.). **O Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

SERAINÉ, Florival. Contribuição à toponímia cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 60, p. 254-276, 1946.

_____. Contribuição à toponímia cearense (continuação). **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 61, p. 216-235, 1947.

_____. Topônimos de Portugal no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 75, p. 89-109, 1961.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SIMÃO, Marum. **Quixeramobim: recompondo a história**. Fortaleza: Multigraf, 1996.

SOUSA, Alexandre Melo. **Desbravando a Amazônia ocidental: estudo toponímico de acidentes geográficos humanos e físicos do Acre**. 2007. 122 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

_____. **Língua, cultura e sociedade: a toponímia acreana**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2019.

SOUSA, Alexandre Melo; QUADROS, Ronice Müller de. O Web software toponímia em libras: pesquisa e ensino. In: SOUSA, Alexandre Melo; GARCIA, Rosane; SANTOS, Tatiane Castro dos. (Orgs.). **Perspectivas para o ensino de línguas**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2019.

SOUSA, José Bonifácio. **Quixadá de fazenda a cidade 1755-1955**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística-CNE, 1960.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi**. São Paulo: Traço, 1985.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

_____. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução de Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Recursos da esperança: Cultura, democracia, socialismo**. Tradução Nair Fonseca, João Alexandre Peschanski. São Paulo: UNESP, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

XIMENES, Expedito Eloísio. **Certidão de nascimento do Ceará**: a relação do maranhão, 1608 por Luis Figueira. Relatório (Pós-doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas) - Programa de Pós- Doutorado em Lestras Clássicas e Vernáculas, São Paulo, USP, 2017. No prelo.